



Eliminado foco de tensão nas relações luso-guineenses

Saúde Maria regressou à sua casa em Bissau

Pág. 5

Esta manhã, como ontem

50 sindicalistas presos à porta do Primeiro-Ministro

Tal como aconteceu ontem, 50 dirigentes e activistas sindicais do distrito de Setúbal que esta manhã se deslocaram à residência oficial do Primeiro-Ministro foram detidos pela Polícia cerca das 11 e 30 horas, quando ali se encontravam «a aguardar resposta a pedidos de audiência» repetidamente formulados. Entre os detidos encontra-se Maria do Carmo Tavares, do Executivo do Conselho Nacional da GCTP-IN.

Até ao fecho da nossa edição, os sindicalistas encontravam-se ainda detidos na esquadra de S.Bento, esperando-se que fosse adoptado o mesmo procedimento em relação aos 48 ontem presos. Estes, depois de uma permanência de seis horas no Tribunal de Polícia, foram libertados, estando o seu julgamento marcado para a próxima segunda-feira.

Segundo um porta-voz, não há « reacção nenhuma » do gabinete do Primeiro-Ministro, porque o que sucedeu « é do foro da Polícia de Segurança Pública ».

Diversas organizações e sindicais que já manifestaram o seu repúdio por estas detenções interrogam se é desta forma que o Governo quer dialogar ou se se trata de um exemplo de « concertação social ».

A CGTP, que protesta contra esta « forma de tratar os trabalhadores como se fossem criminosos de delito comum », acentua o contraste entre esta atitude e a « actuação do Governo face às ilegalidades diariamente cometidas pelo patronato ». Pág. 12

Penas até 12 anos para violadores portugueses de New Bedford

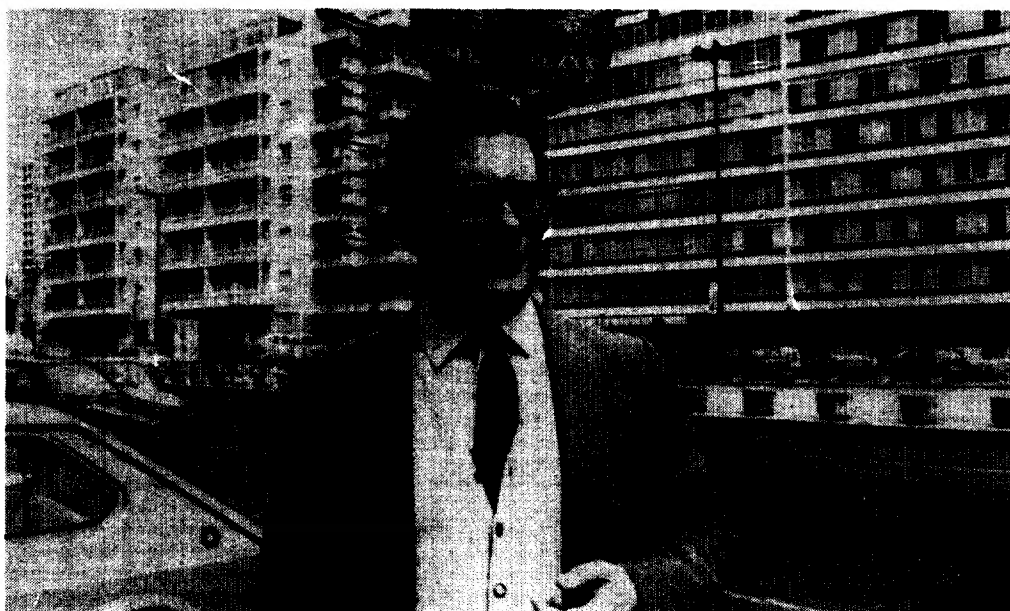
Quatro dos seis portugueses acusados de terem violado uma jovem num bar de New Bedford, no dia 6 de Março de 1983, foram ontem condenados a penas de prisão entre seis e doze anos, tendo sido os outros dois (Virgílio Medeiros e José Medeiros) absolvidos. Victor Raposo (na foto, com óculos escuros, no cimo da escada), Daniel Silva (ao centro, com bigode) e John Cordeiro (que não figura na imagem) foram condenados a 12 anos, que podem ser redutíveis para nove, enquanto José Vieira (o

primeiro a contar de baixo na foto) foi condenado a nove anos redutíveis para seis. Os primeiros poderão requerer a liberdade condicional dentro de seis anos, enquanto o último o poderá fazer ao fim de quatro anos. Conforme a foto demonstra, foi sob forte guarda que os réus abandonaram ontem o Tribunal de Fall River rumo à prisão estadual de Walpole, nos arredores de Boston. Os advogados da defesa anunciaram, entretanto, que vão recorrer da sentença. (Telefoto NP/DL)

Pág. 8

Reunite-se o presidente da Câmara de Borba

Pág. 7



No "DL-Informática"

Proposta de lei sobre privacidade é "equilibrada e bastante correcta"

— considera o dr. Matos Pereira



Morreu Seku Turé

Págs. centrais

Chile

Nova jornada nacional de protesto

Págs. centrais

q opinião dos outros

Diário de Notícias

«(...) Pela sua condição periférica, Portugal terá provavelmente de continuar a viver também de sábio equilíbrio de apoios internacionais, dentro ou fora de uma Comunidade Europeia que poderá levar ainda tempo a ser a Europa desejada, como o demonstrou a recente cimeira de Bruxelas, cujo malogro parecia aliás previsível visto estar ainda em jogo uma disputa de hegemonia mal disfarçada. Efectivamente, crê-se que a uma Inglaterra sempre desconfiada dos continentais, não teria passado despercebida a manobra duma França que vinha travando sucessivas Cimeiras até chegar a sua vez de presidir, altura em que pretende talvez apresentar-se como campeã do congelamento da tentativa neutralista da Alemanha e do alargamento a Portugal e à Espanha.

Portugal terá por tudo isto de contar mais consigo próprio, não podendo estar apenas à espera do choque da entrada na CEE para arrancar, seguindo antes o exemplo sadio dos tais pequenos países asiáticos que são agora concorrentes dela. (...)»

de Virgílio de Carvalho
27.3.84

o diário

«(...) Ontem, de uma assentada, o Governo mandou prender meia centena de sindicalistas de Setúbal. Não pode o sr. Eduardo Pereira sequer invocar o habitual pretexto de que havia uma concentração. Não havia. Os trabalhadores queriam apenas falar com o Primeiro-Ministro. Tal desejo — os factos são concludentes — ganha já para o Governo o peso de um desafio subversivo.

O Executivo agiu à maneira do fascismo. Para maior vergonha, os sindicalistas detidos permaneceram durante mais de duas horas nas carrinhas, antes de serem identificados no Tribunal de Polícia. Receberam do Governo o tratamento que é dispensado a criminosos de delito comum.

Parece que as prolongadas e íntimas reuniões com Rockefeller e Reagan reforçaram no sr. Mário Soares a convicção, já tornada pública, de que o interlocutor da classe operária é a Polícia.

Engana-se o Primeiro-Ministro se acredita intimidar. O povo português dará ao seu Governo o destino que tiveram aqueles cujos métodos repete no Portugal de Abril.»

do Registo
27.3.84



«(...) O «falso paternalismo», por sua vez, consiste no congelamento artificial dos «preços políticos» (nomeadamente durante as épocas de escassez, como a que, por mal dos nossos pecados, atravessamos). O congelamento artificial dos «preços políticos» é feito, segundo afirmam os demagogos, para minorar o sacrifício das populações... E entre os aludidos «preços políticos» compreendem-se, muito especialmente, as rendas de casa.

Contudo, como reverso de semelhante medida proteccionista de congelamento, surge um retraimento quase imediato dos investimentos nos sectores atingidos. Designadamente, no que diz respeito ao sector habitacional, o dito reverso aparece sob a forma de uma gradual desertão do capital a ser aplicado na construção de imóveis de arrendamento, o qual passa a desviar-se para outros géneros de investimento ou vai, por portas travessas, atulhar os cofres de bancos suíços ou alemães... (...)»

de José de Almeida Santos
27.3.84

O GLOBO

«As afirmações feitas em Alcobaca pelo sr. dr. Álvaro Cunhal de que «estavam maduras as condições objectivas para a queda do Governo e para uma alternativa» mereceram do sr. dr. Almeida Santos o seguinte comentário:

«Todas as semanas o líder comunista diz o mesmo, a repetição só o desprestigia e os comunistas nunca serão alternativa em Portugal».

O sr. dr. Almeida Santos fez neste caso o papel de futurólogo político, garantindo uma coisa que amanhã as urnas podem vir a desmentir.

Entretanto é bom não esquecer que, em relação à população dos diferentes países do mundo ocidental, o Partido Comunista Português é aquele que tem maior percentagem de eleitores em comparação com os seus pares desses mesmos países.

Além disso pelo caminho que as coisas em Portugal estão a tomar, ninguém se poderá admirar que o povo acabe por abrir os braços ao primeiro salvador que lhe apareça, venha-ele vestido de azul ou de vermelho...»

27.3.84

a tarde

«Mota Pinto é o novo líder do PSD. Até ontem, ainda que assumindo pessoalmente as responsabilidades, uma liderança formalmente inexistente ou mitigada desautorizava-o por um lado, desresponsabilizava-o por outro.

A partir deste congresso é ele, indiscutivelmente, o líder, por muito que os seus adversários internos minimizem a sua vitória em hábeis manipulações de números e percentagens.

Balsemão, ainda que semiescondido atrás de Mota Amaral e João Salgueiro, é, sem dúvida, o maior vencido. Quis regressar cedo de mais, sob disfarces vários, esquecendo os traumas causados pelos seus tempos de poder.

de Margarida Borges Carvalho
26.3.84

Dez anos depois, que significa para si o 25 de Abril?

● Os textos concorrentes só podem ser entregues até ao fim de Março

Regulamento

1 — Podem concorrer ao «Dez Anos Depois» todos quantos completam, no máximo, 30 anos até ao dia 25 de Abril de 1984, inclusive.

2 — Os textos concorrentes devem responder, num máximo de dez páginas dactilografadas (cada página contendo um máximo de 25 linhas) à pergunta seguinte: DEZ ANOS DEPOIS. O QUE SIGNIFICA PARA SI O 25 DE ABRIL?

3 — O «Diário de Lisboa» aceita, como concorrentes ao «Dez Anos Depois», todos os tipos de textos — menos poesia.

4 — Um júri, cuja composição o «Diário de Lisboa» divulgará em breve, apreciará os textos concorrentes e das suas decisões não haverá apelo.

5 — O «Diário de Lisboa» atribui aos três primeiros classificados prémios de 25 000\$00, 15 000\$00 e 10 000\$00, respectivamente. Além disso, publicará nas suas páginas os dez melhores textos concorrentes.

6 — Cada autor só pode concorrer com um texto, que enviará ao «Diário de Lisboa», Concurso Dez Anos Depois, Rua Luz Soriano 44, Lisboa. Pode entregá-lo em mão nesta morada, ou enviá-lo pelo correio. Neste caso, só serão admitidos a concurso os textos em cujo envelope os correios tiverem apostado. NO MÁXIMO, a data do último dia do corrente mês de Março.

7 — Os textos concorrentes têm de ser rigorosamente inéditos, e os seus autores não podem ter sido publicados EM LIVRO até a data em que caduca a entrega de textos para o concurso.

8 — Cada texto concorrente tem obrigatoriamente de ser assinado com pseudónimo. A identidade verdadeira do autor deve ser-nos confiada em envelope fechado contendo, igualmente, o pseudónimo escolhido, a morada completa do autor, uma fotocópia do seu bilhete de identidade comprovativa da idade e uma sua fotografia tipo passe.

O não cumprimento destas normas de identificação, no seu todo ou em parte, compromete sem apelo a admissão a concurso do texto enviado.

9 — So é necessário enviar UMA COPIA do texto concorrente.

10 — O «Diário de Lisboa» não devolverá os textos enviados ao concurso «Dez Anos Depois», devendo os seus autores guardar originais ou cópias em seu poder.

No estrangeiro

Por acordo estabelecido entre o «Diário de Lisboa» e a secção portuguesa da Radio France Internationale, os concorrentes residentes fora de Portugal, (em França ou em outro país europeu) podem, dentro do prazo estabelecido pelo «Diário de Lisboa», enviar os seus textos a esta estação emissora, que se encarregará de no-los fazer chegar. Neste caso, cada texto concorrente e a identificação do seu autor devem ser entregues a Radio France Internationale, Secção Portuguesa, Concurso «DL» «DEZ ANOS DEPOIS», Maison de la Radio, 75016 Paris.

O concurso «Dez Anos Depois» em França

Há dias, referimo-nos nestas colunas, à emissão em língua portuguesa, transmitida diariamente pela Radio France Internationale e destinada aos emigrantes portugueses residentes em França, e noutros países europeus. Emissão que é ouvida por mais de 500 mil dos nossos compatriotas, que podem encontrar assim, todas as manhãs, uma voz portuguesa que os aconselha, os informa e os orienta. Mas a finalidade de uma emissão destinada a uma importante colónia de portugueses, arrancados na sua grande maioria, às aldeias ou aos campos, não é apenas de informar e aconselhar, mas outrossim de ajudar a conservar a sua identidade própria ao nível da cultura,

da língua e da História de Portugal. A equipa que está a prosseguir o caminho aberto por Jorge Reis, tem procurado dinamizar e rejuvenescer essa emissão, tornando-a mais viva e permitindo uma maior intervenção directa dos ouvintes, através de depoimentos, testemunhos ou entrevistas.

Vasco Sal, o novo responsável pela emissão, rodeado por uma equipa jovem, tem vindo a responder, não só a uma evolução normal dos problemas da emigração, mas tem igualmente procurado criar um verdadeiro elo de ligação entre o nosso país e os milhares de emigrantes que vivem e trabalham por terras estrangei-

ras. Emissões de carácter regional, que põem em valor as riquezas culturais e tradicionais das nossas regiões; a defesa do nosso património histórico e natural; a divulgação de todas as formas de cultura portuguesa; a invocação dos problemas relacionados com o campo, com a agricultura e com a vida de todos os dias — eis alguns exemplos dos elos, que procuram criar um sentido de menor desenraizamento e marginalização tantas vezes ressentido pelos emigrantes. Quanto à actualidade política e social uma correspondência telefónica diária põe os nossos emigrantes ao corrente dos problemas que se vivem em Portugal.

A ideia de alargar o actual con-

curso organizado pelo «Diário de Lisboa» — «Dez anos depois o que pensa do 25 de Abril?» — aos jovens que vivem em França e na Europa é o exemplo da simbiose que se pode fazer entre uma emissão destinada a portugueses radicados no estrangeiro, e a iniciativa de um importante órgão de informação português e que visa a invocação de uma data, que para todos — tanto cá como lá — marcou o renascer de novas esperanças.

Álvaro Morna
(Correspondente da Radio France Internationale em Portugal)
R. Henrique Loumer-17 2400 Leiria

Jornadas de cirurgia no Porto

As «Terceiras Jornadas Portuguesas de Cirurgia» iniciaram-se ontem no Hospital de Santo António, no Porto, sob o tema específico «O Doente Crítico na Cirurgia Abdominal».

As Jornadas, a que assistem várias dezenas de médicos portugueses, têm como «objectivo a

reciclagem e troca de experiências entre os cirurgiões, permitindo-lhes maior conhecimento técnico sobre os problemas que tenham a resolver» — disse um dos participantes.

À sessão de abertura, efectuada no salão nobre do hospital,

presidiu o governador civil do Porto, acompanhado pelo director clínico do Hospital de Santo António, organizadores das jornadas, representantes do Instituto de Ciências Biomédicas

Abel Salazar, que também participou na organização.

Conferência das regiões insulares europeias começa hoje em Ponta Delgada

A Segunda Conferência das Regiões Insulares Europeias, que se inicia hoje em Ponta Delgada, tem como temas principais as especialidades das ilhas nos domínios financeiro e cultural — disseram ontem fontes do encontro.

A Conferência, a cuja sessão de abertura preside o ministro da República para os Açores, general Conceição Silva, em repre-

sentação do presidente Ramalho Eanes, reúne representantes da Madeira, Córsega e Bretanha (França), Nicósia (Chipre), Sicília e Sardenha (Itália), Canárias e ilhas Sheland (Inglaterra).

Nela participam também diversos responsáveis de instituições europeias, nomeadamente do Conselho de Ministros e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Entre os assuntos a debater na Conferência, que encerra quinta-feira, contam-se igualmente a evolução recente das políticas respeitantes às regiões insulares e o posicionamento das ilhas no quadro económico-social da Europa.

A primeira Conferência das regiões insulares europeias realizou-se em Tenerife, Canárias.

Sousa Barreto iniciou colóquios sobre Sérgio

O dr. Sousa Barreto proferiu esta manhã nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa uma conferência subordinada ao tema «António Sérgio e a História

integrada nas comemorações do centenário de António Sérgio a decorrerem naquela escola superior por iniciativa do Centro de História da Universi-

dade de Lisboa. Amanhã, dia 29, pelas 17 horas, o prof. Piteira Santos, director-adjunto do «DL», falará sobre «António Sérgio e o Discurso Ensaístico».

Ontem, em Lisboa

PCB comemorou 62 anos de vida

Num restaurante de Lisboa comemorou-se ontem a passagem do 62.º aniversário do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a presença de muitas dezenas de democratas portugueses e brasileiros, residentes no nosso país, o convívio foi bastante animado e constituiu uma manifestação de confiança no futuro da democracia no país irmão. Particularmente saudada foi a intervenção de um dirigente do PCB que se deslocou a Lisboa e falou dos 62 anos daquele histórico partido que até agora apenas conheceu dois anos de vida em legalidade. A luta do PCB, neste momento, é pela sua legalização, sem prejuízo de uma actividade intensa que continua em todas as frentes. Na sua campanha para a legalização o PCB encheu no domingo passado, em S. Paulo, o Estádio do Pacaembu. Ai se deslocaram comunistas, simpatizantes, gente de outras áreas políticas, alguns governadores de estados brasileiros, todos empenhados no reforço da democracia e no reconhecimento legal do PCB.

política de A a Z

O "Serviço de Informações",
as Polícias e a Política

O debate parlamentar suscitado pela proposta de lei do Governo PS-PSD tem um significado político que transcende, independentemente da inequívoca gravidade, o problema da criação de uma «estrutura de informações». Para além da criação de um serviço que operará na «área da Segurança Interna genérica», estamos perante a intenção de dotar o Ministério da Administração Interna com uma polícia suplementar, secreta, ou apenas discreta, de «informações».

O deputado Ângelo Correia — especialista de assuntos policiais, ele próprio detective amador mas imaginoso —, ao considerar como um erro, na sua intervenção parlamentar da semana passada, que a coordenação da nova estrutura policial fosse cometida ao Primeiro-Ministro, deixou claro o que no PSD, e designadamente no círculo restrito dos colaboradores de Carlos Mota Pinto, se pensava de tal atribuição: «Este é o erro mais calamitoso e mais grave da proposta de lei do Governo...». Todavia o diploma submetido à apreciação e ao voto da Assembleia da República, previa «que o Primeiro-Ministro pode delegar estas funções noutro ministro, que está-se mesmo a ver — é o ministro da Administração Interna».

A conclusão do deputado Ângelo Correia, colaborador e amigo próximo de Mota Pinto, vice-presidente da nova equipa promovida à liderança do PSD, não está implícita no texto, nem poderá ser automaticamente considerado o propósito, ou o desejo, de Mário Soares. Mas na estratégia Mota Pinto-Ângelo Correia conviria que a direcção, e controlo do «Serviço de Informações» fosse delegado, pelo Primeiro-Ministro, na pessoa do ministro da Administração Interna.

Teríamos, assim, um superministério de Segurança Pública e de Informações. O ministro da Administração Interna controlaria (controlará?) com a PSP, a GNR, o Serviço de Estrangeiros, as Polícias Municipais, o novo «Serviço de Informações». E não seria de estranhar que reivindicasse, com a lógica de controlar o Serviço de Estrangeiros, o controlo total das fronteiras, com subordinação ao MAI, ou marginalização, da Guarda Fiscal.

O deputado Ângelo Correia não disfarçou, nesta matéria, o que é essencial no seu entendimento do projecto. A argumentação para aliviar o Primeiro-Ministro é característica e esclarecedora: «Penso que o Governo devia ter assumido logo claramente essa responsabilidade, porque o que está a fazer com esta proposta é a vulnerabilizar duplamente o Primeiro-Ministro, atribuindo-lhe, por um lado, uma coordenação sem meios e, por outro lado, a coordenação do serviço de segurança interna que é sempre a área mais sensível, mais complicada e sobretudo aquela em que o Governo não levou até às últimas consequências a legislação que os mesmos partidos políticos aprovaram nesta Câmara há um ano atrás. Quando o PS, o PSD, o PPM e o CDS aprovaram a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, foi criado um ministério responsável pela segurança interna — artigo 46.º da Lei da Defesa Nacional. Agora, o Governo não retira as ilações políti-

cas do facto de o ter criado. Pelo contrário, põem o ministério responsável pela defesa e segurança a um canto e atribuem a responsabilidade ao Primeiro-Ministro».

Ora essa solução — a de colocar na directa dependência do Primeiro-Ministro, o «Serviço de Informações» — não satisfaz o orador do PSD. Na sua intervenção parlamentar, pelo PSD falando, o deputado Ângelo Correia abre o jogo. Sobre o controlo pelo Primeiro-Ministro exclama: «Isto não pode ser! Para mais, quando se percebe que os senhores [os deputados] criam um artigo logo a seguir, em que dizem que o Primeiro-Ministro pode delegar essas funções noutro ministro! Não se pode, na organização de qualquer serviço, atribuir ao Primeiro-Ministro a responsabilidade da coordenação e a supervisão desse serviço. Um Primeiro-Ministro não pode ser ao mesmo tempo um árbitro e um decididor. Ou é árbitro ou é decididor, e pela sua postura institucional é um decididor! Não é pessoa que está simultaneamente a chefiar uma coisa e a chefiar-se a si próprio, porque isso é retirar uma capacidade de controlo governamental sobre o próprio serviço!».

O deputado Ângelo Correia tem este direito: é clarinho a falar. Se, em S. Bento, desinteressados, distraídos ou ocupados nos assuntos da carreira e da vidinha, os seus colegas não acompanham a argumentação do dirigente do PSD, antigo ministro da Administração Interna, a culpa não é do esforçado orador. Ele explica e explica-se. O controlo do «Serviço de Informações» pelo Primeiro-Ministro — estamos a raciocinar no tempo curto e para Ângelo Correia o Primeiro-Ministro ainda não é Carlos Mota Pinto — será: «uma diminuição da capacidade democrática de uma intervenção do próprio Governo sobre esses serviços!».

No debate parlamentar haverá que salientar que foi defendida uma «estrutura de informações» diversificada. Na realidade trata-se de três «Serviços de Informações» — um «serviço de segurança interna», «um serviço militar que analise as informações estratégicas de defesa e as de segurança militar», um «serviço de informações estratégicas de defesa».

Se considerarmos os problemas da «oportunidade» e dos «custos» desta complexa e diversificada «estrutura de informações», deveremos deter-nos, nos, simples cidadãos, no que significa a criação de um «serviço de segurança interna» que se pretende venha a existir na directa dependência do ministro da Administração Interna. Não estaremos, na realidade, muito longe de uma nova PIDE-DGS. De nada servem os rasgos retóricos quando importa qualificar um projecto concreto. E o que é mais importante: prever as consequências desse concreto projecto.

A dúvida que sentem os cidadãos conscientes e atentos é a de saberem se o «Serviço de Informações», sendo, como é, uma potencial limitação da liberdade individual ou uma potencial interferência na vida privada e na livre autonomia dos cidadãos, não será, em vez de uma defesa da Democracia, uma ameaça para a Democracia.

E não só por razões de recrutamento. Basta ouvir e-ou ler o que sobre o «Serviço de Informações» foi dito, para percebermos qual será o campo de recrutamento dos agentes e informadores. Paire sobre o projecto — sejam, senhores, honrados em reconhecê-lo — a destestável concepção do «inimigo interno».

Não se trata — sejamos sérios — de dotar o Primeiro-Ministro com os apoios informativos com os quais contou D. João II, mas de, com o pretexto de lhe acrescentar o poder de intervenção e de decisão, o enlevar, perigosamente, nas malhas que os polícias tecem.

ponto a ponto



O Conselho de Ministros previsto para hoje foi cancelado por o Primeiro-Ministro Mário Soares «se encontrar doente» sofrendo de uma síndrome gripal — disse o assessor para a Imprensa, Carneiro Jacinto.

Acrescentou que Soares «sofre de uma síndrome gripal e, a conselho médico, terá de ficar em casa pelo menos durante dois dias, para recuperar a gripe que o afecta há cerca de duas semanas».

TIMOR ESPERA QUE PORTUGAL O SALVE



A questão de Timor Leste vai ser debatida sexta-feira pelo Conselho de Estado, para o efeito convocado pelo Presidente da República.

Da agenda da reunião do Conselho de Estado fazem parte, além daquele assunto, questões relacionadas com o funcionamento daquele órgão e com o estatuto dos conselheiros.



O TELO SARAIVA DE CARVALHO é julgado no próximo dia 29, acusado de incitamento à violência soube a ANOP junto do Tribunal Judicial da Comarca de Évora.

O antigo comandante do COPCON é acusado pelo Ministério Público de incitamento à violência, em palavras que proferiu em Évora durante uma sessão de esclarecimento da FUP, realizada em Março de 1980. O julgamento está marcado para as 11 horas no Tribunal judicial de Évora.



O ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Mu Quing, iniciou, no Funchal, a visita particular de 24 horas à Madeira.

Mu Quing, é acompanhado de jornalistas da Agência Nova China, de que ele é director.

Aos jornalistas portugueses, Mu Quing explicou que se encontra na Madeira para conhecer a «Perla do Atlântico».

O dirigente do CDS, Gomes de Pinho, que se encontra em El Salvador a convite do Governo deste país, felicitou o vencedor das eleições presidenciais, Napoleon Duarte — informou o departamento de opinião pública do partido Centrista.

Gomes de Pinho felicitou também o Partido Democrata Cristão de El Salvador, a que pertence Napoleon Duarte, e cujo posicionamento ideológico está próximo do Centro Democrático Social português.

Projecto de desenvolvimento integrado
de Trás-os-Montes diz-se e desdiz-se

Luís de Carvalho e Oliveira

No diz-se e desdiz-se do Projecto de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes há certas coincidências e contradições que podem levantar suspeitas, se é que as não levantaram já. Nos dias 1 e 2 de Março de 1982 «O Primeiro de Janeiro» publicava uma longa reportagem sobre plantações ilegais de vinha por 3 multinacionais instaladas no Alto Douro, Cockburn's, Sandeman e Vera Cruz. Esta reportagem levantou grandes celeumas a vários níveis, sendo a mais temível a ecoada na própria vinicultura regional, principalmente porque os vinhedos dessas multinacionais estavam a ser implantados em terras fundas, Val de Assares e outros, onde nunca tinha sido permitida a plantação de vinha e, na verdade, tais terras seriam reprovadas em qualquer parte do País (momento no Douro, para produção do vinho do Porto) nos termos do Dec.-Lei n.º 38.525 de 1951 que, nesta parte, tem de considerar-se em vigor segundo o disposto no Art.º

30.º do Dec.-Lei n.º 513.º-D/79 de 24 de Dezembro.

Em Maio seguinte é publicado pelo Ministério da Agricultura o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, que inclui na sua área geográfica o Alto Douro, fazendo surgir, entre os «acréscimos significativos de produção», o «vinho do Porto de elevada qualidade», ao lado do leite de vaca, de ovelha, carne de bovino etc. — o que não causaria grande espanto se, em primeiro lugar, do ponto de vista pedológico, o Alto Douro tivesse alguma coisa a ver com Trás-os-Montes, além da vizinhança e o vinho do Porto fosse efectivamente um produto transmontano.

Deixemos, todavia, esta questão e passemos ao que se disse e contradisse no Projecto de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e no diploma que veio regulamentar o plantio de vinha para produção de vinho do Porto, no Alto Douro (Portaria 685/82 de 9/7), atendendo a que este se pretende integrado naquele.

No projecto, página 11 do publicado pelo Ministério da Agricultura, em Maio de 1982, diz-se: «O Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM) constitui a primeira fase de um futuro e mais vasto Programa de Desenvolvimento Regional que dê mais ênfase a aspectos como estrutura urbana, ligações com o exterior, criação de emprego em actividades não agrícolas, maior aproveitamento das potencialidades decorrentes da ligação agricultura, indústria e turismo, bem como a todas as actividades susceptíveis de valorizar os recursos locais. Será então o momento oportuno para proceder ao necessário redimensionamento das explorações agrícolas sem se correr o risco de que tais medidas conduzam a uma intensificação do processo de desertificação da Região.»

«Pelos razões aduzadas entende-se que o conceito de exploração viável não pode, numa primeira fase, ser assimilado a padrões europeus de desenvolvimento. Embora seja essa uma das metas do Projecto,

na primeira fase irão visar-se as melhorias possíveis, sem alteração da estrutura fundiária.»

Parece assim que o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes era prudente, estava a ser feito com critério dentro de certos limites, embora houvesse muito a dizer fora deles.

Dias depois, em 9 de Julho de 1982, surge a Portaria 685 que, contrariando integralmente o projecto começa logo por mexer na estrutura fundiária, pois outra coisa não significa a proibição de plantio de vinha para produção de vinho do Porto nas terras com menos de 3 ha. contínuas abaixo de 450 m de altitude e nas terras com qualquer área acima desta altitude, sabido como é que acima dos 450 m a pequena e a média propriedade existem em muito maior proporção.

Escusado será dizer que a proibição de produção de vinho do Porto acima dos 450 m, dentro, é claro, da região do xisto duriense, obrigará ao abandono das terras aptas apenas para a vinha, rentáveis somente na produção do vinho do Porto e

vocacionadas as pessoas exclusivamente para esta cultura.

A portaria trará inevitavelmente o êxodo das populações, a desertificação e aqui se desdiz mais uma vez o Projecto de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes que, em várias passagens, revela grande preocupação, aliás justa, de evitar a desertificação da região.

Não se sabe por que mãos passou o Projecto e por que mãos teria passado a portaria, mas a verdade é que se poderia dizer que a portaria, em relação ao projecto, teria passado apenas pelas mãos do diabo. E diga-se assim para não se levar o problema da honestidade e inteligência de quem a fez, pois não se pretende ofender quem quer que seja. Veja-se que o redimensionamento das explorações agrícolas, segundo a transcrição acima, ficaria dependente de desenvolvimento de outras actividades na região para as quais, presume-se, se faria a transferência dos que sofressem com o redimensionamento. É assim que se fala em dar «mais ênfase a aspectos

como estrutura urbana», «criação de emprego em actividades não agrícolas», «maior aproveitamento das potencialidades decorrentes da ligação agricultura indústria e turismo».

A portaria fecha os olhos entra como cavalo cego e desviado por um caminho que não conhece nem quem nele circula, atropela a torto e a direito e retira a possibilidade de produção de vinho do Porto a — segundo se diz — 25.000 dos 30.000 produtores. São 25.000 famílias, a 4 pessoas por família, 100.000 pessoas que, de imediato ou num curto prazo de 3 ou 4 dezenas de meses, são reduzidas à penúria.

Como é evidente, o Projecto para tomar qualquer iniciativa deste teor, esperaria pela criação de emprego em actividades não agrícolas e pelo aproveitamento das potencialidades decorrentes da ligação agricultura indústria e turismo. A portaria faz de conta que o turismo é um flamejante facto no Alto Douro (não há lá turista nenhum), faz de conta que se desenvolveram indústrias na região ou nas proximidades.

Continua na pág. 6

Governo não viabiliza ANOP

SJ abandona Comissão Tripartida

O Sindicato dos Jornalistas decidiu abandonar a Comissão Tripartida para a Comunicação Social, acusando o Governo de impor uma solução para a ANOP baseada em critérios de ordem política que implica despedimentos colectivos.

Um comunicado da Direcção do SJ sublinha que «a intransigência demonstrada pelo Governo ao decidir publicar a resolução do Conselho de Ministros de 29/12/83 sobre a ANOP sem nela contemplar qualquer das propostas sindicais, provou que o Executivo não quis chegar a uma solução de acordo quanto ao futuro da agência noticiosa.

O Sindicato dos Jornalistas considera, assim, significativo que, «uma semana depois de ter instituído o Conselho de Concertação Social, o Governo faça tábua rasa de dois meses de negociações e decida publicar a mesma resolução que sindicatos e trabalhadores da ANOP já haviam denunciado como um instrumento de liquidação a prazo da agência».

O SJ «não pode permanecer na Comissão Tripartida, quando o Governo subitamente sobre-

põe critérios de ordem política às soluções que o diálogo e a concertação social demonstram como as mais adequadas para a ANOP» — refere o comunicado.

Segundo o Sindicato dos Jornalistas, a solução governamental consiste em formar «uma agência com 100 trabalhadores em situação económica difícil, depois de proceder a despedimentos colectivos».

Para o Sindicato dos Jornalistas, os estudos apresentados na Comissão Tripartida demonstram que «a solução governamental é, na realidade, uma manobra para esconder os jogos de bastidores de que a coligação parece alimentar-se».

Depois de referir que o Governo «assume toda a responsabilidade das acções de luta que o Sindicato dos Jornalistas e os trabalhadores da ANOP deliberarem em defesa de uma verdadeira viabilização da agência», o comunicado acusa o Governo de, ao agir como agiu, apresentar-se como «manipulador de 'slogans' para consumo ocasional e não como entidade que verdadeiramente quer favorecer o diálogo social».

Segundo PCP

Sindicato dos Jornalistas "caucionou" despacho sobre a EPNC

O núcleo do PCP na Comunicação Social considerou «extremamente grave» o recente despacho do Governo sobre a EPNC, e acusou a Direcção do Sindicato dos Jornalistas de ter «caucionado tal operação».

Este o teor de uma das moções — divulgada em conferência de imprensa — aprovadas na III Assembleia do Sector da Informação da Organização Regional de Lisboa do PCP, que decorreu sábado passado.

No encontro em que foi feito um balanço da actividade do Sector nos últimos quatro anos, participaram 61 delegados, eleitos nos diferentes órgãos de Comunicação Social.

Quanto às medidas para a EPNC, publicitadas quando da formação do Conselho de Concertação Social, visaram «por um lado, como os próprios dirigentes sindicais fizeram questão em salientar, vir em apoio de tal «concertação» e, por outro lado, dar um golpe profundo no património da empresa, e reprivatizar o «DN» em benefício do grande capital» — afirmou o núcleo comunista.

«Denunciámos esta tentativa do PS de transformar o Sindicato dos Jornalistas numa assessoria

do Governo, para a liquidação do sector público da Comunicação Social, e declaramos que esta atitude é contrária aos interesses da liberdade de informação e da democracia» — lê-se ainda na moção aprovada.

A assembleia aprovou ainda uma moção de protesto contra a «política de desinformação» praticada pela RTP, em que exigem uma orientação noticiosa que contemple «os ideais do 25 de Abril, a actividade das organizações democráticas, o interesse dos trabalhadores e a reposição da legalidade democrática».

Quanto ao relatório aprovado pela organização, relativo aos últimos quatro anos, concluiu haver contradição entre a liber-

dade de informação e política de recuperação capitalista». Assim para os governos deste período não terá bastado a «manipulação informativa» — e terão ainda recorrido ao aumento da repressão policial, tentativa de asfixia financeira das empresas, redução dos organismos de controlo do pluralismo da informação e ataque à Lei de Imprensa.

Mesmo assim, o relatório considera que, no mesmo período, os profissionais do sector registaram algumas «vitórias significativas», como as demissões de Preença de Carvalho e José Alfaia (ex-responsáveis governamentais pela Comunicação Social).

Cinquenta anos de fundação e dez de liberdade

Como já foi anunciado, o Sindicato dos Jornalistas vai comemorar os 50 anos da sua fundação e os 10 anos de liberdade de expressão em Portugal, nos dias 4, 5 e 6 de Maio próximo. Exposições sobre a Imprensa, a Rádio e a Televisão, filmes, colóquios, espectáculos musicais, são algumas das iniciativas através das quais o Sindicato pretende animar durante três dias espaços da Feira Popular.

O objectivo, ao escolher um local como este, é o de dar a conhecer a um público vasto e em regra arredado deste tipo de questões, a actividade e os problemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal.

Respondendo a um apelo da Direcção do Sindicato, um grupo de associados já começou a trabalhar na preparação das comemorações. O seu número, porém, é tão escasso que o SJ arrisca-se a não conseguir levar por diante esse plano.

Quem quer ajudar...? Há lugar para todos — e as reuniões efectuam-se nas instalações do Sindicato.

O SJ apela ainda a todos os repórteres fotográficos para que enviem o mais rapidamente possível ao Sindicato fotografias que possam ser integradas na exposição «Foto-Jornalis-

FIJ: apelo a Soares a favor de Maria Antónia Palla

A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) solicitou os bons ofícios do Primeiro-Ministro Mário Soares no sentido de fazer cessar a perseguição de que é alvo a vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, Maria Antónia Palla, por parte da administração da EPNC.

A FIJ declara na carta que dirigiu ao Primeiro-Ministro que «Maria Antónia Palla goza de estima geral na Federação Internacional de Jornalistas, em virtude do seu empenhamento na defesa da liberdade de expressão e da sua dedicação à actividade sindical».

FILTÉCNICA

salão
internacional
da metalurgia
e metalomecânica
international
metalworking
exhibition

28 março
1 abril/84
28 march
1 april/84

ASSOCIAÇÃO
INDUSTRIAL
PORTUGUESA
FEIRA
INTERNACIONAL
DE LISBOA
LISEON
INTERNATIONAL
FAIR
ASSOCIATION
OF INDUSTRIAL
EXHIBITORS
IN PORTUGAL
LISBOA

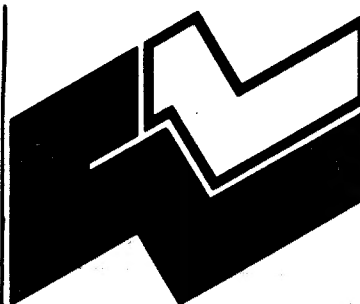
JORNADAS TÉCNICAS

29/30 MARÇO
DAS 15 ÀS 18 HORAS
AUDITÓRIO I DA FIL:

“Conservação/Gestão de Energia na Indústria”
Colóquio promovido pela AIMMS, com a colaboração de técnicos do LNETI, IAPMEI e ATLAS COPCO.

30 MARÇO
18 HORAS
AUDITÓRIO II DA FIL:

“Tecnologia de Electro-Erosão”
Palestra promovida pelo CIMAF — Centro de Cooperação dos Industriais de Máquinas e Ferramentas e proferida pelo Sr. Eng.º Luciano Maggetti, da firma suíça AGIE.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

TRABALHO E PÃO PARA O POVO NUNCA A REPRESSÃO POLICIAL

— Repúdio de provocações e ingerências nos assuntos do Município de Loures

M O Ç ã o

- 1 — Considerando a desenfreada ofensiva que o Governo Mário Soares — Mota Pinto vem desencadeando contra as conquistas do 25 de Abril, nas quais se inclui o Poder Local Democrático, como uma das suas emanções mais sublimes;
- 2 — Considerando a evidente desestabilização que a política posta em prática por tal governo, vem provocando, de dia para dia, na vida social e económica do País, privilegiando o grande capital sempre em desfavor das classes laboriosas;
- 3 — Considerando que os espancamentos a trabalhadores se tornam cada vez mais frequentes por parte do aparelho policial e repressivo criado pelo Governo para, no uso de violenta brutalidade, calar os legítimos clamores contra o desemprego, a fome e o não pagamento de salários a que têm direito;
- 4 — Considerando que é necessário impedir a aprovação de novas leis que tenham como principal finalidade a repressão e a informação de tipo fascizante para tentar encobrir o agravamento criminoso da exploração e da degradação das condições de vida do Povo português;
- 5 — Considerando inqualificável e inacreditável, no Portugal Democrático de Abril, o envio pelo ministro da Administração Interna, sr. Eduardo Pereira, na tarde da passada 3.ª feira, um contingente do Corpo de Intervenção da PSP para esta vila de Loures, com o alegado pretexto de proteger os vereadores do PS, PSD e CDS, que participavam na sessão pública do Executivo deste Município, destinada a deliberar a aprovação do novo quadro do pessoal da Câmara de Loures;
- 6 — Considerando que, por virtude da enérgica e decisiva atitude do presidente da Câmara, Severiano Falcão, que se recusou a dar início à reunião, enquanto aquele corpo policial sitiava o edifício da Câmara, exigindo, acto contínuo, do MAI e do governador civil, a sua retirada imediata para que o órgão pudesse funcionar em condições normais e sem a coacção policial, a todos os títulos injustificável, veio, finalmente, o órgão a reunir;
- 7 — Considerando que estas forças policiais agiam em premeditada e intencional sintonia com as posições que os vereadores do PS, PSD e CDS acabaram por tomar, abandonando a reunião sem aprovar o novo quadro do pessoal, mostrando-se indiferentes às consequências necessariamente prejudiciais para centenas de trabalhadores;
- 8 — Considerando, finalmente, a irresponsável, mas mal-intencionada ingerência dos vereadores do PS, PSD e CDS da Câmara de Lisboa, nos assuntos respeitantes ao Município de Loures, os quais aprovaram no dia 19, próximo passado, uma iníqua e provocatória moção contra a administração e os trabalhadores da Câmara de Loures, procurando, a um tempo, justificar o alheamento a que os seus pares do Executivo de Loures votaram o alargamento do quadro já referido e abrir caminho à intervenção das forças repressivas como, efectivamente, veio a acontecer.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Loures delibera:

- 1 — Exigir do governo M. Soares-M. Pinto:
 - a) — condições de vida para o Povo e, nomeadamente, para todos os trabalhadores deste País;
 - b) — a cessação, duma vez por todas, das cargas policiais sobre trabalhadores indefesos, quando clamam por trabalho e pão, e protestam, muito justamente, contra a miséria provocada pelo não pagamento de salários com largos meses de atraso.
- 2 — Repudiar energicamente o facto, verdadeiramente insólito e coactivo, do cerco feito pelo contingente do Corpo de Intervenção da PSP ao edifício da Câmara Municipal de Loures, quando o Executivo iniciava a sua reunião ordinária do passado dia 20 de Março;
- 3 — Solidarizar-se com a decidida e justificada atitude do presidente da Câmara, ao exigir e conseguir a retirada do Corpo de Intervenção Policial, nas condições atrás aludidas;
- 4 — Protestar veementemente contra a descabida e provocatória ingerência dos vereadores PS, PSD e CDS da Câmara de Lisboa, nos assuntos que respeitam a outros municípios, repudiando a que acabam de formalizar relativamente ao Município de Loures e aos seus trabalhadores;
- 5 — Solidarizar-se com os trabalhadores da Câmara Municipal de Loures, nos seus justificados anseios, afirmando este órgão ir usar de todos os meios legais e adequados para que prevaleçam e venham os seus legítimos direitos.

TRIBUNAL CIVIL DA COMARCA DE LISBOA 12.º JUÍZO ANÚNCIO

2.ª Sec. Proc. 4 636/A
Faz-se saber que, por este Juízo, 2.ª Secção, e autos de execução de sentença que EMÍLIA DIONÍSIO LOPES, move contra LUIS ANTONIO MENDES BORGES, empregado da Tap, residente na Rua Dr. Nunes da Ponte, Foz do Douro - Porto, correm editos de 20 dias, conta-

dos da 2.ª e última publicação, deste anúncio, citando os credores desconhecidos, daquele executado, para no prazo de 10 dias, findo o dos editos, reclamarem, querendo, o pagamento dos respectivos créditos, desde que, sobre os mesmos gozem de garantia real (penhora em venci-

Lisboa, 5-12-1983
O Juiz de Direito
a) Joaquim Manuel Cabral e Pereira da Silva
O Escrivão de Direito
a) José São Pedro Catarino

-D.L.- — 27/3/84 — 1.ª Pub.

ouro

TODOS OS OBJECTOS
MESMO DANIFICADOS, CAUTELAS
DE PENHOR, MOEDAS, PRATAS
• COMPRO A P/ PAGAMENTO. •
das 10 às 12h e das 14 às 18h.

Av. Alameda Reis 175 17 (cinema IMPERIO)
VICTOR - telf. 53 82 20

Após lhe ter sido garantida a segurança

Saúde Maria abandonou embaixada de Portugal

O ex-primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Vitor Saúde Maria, abandonou ontem à noite a Embaixada portuguesa na capital guineense, onde se tinha refugiado na madrugada do passado dia 15 de Março, abrindo um período de tensão nas relações entre Bissau e Lisboa.

Pelas 22h15 locais, Saúde Maria deixou o edifício da representação diplomática portuguesa acompanhado pelo cônsul da Guiné-Bissau no Porto, major Valentim dos Santos Loureiro.

Como referimos na nossa edição de ontem, a semana começou em Bissau com intensos contactos diplomáticos. De manhã, o embaixador de Portugal, Meneses Cordeiro avisou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Fidelis Cabral, tendo durante a tarde uma nova reunião com o dirigente guineense.

Segundo o «DL» conseguiu apurar, durante esse segundo encontro, Fidelis Cabral transmitiu ao diplomata português as instruções do presidente João Bernardino Vieira, nomeadamente sobre as garantias de segurança pedidas pelo ex-primeiro-ministro. Por seu lado, Meneses Cordeiro contactou com Saúde Maria que, perante a proposta que lhe foi feita, resolveu aceitá-la e abandonar o edifício da Embaixada portuguesa. O major Valentim Loureiro acompanhou o antigo dirigente à sua residência, que dista umas poucas centenas de metros da delegação diplomática portuguesa.

As duas soluções

Logo após Vitor Saúde Maria ter-se refugiado na Embaixada de Portugal e ter pedido asilo político, as autoridades portuguesas tinham duas opções: pedir um salvo-conduto

que conduzir o ex-primeiro-ministro ao asilo político em Lisboa; ou uma solução que garantisse, por questões humanitárias, como nos salientou um informador do Palácio das Necessidades, a sua segurança enquanto espera pelo resultado das averiguações sobre alegada conspiração contra a segurança do Estado.

As autoridades guineenses fizeram imediatamente saber que, em nenhuma circunstância seria concedido ao ex-primeiro-ministro o salvo-conduto. O próprio presidente Bernardino Vieira afirmou a semana passada que não havia motivo para que Saúde Maria precisasse de protecção estrangeira, dado que no seu país seria tratado de forma humanitária.

A partir de então as conversações dirigiram-se para a segunda opção. Neste aspecto, teve particular relevância para o desfecho do caso o encontro mantido em Lisboa entre o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Fidelis Cabral, e o primeiro-ministro português, Mário Soares, considerado em círculos diplomáticos portugueses como «o ponto de viragem» para a busca de uma solução.

Com a chegada a Bissau, no passado sábado, do cônsul guineense no Porto, o cidadão português Valentim Loureiro, amigo pessoal do presidente guineense, era dado mais um passo para a resolução do incidente. De acordo com os correspondentes das ANOP em Bissau, a solução do caso terá viajado conjuntamente com o cônsul, desde o Porto à capital guineense. Esta proposta terá sido submetida à apreciação do presidente Bernardino Vieira, que manifestou a sua concordância. A partir daí, sucederam-se os encontros diplomáticos, correndo no sábado em Bissau a informação de que

tudo seria resolvido em breve... como acabou por acontecer.

O fim de um percurso

Para Vitor Saúde Maria termina, assim, um percurso político iniciado há mais de 20 anos quando, em Maio de 1960, abandonou os seus estudos, estava então no 5.º ano, e se juntou ao PAIGC, pouco depois de Luís Cabral ter também aderido ao movimento. A 24 de Setembro de 1973, data da proclamação da independência em Madina do Boé, era nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Saúde Maria viria mais tarde, a 14 de Novembro de 1980, a desempenhar um papel preponderante no golpe que derubou Luís Cabral e levou ao poder João Bernardino Vieira. Na sua qualidade de vice-presidente do Conselho da Revolução contactou com o presidente Sekou Touré, obtendo então o reconhecimento de Conacry, apenas 24 horas depois da constituição da nova hierarquia em Bissau. A partir de então, Saúde Maria viu fortalecida a sua posição política, vindo a ser nomeado em Maio de 1982 primeiro-ministro, após ter sido eleito membro do Conselho Nacional e do Comité Permanente do PAIGC.

No entanto, a sua carreira política viria a ser interrompida nos primeiros dias do corrente mês, quando foi demitido do cargo de chefe do governo e de vice-presidente do Conselho da Revolução. Estava então consumada a ruptura com Bernardino Vieira, que acusaria Saúde Maria de «ambição desmedida», numa ofensiva política contra alguns dos seus companheiros indiciados como adeptos do racismo, do tribalismo e do regionalismo.

«Não há alteração»

Quer a Guiné-Bissau quer as autoridades portuguesas, fizeram um grande esforço para a «desdramatização» da situação, não pondo em risco as boas relações entre os dois países.

Nos últimos dias, enquanto que em Bissau decorriam as negociações para a solução do incidente, juntavam-se vários indícios de que as relações entre os dois países não seriam afectadas. Ganha singular importância o facto de que, enquanto decorriam as negociações ter sido confirmada para a primeira semana de Junho a visita de Bernardino Vieira a Lisboa. Do mesmo modo, foram recentemente desbloqueadas as verbas de crédito de cinco milhões de dólares que o Governo português prometera a Bissau em Novembro do ano passado.

Por outro lado, para o próximo mês de Maio está marcada a realização em Lisboa de uma mesa-redonda internacional sobre financiamentos a conceder para grandes projectos de desenvolvimento naquele país, estando ainda agendada para breve a realização de uma reunião tripartida Guiné-Bissau/Portugal/Suécia.

Em comentários ao estado das relações bilaterais, quer fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer a própria Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, não hesitaram em classificá-las de boas. O embaixador de Bissau em Lisboa, Leonel Vieira, precisou que «não há nenhuma alteração das relações bilaterais, motivadas por um incidente insignificante». Prova de que tudo está bem, é a presença em Lisboa do dr. Bartolomeu Pereira, secretário de Estado do Plano e Cooperação Internacionais do governo de Bissau.



Hannelore Kohl



Helmut Kohl

Kohl amanhã em Lisboa

RFA mantém interesse na base aérea de Beja

— indicou porta-voz de Bona

A Alemanha Federal mantém o seu apoio à entrada de Portugal e Espanha no Mercado Comum em 1 de Janeiro de 1986 — declarou em Bona o porta-voz governamental. Peter Boenisch, a propósito da visita de 24 horas que o chanceler Helmut Kohl faz amanhã ao nosso país.

Segundo a mesma fonte de Bona, a RFA mantém a sua posição de que as negociações para a integração dos dois países ibéricos deverão estar concluídas, tal como está previsto, em fins de Setembro.

Kohl, que se avistará duas vezes em Lisboa com Mário Soares e com Ramalho Eanes, abordará nas conversações o alargamento da CEE, as relações Leste-Oeste, a situação actual da NATO, e o aumento da cooperação bilateral com o Terceiro Mundo e o papel a desempenhar por Portugal em África e na América do Sul.

Peter Boenisch manifestou ainda a satisfação do seu país por poder utilizar a base aérea de Beja e frisou que esta cooperação funciona bem, embora tenha afastado a hipótese de apoio financeiro da RFA à compra, por Lisboa, de fragatas alemãs.

Helmut Kohl, que visitará a Espanha em Maio, é o primeiro chanceler da RFA a visitar Portugal depois de Abril de 1974.

Kohl

Nascido em 1930 na Renânia, Kohl cursou Direito, Ciências Políticas, Comércio e Retórica e foi eleito em 1954 para a comissão directiva do Partido Democrata-Cristão (CDU), cuja presidência atingiu em 1973.

Em 1976, Helmut Kohl troca a chefia do governo do seu estado natal pela liderança da bancada conjunta CDU/CSU no Parla-

mento federal.

Nas eleições desse ano, os democratas-cristãos de Kohl (CDU) e de Strauss (CSU) obtêm 48,6 por cento dos votos, mas a coligação formada pelos sociais-democratas (SPD) e liberais (FDP) nega a Kohl a possibilidade de assumir as funções de chanceler federal.

Nas eleições federais de 1980, a coligação democrata-cristã substitui Kohl por Strauss como candidato a chanceler, obtendo um resultado considerado «desastroso» facto que volta a reforçar a posição do dirigente do CDU como líder da coligação.

A retirada em 1982 do apoio dos liberais a Helmut Schmidt provocou a queda do governo por este chefiado e, automaticamente, a subida dos democratas-cristãos ao poder, contando com o apoio dos antigos parceiros dos sociais-democratas na coligação derubada.

Helmut Kohl ascende assim à chefia do governo federal, embora como «chanceler em exercício», sendo confirmado no cargo em Março de 1983, nas eleições antecipadas.

Em entrevista concedida no passado dia 20 à televisão da RFA, Kohl salientou a diversidade e intensidade das relações com Portugal, salientando as possibilidades de maior cooperação técnica e de investimentos alemães-federais no nosso país, nomeadamente em projectos de irrigação e construção de estradas.

O chanceler destacou, por outro lado, o crescente fluxo de turistas do seu país em Portugal e o facto de trabalharem actualmente cerca de 48 mil portugueses na RFA.

Marrocos disposto a conceder facilidades a Portugal para complexos turísticos

O ministro marroquino do Comércio afirmou em Rabat que a visita do seu homólogo português, Jaime Gama, contribuiu decisivamente para desbloquear as relações entre os dois países e abrir novas áreas de cooperação. Guessous revelou que acordara com o ministro português a troca de peritos económicos dos dois países, que deverão propor medidas para dinamizar as relações comerciais bilaterais, tendo em conta a necessidade de rever e alterar a protecção tarifária com vista a incrementar o comércio e a cooperação.

Para o ministro marroquino, as relações entre Portugal e Marrocos ainda se encontram numa fase de «platonismo amoroso», sendo necessário que «se realize o casamento e que haja filhos desse matrimónio». Referiu-se nesse contexto à vantagem que a nomeação para Marrocos de um adido comercial português poderia representar no incremento e aceleração do comércio e cooperação.

Azzedine Guessous apontou o sector das obras públicas, pescas e turismo como os mais importantes propondo mesmo a constituição de «joint ventures» na área da construção civil para actuação nos mercados árabes.

Segundo o ponto de vista do ministro marroquino os dois paí-

ses são praticamente auto-suficientes neste sector e, organizando empresas mistas, «encontrariam facilmente no mundo árabe pelo facto de Marrocos ser um país árabe».

Na área das pescas, sublinhou que faltam infra-estruturas portuárias, fábricas de produtos derivados de peixe, rede de frio e mesmo a comercialização e exportação de pescado. Os dois países podem assim sair do âmbito das trocas comerciais tradicionais, para desenvolver uma cooperação industrial e produzir novos produtos de interesse para ambas as partes.

Quanto ao sector do turismo, Guessous afirmou que Portugal e Marrocos podem combinar experiências e promover e vender conjuntamente o seu turismo nos mercados americano e europeu, propondo programas complementares, e manifestou-se disposto a conceder a portugueses facilidades para instalações na costa mediterrânica de complexos turísticos vocacionados para o mercado internacional.

Salientou ainda que o seu país dá garantias aos investimentos estrangeiros com a transferência automática dos dividendos pelo que os portugueses podem ter confiança em Marrocos.

Tal como Portugal, Marrocos está submetido a medidas de austeridade derivadas de acor-

dos com o FMI, com o qual assinou há uma semana um novo acordo, mas tem em curso medidas estruturais importantes, com vista ao equilíbrio do orçamento do Estado, selecção de investimentos estatais e redução da dívida externa, através da diminuição das importações, encorajamento das exportações e prática de preços reais.

Os fustatos constituem a principal exportação de Marrocos mas a baixa dos preços deste produto de 65 para 35 dólares por tonelada, entre 1975 e 1981 e a subida do dólar de quatro

para oito dirames nos últimos quatro anos, a alta dos preços do petróleo e a seca que assolou o país nos últimos cinco anos, contribuíram, segundo o ministro Azzedine Guessous, para a situação economicamente difícil em que Marrocos se encontra.

Em 1983 o saldo da balança comercial entre Portugal e Marrocos registou um desnível de 850 mil contos, desfavorável aos marroquinos.

Portugal importa essencialmente fosfatos e tem nas madeiras a sua principal exportação.

Presidente da Áustria visita Portugal entre 2 e 5 de Abril

O presidente da Áustria, Rudolf Kirchschläger, chega na próxima segunda-feira, dia 2 de Abril, a Lisboa, para uma visita oficial de quatro dias ao nosso país a convite do seu homólogo português, general Ramalho Eanes.

Kirchschläger, que cumpre, em Junho próximo, dez anos na chefia do Estado austríaco, teve papel destacado nas conversações sobre o tipo de relações que a

Áustria decidiu manter com a CEE e nas negociações sobre o Tirol do sul com a Itália.

O dirigente austríaco, grande especialista de Direito Internacional, foi também ministro dos Negócios Estrangeiros de 1970 a 1974, nos I e II governos de Bruno Kreisky.

A visita de Kirchschläger retribui a visita que Ramalho Eanes fez, em fins de 1982, à Áustria.

Firminiano Cansado Gonçalves

Faleceu, no passado dia 23 de Março, no hospital de Cascais, onde fora internado em consequência de doença cardíaca, o dr. Firminiano Cansado Gonçalves. Nascido em Cuba, a 3 de Abril de 1903, o dr. Firminiano Cansado Gonçalves completaria, dentro de dias, 81 anos. Na década de 30 desenvolveu intensa actividade política, tendo feito parte da direcção central do Partido Comunista Português.

Em 1953 partiu para África, e exerceu o ensino em Moçambique. Regressou a Portugal em 1973, já reformado.

Deixa viúva a dr.ª Maria Campos de Lima.

Firminiano Cansado Gonçalves publicou, já depois do 25 de Abril, uma obra sobre o «Salazarismo» que foi editada pelas Iniciativas Editoriais. No antigo semanário «O Diabo» e na revista «Sol Nascente» deixou páginas de crítica social, de História e de ficção, algumas das quais assinadas com o pseudónimo Mário Seabra Novais. Nos anos 40 anunciava um romance — «A Aldeia da Ganância» — que não chegou a publicar.



Caminhos de Ferro Portugueses

Projecto integrado de Trás-os-Montes

Continuação da pág. 3

midades para onde foram transferidas as pessoas que ficaram sem o direito de produzir o vinho do Porto e arremeteu como touro desembolado, colhendo na corrida com extraordinária injustiça os pequenos e médios produtores, com simultâneo engrossamento dos lucros dos grandes produtores, principalmente, como se sabe, estrangeiros.

E, depois de tudo isto, será lícito perguntar que relação existiu entre o alvoroço levantado nas populações locais e na imprensa, principalmente do Porto, pelas plantações ilegais de estrangeiros denunciadas muito objectivamente pela imprensa, o Plano Integrado de Trás-os-Montes a incluir no seu âmbito a produção do vinho do Porto, em Maio seguinte. E, dias depois, em 9 de Julho, a portaria do Ministério que traz nova regulamentação do plantio das vinhas para produção do vinho do Porto, num nítido sentido de concentração da riqueza que desse vinho advém à custa de todo e qualquer que se chama pequeno e médio produtor. E poderia ainda

perguntar-se que relação haverá entre tudo isto e uma notícia saída mais tarde num jornal inglês, «O Financial Times», de que o Governo português iria ser novamente pressionado sobre a questão da produção do vinho do Porto com o objectivo de introdução «de novas técnicas» — técnicas essas que nem são novas nem vêm melhorar coisa nenhuma. O que pretendem é a legalização de irregularidade já cometida de plantar vinhas para produção de vinho do Porto em terrenos planos e fundos, o que em Portugal tem sido proibido não só para a produção do vinho do Porto como para toda e qualquer produção de vinho.

A que se deve toda esta contradição no Plano de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes? Que realidade escondida anda por trás e quem são os submissos simuladores de um projecto que pretende evitar a desertificação, iniciando a sua execução por medidas que desertificam em larga escala, ao mesmo tempo que canalizam a riqueza, que tem sido distribuída por muitos, para poucos?



CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES (COMPRA E VENDA)

EDITAL

José António Mestre de Brito Apolónia, Presidente da Câmara Municipal da Moita FAZ SABER QUE:

1 - A partir do dia 26 de Março e até ao dia 13 de Abril, de 1984, estará aberto concurso para a atribuição, por sorteio, em regime de compra e venda, dos seguintes fogos de renda limitada:

1.º - 3.º Esquerdo do lote 56 da Urbanização de S. Sebastião, freguesia da Moita.

PREÇO: 1130 contos

TIPOLOGIA: T3

2.º - 1.º andar, n.º 14, Bloco F, Célula H2, R. Ferreira de Castro n.º 1 a 40, Urbanização da Quinta da Fonte da Prata, freguesia de Alhos Vedros.

PREÇO: 1432 contos

TIPOLOGIA: T4

3.º - 3.º andar, n.º 10, Bloco J, Célula H2, Av. Luís de Camões, n.º 1 a 10, Urbanização da Quinta da Fonte da Prata, freguesia de Alhos Vedros.

PREÇO: 1181 contos

TIPOLOGIA: T3

2 - As inscrições são feitas, dentro do prazo indicado no n.º 1, nos Serviços Municipais de Habitação, das 9.15 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.00 horas dos dias úteis, mediante entrega de um boletim fornecido pelos mesmos Serviços, devidamente preenchido, confirmado e assinado e dos documentos comprovativos dos rendimentos do agregado familiar bem como de outros que possam vir a ser exigidos nos termos legais. No acto da inscrição deverá ser depositada a quantia correspondente a 5% do preço do fogo.

3 - Só serão admitidos ao concurso os cidadãos nacionais, maiores ou emancipados, cujos agregados familiares sejam constituídos por um mínimo de 3 e máximo de 8 pessoas e não auferirem rendimentos mensais ilíquidos superiores aos seguintes limites:

N.º DE PESSOAS	RENDIMENTOS
3	81 900\$00
4	93 600\$00
5	97 500\$00
6	112 320\$00
7	120 120\$00
8	124 800\$00

4 - Todos os demais requisitos e condições de admissão, os trâmites do concurso e as regras a que o mesmo obedece constam do Programa que deve ser consultado pelos interessados nos Serviços Municipais de Habitação nos dias e horas indicados no n.º 2. No mesmo local serão prestados os esclarecimentos considerados necessários.

5 - Os sorteios para atribuição dos fogos realizar-se-ão, pela ordem constante do n.º 1, no dia 9 de Maio de 1984, no edifício dos Paços do Concelho com início às 15.00 horas.

E para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume.

Moita, 22 de Março de 1984

O Presidente da Câmara Municipal
José António Mestre de Brito Apolónia

“Uma obra misteriosa com o mundo inteiro dentro de si”

Um relógio fala, determina a vida e constrói a morte... se quisermos

Amândio José Ribeiro, um septuagenário residente em Tabuaço, gastou quase metade da sua vida a conceber e a construir um super-relógio que pôs agora a falar...

Pela invenção de Amândio Ribeiro já houve quem tivesse oferecido cerca de dois mil contos. Uma cadeia francesa de televisão manifestou-se interessadíssima na aquisição do super-relógio, propôs um preço elevado e só desistiu depois de ver negada a aceitação da proposta.

«Isto não tem preço», confessou à ANOP o velho inventor do Tabuaço, cujo nome está a passar agora para as páginas dos jornais e a tornar-se figura respeitadíssima na terra que habita, lá onde diariamente chega muita gente só para ver que estranho relógio é esse que fala quase como uma pessoa...

Amândio Ribeiro gosta de exibir a sua invenção, pôr o aparelho a funcionar, questioná-lo sobre os equinócios e solstícios e ouvir-lhe depois as respostas às perguntas formuladas. Trata-o com um carinho habitual. Por isso lhe repugna a ideia de o ver partir para outras paragens distantes, para as mãos de outras pessoas que nunca poderão vir a ter quaisquer ligações afectivas com esta verdadeira obra de arte. «Tenho só dois filhos, ambos formados e com boa situação, pelo que não estou muito disposto a desfazer-me disto», confessa Amândio José Ribeiro. Segundo uma nota explicativa

de autoria do inventor, este relógio constitui «uma obra misteriosa, com o mundo inteiro — Terra Sol e Lua — dentro de si». E o registo de inventos número 12.931 garante-lhe a existência e perpetua-lhe a identidade: «Como este relógio não há outro». Trata-se, na verdade, de uma obra capaz de fazer inveja às obras de outros inventores e construtores de relógios e, talvez mesmo, se eles fossem vivos, a Platão, Aristóteles, Tales de Mile, Papa Silvestre II, etc., etc.

O relógio do Tabuaço deixa a perder de vista aqueles que nas torres das velhas catedrais exigiam a colaboração de um sinoeiro para tanger a hora exacta ou aproximada. Relógios de sol, de água, de azeite, de areia, são, a seu lado, simples reminiscências da idade da pedra lascada, da velha técnica de marcar o tempo. Sem menosprezar clepsidras e ampulhetas, sinais do passado, nem de se rir dos sofisticados produtos de relojoaria suíça ou japonesa que pasmam adolescentes e adultos, o relógio de Amândio Ribeiro coloca-se acima de tudo: fala.

Um computador?

O seu funcionamento resulta da combinação de 16 mil números e letras que requereram outros tantos cálculos feitos sem computadores e apenas com a ajuda de papel e lápis. Tem bagagem para coisas tão subtis como, por exemplo, para indicar

o nosso signo, o dia da semana em que nascemos ou —oh!, absurdo!— aquele em que havemos de morrer se lhe ditarmos o momento em que nos apeteça partir. Ele parece conversar seriamente com os astros e dar o seu porta-voz infalível junto das pessoas que o tomem como Pitonisa. Pergunte-se-lhe, por exemplo, em que dia calhará a Páscoa de hoje a um milhão de anos, e ele, 30 segundos depois, dará a resposta exacta (ou que se presume exacta?). Relativamente ao dia de Páscoa deste ano indicou-a, automaticamente, à meia-noite, do dia 1 de Janeiro.

Para tudo quanto tenha a ver com um calendário perpétuo ele está dotado de numerosos mostradores destinados a fornecer tantas quantas informações se pretendam. Anos bissextos e comuns, estações do ano, dias em que cada mês começa, ciclos solares, números áureos, letras dominicais, datas das fases da Lua, são indicações que o relógio produz num abrir e fechar de olhos.

De acordo com a nota que descreve as suas características, o relógio do Tabuaço tem «sinal de detenção, de chamada, barómetro, termómetro, aparelho que indica os pontos cardiais, música e ilumina-se à hora desejada». É claro que também indica as horas, os minutos e os segundos... e dispõe de um dispositivo de despertar. Amândio Ribeiro introduziu-

-lhe no «ventre» um disco que gira desde que, de oito em oito dias, se dê corda, manualmente, am relógio. Então de hora a hora, ele papagueia tudo quanto desejamos saber, isto é, diz-nos a quantas andamos.

Este relógio, claro está, não se pode usar no pulso, nem no bolso do colete. Ele é do tamanho de uma cabine telefónica e pesa cerca de 150 quilos. «Mas se fosse agora a construí-lo, sé-lo-ia com metade do peso», revela Amândio Ribeiro.

É exactamente por causa deste peso e volume que o simpático septuagenário de Tabuaço não tem aceite repetidos convites para apresentar o seu relógio no salão de inventores da Suíça. A única vez que saiu de «casa» foi a instâncias da Câmara de Tabuaço para figurar numa exposição nos Paços do Concelho. Sofreu nessa ocasião algumas avarias e lá teve Amândio Ribeiro de reler velhos almanaques e a colecção dos «Borda d'Água» e proceder à sua reconstrução técnica.

Mas há-de chegar a hora em que o aparelho, obra concebida ao longo de quase uma vida, tenha de abandonar a loja, onde foi construído. Nessa altura, o seu destino deverá corresponder aos desejos do seu inventor: passar a habitar um museu, «mas português». A ideia de se criar, em Tabuaço, um museu monográfico de relojoaria poderá ter aqui o seu pontapé de saída. Assim seja.

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE UMA VIATURA A GASÓLEO PARA O SERVIÇO DE RECOLHA E TRANSPORTE DE LIXOS COM SISTEMA DE ELEVÇÃO DE CONTENTORES METÁLICOS MODELO DIN.

MANUEL ALFREDO AGUIAR DE CARVALHO,
Presidente da Câmara Municipal
do Concelho de Figueira da Foz:

FAZ PÚBLICO que a Câmara Municipal, em Reunião Ordinária de 14 de Março corrente, deliberou abrir Concurso Público para o fornecimento de 1 Camião para recolha e transporte de lixos, em conformidade com o respectivo Caderno de Encargos.

Caução provisória — 150 000\$00.

O Programa de Concurso e Caderno de Encargos podem ser consultados, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Secretaria desta Câmara Municipal.

As propostas, redigidas nos termos do Programa do Concurso e acompanhadas dos documentos no mesmo exigidos, devem ser entregues na Secretaria da Câmara Municipal, no prazo de vinte dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste Edital no Diário da República.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, Aníbal Venâncio Menino, Chefe da Secretaria do Município, o subscrevi.

Paços do Município da Figueira da Foz, 21 de Março de 1984

O Presidente da Câmara Municipal,
Manuel Alfredo Aguiar de Carvalho
D.L. N.º 21 417 — 27/3/1984



Caminhos de Ferro
Portugueses

AVISO AO PÚBLICO

CONCURSO

Até às 17 horas do dia 3 de Abril de 1984, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a adaptação e subsequente exploração de um snack-bar a instalar na sala de espera da estação de Carregado.

A anuidade mínima a oferecer é de 100 000\$00 e os concorrentes devem depositar, em qualquer estação da CP, a quantia de 17 000\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Carregado
- Serviço Comercial da Região Centro, Lisboa (Santa Apolónia)
- Serviço Comercial de Passageiros Estação de Santa Apolónia, 1.º andar Lisboa

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP, Apartado n.º 2733, 1118 LISBOA CODEX, acrescentando-se àquele endereço, no escrito o seguinte:

«Proposta para a adaptação e subsequente exploração de um snack-bar a instalar na sala de espera da estação de Carregado».

Exija aparelhos a gás estampilhados
Cumpra as minhas regras de segurança.



DGE / CAMPANHA DE SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS

Alegando "desgaste e problemas familiares"

Demissão do presidente da Câmara de Borba

O presidente da Câmara Municipal de Borba, Sérgio Alpalhão (APU), apresentou na passada sexta-feira a sua demissão do cargo, alegando, em carta dirigida à vereação, «problemas de ordem familiar, falta de capacidade de organização e desgaste devido a desempenho consecutivo das funções desde 1976».

Sérgio Alpalhão, de 48 anos, cumpria o terceiro mandato como presidente da edilidade e tinha anteriormente feito parte da Comissão Administrativa que, entre 1974 e 1975, dirigiu os destinos daquele município do distrito de Évora.

Até esta manhã em Borba não era conhecido, inclusive pela própria família, o paradeiro do autarca demissionário, proprietário do restaurante «Cápio», casado e pai de quatro filhos menores, e músico na banda local.

O vereador da APU, António Andrade, hoje de serviço, desmentiu entretanto para o «DL» uma notícia veiculada pelo matutino «O Dia», segundo a qual Sérgio Alpalhão teria desviado cinco mil contos, facto que colocaria em risco o pagamento dos salários deste mês dos funcionários camarários. «É totalmente falso — disse — que António Alpalhão tivesse levado qualquer di-

nheiro da Câmara. Quanto aos pagamentos dos salários não estão em risco, embora seja quase um milagre que esta Câmara, à semelhança de muitas outras por esse País fora, o consiga fazer todos os meses, face à não aplicação pelo Governo da Lei das Finanças Locais».

Ao que apurámos a Câmara de Borba (três vereadores da APU e dois do PS) reunirá extraordinariamente esta noite para indicar o substituto de Sérgio Alpalhão, admitindo-se que seja escolhido o nome de Augusto Guégués, também da APU.

Tratamento oral para fungos vaginais

O primeiro medicamento oral para tratamento da candidíase vaginal vai ser apresentada numa conferência internacional, em Abril, em Oxford — anunciou o boletim do Symposium Information Services (SIS).

A candidíase, vulgarmente conhecida por «Cândida» é um fungo que se aloja na vagina da mulher, provocando na maior parte das vezes, corrimento e «intensa» comichão.

Segundo o «SIS», uma em cada cinco mulheres não grávidas queixam-se frequentemente desta doença.

Até agora tratada localmente com comprimidos vaginais e cremes, a candidíase pode actualmente ser debelada por via oral, ou seja, pela absorção de comprimidos.

Este novo tratamento encontra assim uma muito maior mar-

gem de aceitação por parte das mulheres por ser mais cómodo.

A candidíase é uma infecção vaginal causada pelo excessivo desenvolvimento de um fungo normalmente presente a níveis inócuos na vagina.

A contracepção oral e, sobretudo, certos antibióticos — segundo o «SIS» — podem alterar a acidez da vagina e provocar o crescimento do fungo.

A absorção daqueles produtos, bem como a gravidez, a diabetes e algumas outras doenças, podem ocasionalmente concorrer para aumentar o risco de contrair a candidíase.

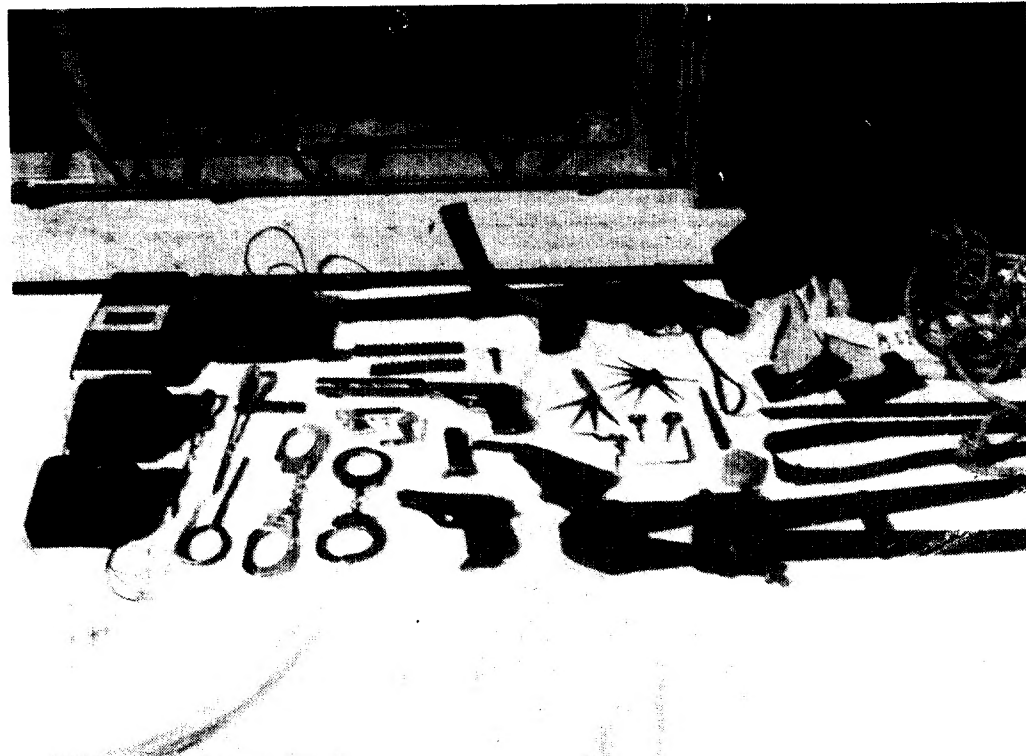
Os comprimidos orais de «ketonazol» são o resultado de investigações de um instituto, que há mais de dez anos se dedica ao estudo da luta antifúngica.

Curso de chefias administrativas

Um curso intensivo de «Princípios de Direito Administrativo» iniciou-se ontem na «sala de formação» da Comissão de Coordenação da Região Norte, organismo que promove a iniciativa.

«Suprir algumas das carências que têm vindo a ser manifestadas a comissão de coordenação dos responsáveis pelos serviços administrativos dos organismos do Poder Local» constitui um dos objectivos do encontro — disse um responsável.

A iniciativa, que termina no dia 12 de Abril, será enriquecida pela observação, no Tribunal da Auditoria Administrativa do Porto, de julgamento de matéria de facto.



O material apreendido à quadrilha, entre o qual se vê as algemas que usavam para neutralizar as vítimas

Desmantelada quadrilha que actuava à mão armada

Uma quadrilha de assaltantes que actuavam embuçados e armados de pistolas e caçadeiras de canos serrados, foi agora capturada pela Judiciária de Setúbal em colaboração com a PSP do Barreiro.

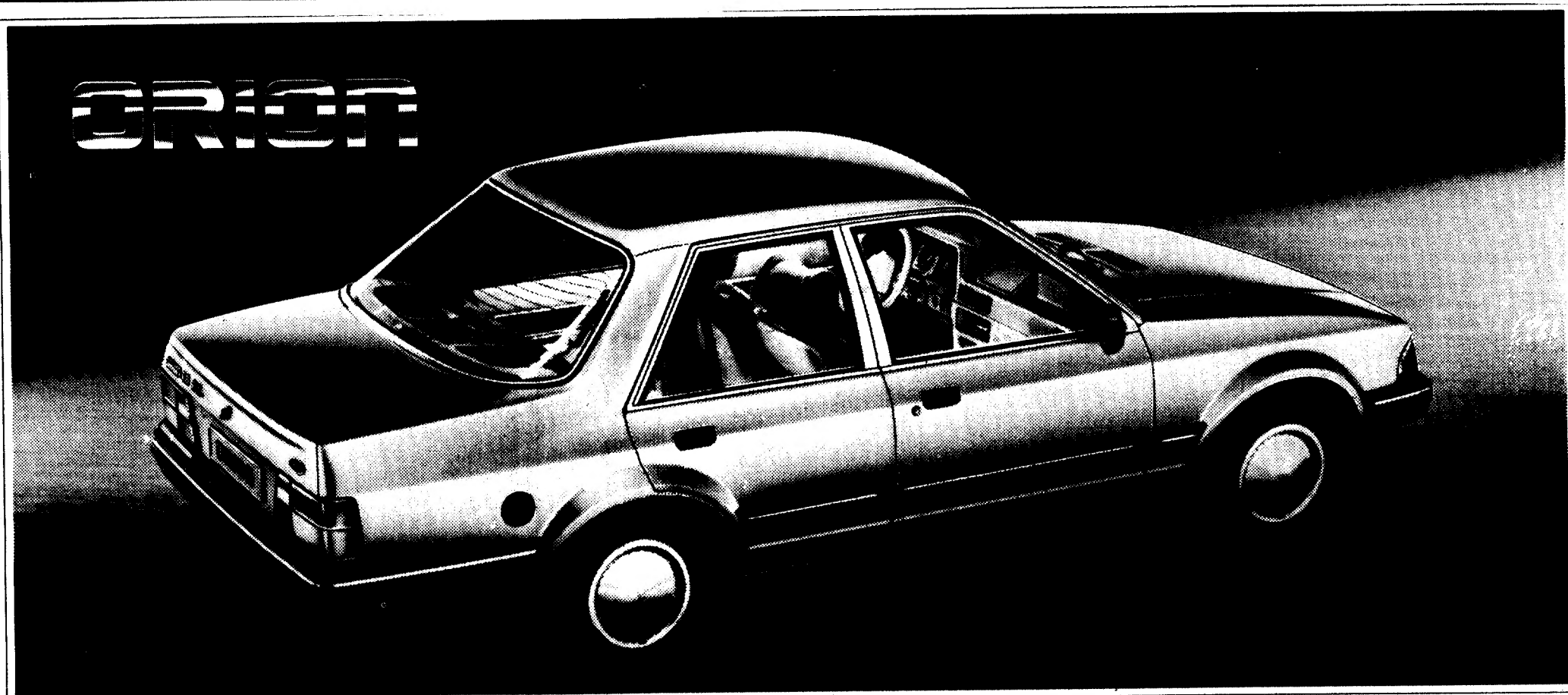
Os delinquentes, em número de 4, eram responsáveis por assaltos vários, um pouco por todo o País, foram detidos na zona do

Barreiro e Seixal onde residiam.

Entre outros casos ainda em averiguações, destacam-se o assalto à bomba de gasolina do Fogueteiro, na margem Sul do Tejo, levado a efeito em 21 de Fevereiro último e o assalto ao antiquário Morada na Rua Saraiva de Carvalho em Lisboa de onde levaram quadros e louças antigas.

Foram-lhes apreendidas diversas armas, designadamente uma pistola-metralhadora, pistolas de calibre proibido, uma delas com silenciador, e outros objectos usados nos assaltos.

Dois deles vinham já sendo procurados por estarem devidamente referenciados com alguns casos denunciados à Polícia.



Novo Ford Orion. Moderno em estilo clássico.

Tecnologia e concepção modernas. Perfeição em linhas clássicas. ORION. O novo produto Ford.

Ford Orion. Um tracção-à-frente, com motor 1.3 ou 1.6 e caixa de 5 velocidades. Com o espaço, o conforto e a performance dos carros grandes, muito dispendiosos. Mas com a economia de consumo e manutenção, a facilidade de manobra e o preço de um carro mais pequeno.

Tão bem equipado que de nada mais precisa.

EQUIPAMENTO DE SÉRIE.

O Orion é um dos carros mais bem equipados da sua classe. Com estofos em tecido de excelente qualidade. Um espaço para bagagens excepcionalmente amplo, totalmente atapetado e com iluminação. Assentos

traseiros rebatíveis, parcial ou totalmente, que dão acesso ao porta-bagagens pelo interior. E um sofisticado módulo de luzes que alertam para o desgaste dos travões dianteiros e os baixos níveis de óleo, água e combustível.



ALTA PERFORMANCE, GRANDE ECONOMIA.

O novo Orion é um carro potente, rápido e económico, que dá satisfação conduzir tanto na estrada como na cidade.

VERSÃO	POTÊNCIA (PS)	ACELERAÇÃO DE 0-100 Km/h	VELOC. MAX (Km/h)	LITROS AOS 100 KM a 90 Km/h (Cons. médio)	ESPAÇO PARA BAGAGEM (litros)	
1.3 GL (5 vel.)	69	13,6	157	5,3	7,3	383
1.6 GL	79	11,6	167	5,2	7,3	383

TRACÇÃO DIANTEIRA, SUSPENSÃO TOTALMENTE INDEPENDENTE.

O Orion conjuga segurança e resposta precisa com o conforto de condução que só os grandes carros proporcionam. A via larga e tracção dianteira

«agarram-no» à estrada... enquanto a suspensão totalmente independente às quatro rodas, a barra estabilizadora, à frente, o sistema de molas e amortecedores telescópicos, atrás, garantem o máximo conforto e segurança.

Tal como todos os veículos Ford, o novo Orion foi criado e construído para uma longa vida com baixos custos de manutenção.

Dai, os intervalos de 20.000 Km entre revisões principais. E o sistema de escape todo revestido a alumínio. E o excepcional tratamento anti-corrosão da carroçaria.

FORD ORION



de ontem para hoje

Falso alarme de bomba numa escola do Funchal

UM falso alarme de bomba provocou ontem a evacuação da Escola Secundária Francisco Franco no Funchal. Responsáveis do estabelecimento revelaram que após ter sido «recebido um telefonema anunciando a existência de um engenho explosivo se procedeu à evacuação da escola tendo sido solicitada a comparência de forças policiais». Uma equipa da Brigada de Minas e Armadilhas da PSP deslocou-se então ao local não tendo detectado qualquer bomba. Foi o terceiro caso de falso alarme de bomba na referida escola.

O «grande acidentado» em debate

O grande acidentado é o tema das primeiras jornadas médico-cirúrgicas a realizar na Guarda de 17 a 19 de Maio próximo, segundo anunciou ontem a comissão organizadora. A comissão de honra será presidida pelo ministro da Saúde, Maldonado Goncalves, e integrada pelo bispo da Guarda, governador civil, autarcas, comandantes da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana e organismos ligados ao sector da Saúde. Os trabalhos vão abordar a organização dos serviços prestadores dos primeiros cuidados, levantamento e transporte do acidentado do local para o serviço de urgência, organização e disponibilidade do serviço de sangue. Estão agendados temas relativos ao papel do enfermeiro perante o sinis-



trado, cuidados médicos e de enfermagem a prestar no serviço de urgência e organização destes serviços.

O assalto ao comboio de Sintra

O julgamento da quadrilha considerada responsável pelo assalto ao comboio de Sintra, na estação de Santa Cruz de Benfica, foi ontem adiado «sine die», no Tribunal da Boa Hora, por ter surgido uma «questão de competências» na altura em que se iria proceder ao sorteio dos jurados. Os réus presos são os irmãos António dos Santos Sousa, de 30 anos, e Delfim dos Santos Sousa, de 26, e a mãe, Maria da Glória, de 63 anos.

Há poucas árvores nos Açores

Apenas dez por cento da superfície dos Açores é revestida por floresta, índice considerado «preocupante» no último número do boletim da Direcção Regional da Agricultura, o qual refere que apenas 22 655 dos 232 072 hectares de terreno que constituem a área aproximada das nove ilhas apresentam revestimento florestal. Embora considere

haver perspectivas de no futuro a expansão florestal dos Açores ser ampliada, a Direcção Regional da Agricultura considera preocupante a situação actual ao confrontar os indicadores do arquipélago com os índices mundial, europeu e do continente português que se situam em cerca de um terço do território.

Baleou os «sócios» pelas costas

O comerciante Filipe dos Santos Aires, de 58 anos, desfechou na madrugada de ontem, a sua pistola sobre os dois amigos e sócios com quem estava a conversar no interior de um automóvel estacionado no Largo Trindade Coelho, na Buraca. Os atingidos, José Lopes, de 68 anos, e Salustiano Romero, de 48 de nacionalidade espanhola, recolheram ao Hospital de S. José, enquanto que Santos era detido pela PSP. Desconhecem-se ainda os motivos que estiveram na origem da agressão, sabendo-se apenas que Santos Aires estava sentado no banco de trás do «Mercedes» e as vítimas no banco da frente.

Discoteca destruída em Braga

Uma discoteca localizada em S. Martinho de Dume, nos arredores de Braga, foi ontem destruída pelo fogo, apesar da pronta intervenção dos Sapadores Bombeiros daquela cidade. Segundo um funcionário da discoteca, o sinistro poderá ter

sido de origem criminosa, dado que «foi enontrada uma porta forçada, uma janela aberta, várias garrafas de uísque espalhadas pelo chão e um regador de plástico». Não se registaram vítimas.

Donativo para vítimas das cheias

O primeiro conselheiro da Embaixada da República Federal da Alemanha, Heinz Georg Fett, entregou ontem ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) um montante de cinco mil contos para as vítimas das cheias de Novembro último. Uma fonte do SNPC disse que o donativo do Governo de Bona se destina à obtenção de alojamentos de emergência para as vítimas das cheias da zona da Grande Lisboa.

Advogado já está em Custóias

Já deu entrada na cadeia de Custóias, o advogado do Porto João Miranda, que, conforme o «DL» ontem noticiou, foi detido sob a acusação de

rapto e sequestro da esposa, Maria Alice Aires Pereira, professora liceal, que em 5 de Dezembro do ano passado havia requerido o divórcio.

Defesa vai recorrer da sentença

Penas de seis a doze anos de prisão para portugueses acusados de violação

Os quatro imigrantes portugueses acusados de terem violado uma jovem de 22 anos, num bar de New Bedford, foram ontem condenados a penas entre seis e doze anos de prisão. Dois dos seis réus iniciais foram absolvidos após terem sido declarados inocentes pelo júri.

Os seis homens, todos originários dos Açores, eram acusados de, no dia 6 de Março de 1983, terem violado uma jovem, sobre uma mesa de bilhar do Big Dan's, um bar de New Bedford, que aí tinha ido comprar cigarros. A vítima é, também, de origem portuguesa.

Vitor Raposo, Daniel Silva e John Cordeiro foram condenados a penas de 9 a 12 anos de prisão e José Vieira a uma pena de 6 a 8 anos. Virgílio Medeiros e

José Medeiros foram absolvidos, uma vez que, durante o julgamento, não foi provada a sua implicação directa na violação. Segundo várias testemunhas, eles «limitaram-se» a impedir certos clientes do bar de intervir ou de chamarem a Polícia.

Recorde-se que, conforme noticiámos, os quatro condenados arriscavam-se a prisão perpétua ou a serem deportados dos Estados Unidos, devido ao facto do júri dos julgamentos os ter declarado culpados de violação com agravantes.

A sentença do juiz William Young foi lida perante uma sala repleta de público, na maioria norte-americanos de origem portuguesa. No exterior, cerca de 400 portugueses aguardavam informações sobre a sentença.

Os quatro portugueses cumprirão as penas na prisão estadual de Walpole, nos arredores de Boston. Os acusados têm agora trinta dias para recorrer da sentença, tendo os seus advogados anunciado que irão apelar para novo julgamento. Para o efeito, o Comité de Defesa, organismo formado no decorrer do processo, iniciou uma recolha de fundos para suportar as despesas do novo julgamento.

O processo tinha feito grande alarido nos Estados Unidos e tanto a Imprensa como Televisões americanas deram-lhe enorme realce. Associações femininas tinham assumido a defesa da vítima e manifestado a sua indignação pelo facto de a jovem poder ser tratada como ré pela defesa. Com efeito, durante

os interrogatórios, os advogados de defesa tentaram desacreditar a jovem, mãe celibatária no desemprego, pondo em causa a sua integridade moral e esforçando-se por demonstrar que ela tinha provocado os seus agressores.

Por outro lado, a comunidade portuguesa, que constitui 60 por cento da população de New Bedford, teme a possibilidade do caso provocar uma vaga ainda maior de xenofobia na região. A título de exemplo, têm sido citados casos de violações colectivas feitas por americanos e que apenas ocupam pequenos espaços nos jornais, enquanto o caso de New Bedford foi tratado, frequentemente, como assunto de primeira página.

A propósito da «instrução» ministrada naquela unidade

Testemunho insuspeito dum ex-coronel do Regimento de Comandos da Amadora

A violência no interior dos quartéis portugueses voltou de novo à «ribalta» com o julgamento no Tribunal Militar de Coimbra do sargento do Regimento de Comandos da Amadora, Carlos Manuel de Jesus Santos, acusado, segundo o libelo apresentado pelo promotor de Justiça, de abuso de autoridade em dezóito soldados, substanciado em ofensas corporais durante uma sessão de instrução de educação física, em Abril de 1982, no campo de obstáculos de Santa Margarida. Tal como ficou provado no decorrer do julgamento, o sargento Carlos Santos, condenado em treze meses de prisão (embora só a cumprir cerca de sete meses, devido à amnistia concedida por ocasião da visita do Papa João Paulo II), «gravou, alternadamente nas costas, no peito e na barriga dos seus subordinados, cruzes, números, riscos vários e quadrados, tendo chegado ao ponto de desenhar a bandeira inglesa no peito de um deles». Embora não conste do libelo, o referido graduado teria, em outras ocasiões, obrigado alguns dos seus instruídos a actos

ainda mais atentatórios da sua dignidade «enquanto militares e cidadãos».

Quem como nós assistiu ao julgamento, não poderá deixar de assinalar a extrema benevolência do colectivo presidido pelo coronel Santos Simões, bem como o importante testemunho do tenente-coronel Luís Carlos Loureiro Cadete, comandante do Batalhão de Instrução do Regimento de Comandos da Amadora à data do incidente. Para Loureiro Cadete, a actuação do sargento Carlos Santos está de acordo com a metodologia «mais tradicional» seguida então, disse, naquela unidade, onde «a instrução era considerada tanto melhor e mais eficaz quanto maior fosse o número de instruídos que precisassem de ser tratados no serviço de saúde, em consequência dessa instrução». Loureiro Cadete, que moveu o processo contra o sargento Carlos Santos, revelou que, por não estar «solidário» com tais métodos, procurara acabar com os abusos que ali se cometiam. E a prova de que não conseguiu o seu objectivo está patente no facto de ter-se afas-

tado da unidade, sendo transferido para a Brigada NATO, em Santa Margarida, onde ainda se encontra.

A exposição de Sousa Tavares

Este julgamento, de qualquer maneira uma atitude corajosa de trazer até à opinião pública o que, de negativo, se passa para além dos muros dos quartéis, veio por outro lado demonstrar como têm sido importantes as tomadas de posição de familiares de algumas das vítimas da instrução, já depois do final da guerra colonial. Estamos a lembrar-nos dos casos do cadete Melro estudante de Medicina morto há quatro anos no decurso de um exercício de «fogos reais» na Base Aérea de Tancos e do cadete Manuel Cabrita (engenheiro civil falecido em circunstâncias ainda não esclarecidas em Setembro de 1981, quando fazia a recruta na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas). Ambos os processos estão ainda longe de ter sido aclarados, sendo, no entanto, de referir que, à semelhança do que afirmou em

Coimbra o tenente-coronel Loureiro Cadete, também o dr. Miguel Sousa Tavares, na qualidade de advogado da família do cadete Cabrita, frisava na exposição que dirigiu ao então chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos, que, de acordo com os relatos de testemunhas (instruções do pelotão da vítima) «as condições em que se processou a recruta do cadete Cabrita revestiam aspectos de extrema dureza e até degradantes, o que terá contribuído, em grau que se desconhece, para o evento fatal».

Tal como no processo de Coimbra, igualmente neste processo são apontados como principais responsáveis pelo sucedido, os instrutores do cadete Manuel Cabrita, alferes Rebelo e sargento Coelho.

Ora se tudo isto acontece num País cujo último campo de batalha foi «extinto» há doze anos, será pertinente perguntar: que «fantasmas» perseguem, ou ainda transportam dentro de si, instrutores que tais excessos cometem?...

Manuel Geraldo

Ao defender-se da tentativa de violação

“Excesso” de legítima defesa na mulher que matou o pai

Acusada de ter morto o pai à paulada quando este tentava, mais uma vez, manter relações sexuais consigo, Alcina Maria de Jesus Reis, de 27 anos, moradora na Rua do Viso, 180, em Canidelo, Gaia, deu entrada ontem, à tarde, na Cadeia de Custóias, conforme decisão do magistrado que a ouviu nos Juízos

de Instrução Criminal de Gaia. Alcina Maria havia alegado que o pai, o operário têxtil Celestino de Oliveira Reis, de 53 anos, a ameaçava de morte com um pau, caso ela recusasse a sua proposta. Disse, também, no posto da GNR de Canidelo, onde se apresentou voluntariamente, que havia desarmado o pai e, utilizando o mesmo pau, vibrou-

-lhe uma pancada na cabeça que o fez cair por terra.

A versão apresentada por Alcina foi, segundo apurámos, posta em dúvida pelo magistrado que a ouviu no Juízo de Instrução Criminal de Gaia, na medida em que o cadáver de Celestino Oliveira terá apresentado sinais de mais do que uma pancada e não apenas na cabeça.

Admite-se, por conseguinte, que Alcina Maria não tenha dito toda a verdade e possa eventualmente ter excedido a «legítima defesa». Antes mesmo de ser conhecido o resultado da autópsia, o magistrado entendeu que era de manter a prisão preventiva e, por isso, ordenou a condução da Alcina à cadeia de Custóias.

Traficantes de heroína acusam PJ de “métodos anticonstitucionais”

Proseguiu ontem à tarde, no 2.º Juízo Criminal do Porto, o julgamento dos 52 indivíduos implicados na maior rede de tráfico de droga (heroína) até agora desmantelada pela Polícia Judiciária.

O Tribunal, presidido pelo juiz dr. Mário Cruz, iniciou a audição das testemunhas de acusação, começando exactamente pelo inspector dr. Moura Pinto, que dirigiu toda a investigação. Atra-

vés dos seus advogados, alguns dos réus dirigiram acusações à Polícia Judiciária, designadamente no tocante aos «métodos» utilizados. Segundo foi afirmado, «a PJ ouviu alguns dos detidos sem previamente os ter advertido de que tinham a faculdade de não prestarem declarações» e «interceptou correspondência, dirigida pelo menos a uma das réas do processo, a qual seria entretanto

junta nos autos», o que, no dizer de um advogado, «choca frontalmente com as garantias constitucionais».

Por outro lado, foi também referido que a «PJ fez interrogatórios que só ao juiz de Instrução Criminal cabia fazer». Instado sobre estas questões, o dr. Moura Pinto declarou que «dadas as dificuldades humanas e técnicas com que se trabalha na Direcção da PJ,

pode, aqui e além, ter havido necessidade de lateralizar a lei em benefício de uma actuação prática». Para aquele inspector da PJ, não há dúvida que os réus acusados como traficantes, «foram-no mesmo», embora pudessem também consumir algum do produto que vendiam. O dr. Moura Pinto esclareceu que a heroína custava cerca de mil escudos o grama e depois era vendida a 20 ou 30 contos.



DE CA FAS

Vereadora socialista propõe criação de um passe social escolar

A vereadora do PS na Câmara Municipal de Lisboa, Ana Brito, propôs ao secretário de Estado dos Transportes a criação de um passe social escolar para os alunos que frequentam o ensino obrigatório.

Conforme comunicou na reunião de ontem do município lisboeta, Sara Brito propôs também o alargamento do horário de utilização do passe social da terceira idade.

No primeiro caso, aquela vereadora sublinhou que a escolaridade obrigatória abrange crianças até aos 12 anos de idade, obrigando-as a consideráveis deslocamentos entre o local de residência e a escola, o que onera de forma sensível os orçamentos familiares.

No segundo caso, salientou que os horários dos vários serviços públicos a que os idosos têm frequentemente que recorrer — hospitais, análises clínicas, etc. — tornam premente o alargamento proposto.

Inaugurado ontem novo serviço postal

“Express Mail” acelera correio em Portugal

O ministro do Equipamento Social, Rosado Correia, presidiu ontem à inauguração do novo serviço postal — «Express Mail» — e teceu algumas considerações sobre a importância das comunicações no mundo de hoje.

O «Express Mail» constitui um serviço de correio acelerado — o terceiro de uma série de novos serviços criados este ano pelos Correios —, com o objectivo de proporcionar meios mais rápidos de comunicação postal e, predominantemente, dirigidos ao sector empresarial e institucional do mercado.

Caracterizado por um tratamento individualizado e criado à margem dos circuitos e processamento do correio ordinário, este novo serviço garantirá melhor segurança e rapidez. Desta forma, a recolha e entrega de objectos postais processa-se no cumprimento de prazos previamente determinados, decorrendo todo o circuito de transportes segundo padrões de segurança resultantes do tratamento individualizado de cada uma das peças.

O serviço de correio acelerado vai servir, nesta primeira fase,

Lisboa, Porto e Coimbra, e, também, Macau, dependendo o alargamento da sua rede geográfica da oportunidade e adesão do mercado. O «Express Mail» vai actuar, ainda, internacionalmente, sendo a Inglaterra o primeiro país a receber correio acelerado de Portugal.

Os CTT pretendem alargar estas entregas já no próximo trimestre à Espanha, Suíça, França, Suécia, Brasil, Venezuela e, muito proximamente, à Alemanha Federal, Estados Unidos, Canadá e Itália, entre outros países que permutarão este tipo de correio postal com Portugal.

Modernização do serviço

Na cerimónia de inauguração do novo serviço postal, o ministro Rosado Correia afirmou que «para a nossa modernização, para o nosso desenvolvimento, temos necessidade de uma associação mais íntima com outros países, com outras áreas económicas organizadas».

Na sua intervenção, o titular da pasta do Equipamento Social considerou a central dos Correios de Cabe Ruivo «uma das mais modernas, se não mesmo a mais moderna da Europa».

«O Mercado Comum, por razões conhecidas, é o nosso caminho natural», salientou Rosado Correia, acrescentando que, «para nos integramos, de facto, nessa Europa alargada, para tirarmos proveitos dessa aproximação, as comunicações são fundamentais».

O ministro do Equipamento Social especificou depois o que considerou alguns êxitos do seu Ministério no domínio das comunicações e elogiou o trabalho que tem vindo a ser feito nos CTT, nomeadamente, no que se refere à modernização do equipamento.

Na cerimónia usou também da palavra o presidente do conselho de administração dos CTT e TLP, Oliveira Martins, que fez um histórico dos correios em Portugal desde a sua criação no reinado de D. Manuel e salientou que «no domínio das tecnologias postais, não vamos atrás de ninguém».

CRARA debate amanhã situação da Reforma Agrária

A apreciação e votação do relatório e contas de 1983 e um debate sobre a actual situação da Reforma Agrária com a participação de Neves Borges, operário agrícola e dirigente do Secretariado Distrital das UCP's de Beja, são os temas da ordem de trabalhos do Plenário da CRARA (Associação de Apoio à Reforma Agrária), marcado para amanhã, dia 28, às 21 horas, na Rua Artilharia Um, 105-1º.

No relatório de actividades de 1983, salientam-se as áreas de actuação ou apoio (directo e indirecto) e divulgação da Reforma

Agrária.

«O apoio directo, — diz o relatório — entendido como acção desenvolvida na própria Zona de Intervenção da Reforma Agrária, foi dado com regularidade pelo Sector da Saúde e, de forma mais intermitente, pelo Sector da Contabilidade.»

Quanto ao apoio indirecto, sobretudo — acrescenta o documento — o que prestou ao longo do primeiro semestre de 1983 na preparação da 7.ª Conferência (tratamento dos inquéritos às UCP's, análise económico-financeira e balanço).

Policlínico do Norte contra Ministério da Saúde

Médicos policlínicos do Norte acusaram ontem o Ministério da Saúde de «inoperância» e «incapaz» de dar resposta às «premissas de acesso e progressão nas carreiras médicas em tempo apropriado».

Em comunicado dirigido à ANOP as comissões de curso daqueles clínicos (licenciaturas de 1980, 81 e 82) afirmam que «passados alguns meses de acção governativa, constata-se com preocupação que nada de concreto se fez ou perspectiva em termos de programação de concursos».

O documento refere que se adia «constantemente a negociação dos mapas de vagas e continuam por definir algumas questões essenciais respeitantes à metodologia e ao regulamento desses mesmos concursos».

Os policlínicos do Norte exigem do Ministério da Saúde «estrita observância dos pontos já acordados e garantidos pelo Ministério relativos aos concursos de acesso aos internatos complementares e carreira de clínica geral, nomeadamente a permanência dos médicos policlínicos nos hospitais até à sua realização, realização de concursos separados por cursos de simultaneidade de concursos de entrada nos internatos complementares e carreira de clínica geral e anúncio prévio de 60 dias».

O documento inclui a exigência de que «de forma alguma a possibilidade de acesso aos internatos complementares ou carreira de clínica geral dos actuais policlínicos possa ser prejudicada por candidatos de licenciaturas anteriores».

Conferência de ROGER ESTABLET

Autor de «L'école capitaliste en France» e «L'école primaire divisée»
Co-autor de «Lire le Capital»

dia 28 15h.

Biblioteca Nacional
Campo Grande

Tema:

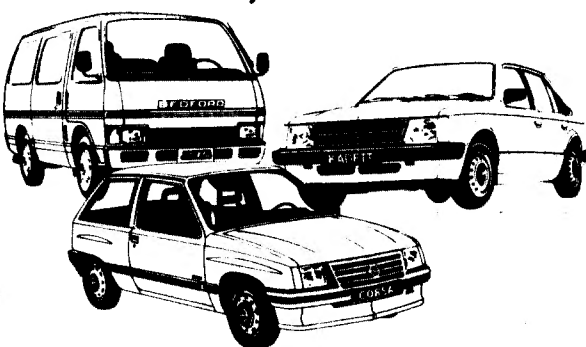
A escola e a produção: o exemplo da evolução em França

- «1) A escola, a organização social e a produção
- «2) A escola e as forças produtivas.»

Iniciativa integrada no âmbito da preparação da Conferência Nacional do Ensino Superior

Federação Nacional dos Professores
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

SEM JUROS, EM 60 MESES...



VEÍCULOS OPEL e BEDFORD

MODELOS (entre outros)	MENSALIDADES DESDE*
Opel Corsa	12.415\$00
Opel Kadett	17.826\$00
Bedford Seta	22.630\$00
Bedford KBD 26	13.964\$00

* A data de 10 de Janeiro de 1984



sagrup, lda.

(p.e.f.) Av. Estados Unidos da América, 49-2 • Dt. Lisboa • Telex: 808020/803658
Informe-se em todo o País nos concessionários GENERAL MOTORS

EM LISBOA

SOREL, SARL

Rua Filipe Folque, 12 • 1000 • Tel. 563441

EM ALMADA

LEMAUTO, SARL

Av. Marginal-Margueira, 2800 • Tel. 2765277

SAGRUP CONSÓRCIO DE CONCESSIONÁRIOS GENERAL MOTORS
O único consórcio de marca em Portugal

Em OLHÃO o **Diário de Lisboa**
vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Léo Ferré



Coliseu

30 e 31 de Março às 21.30 h.

Bilhetes à venda no Coliseu, Eranova e ABEP

24 horas

URSS-China

A quarta série de consultas sovieto-chinesas sobre a normalização das relações entre os dois países, que principiaram em 12 de Março, em Moscovo, terminou segunda-feira, anunciou a agência TASS.

Pilotos despedidos

A companhia aérea da Nigéria, Nigéria Airways, despediu na segunda-feira os seus 287 pilotos e mecânicos de voo, devido à greve, considerada pela direcção, iniciada, há quatro dias pelo pessoal navegante. Segundo um porta-voz da companhia, certo úm de hospedeiras e comissários, que tinham cessado o trabalho em solidariedade com os pilotos, foram igualmente despedidos.

Direitos das mulheres

A terceira sessão do Comité das Nações Unidas para acabar com a Discriminação das Mulheres começou hoje em Nova Iorque com o tema igualdade de direitos das mulheres na vida social.

Pacifistas condenados

Quatro pessoas foram condenadas na semana passada, na RDA, a penas de oito a vinte meses de prisão dado o seu compromisso activo no seio de grupos pacifistas da Igreja Protestante Leste-Alemã, soube-se de boa fonte 2.ª-feira em Berlim Ocidental.

Manifestação na RFA

Mais de mil pacifistas oeste-alemães bloqueiam desde domingo à noite os vários acessos ao aeroporto militar britânico de Guetersloh, no noroeste da RFA, anunciou 2.ª feira a Polícia da cidade. Estes manifestantes, informou a mesma fonte, pretendem "protestar contra a ameaça permanente de uma guerra nuclear e contra os mísseis Pershing-2", de que uma primeira bateria de nove já está estacionada na RFA.

Ataque da UNITA

Elementos da UNITA atacaram domingo um bairro da cidade do Sumbe, antiga Novo Redondo, onde provocaram oito mortos e 40 feridos entre a população — noticiou segunda-feira a agência angolana ANGOP. Uma acção imediata de resposta das Forças Armadas Angolanas provocou até à noite de domingo 30 mortos, numerosos feridos e 12 detidos, entre a UNITA, continuando ainda a perseguição às forças atacantes — acrescenta a ANGOP.

Estudantes palestinos

Forças israelitas de segurança reprimiram estudantes palestinos de Jerusalém e de Batânia, no distrito de Ramallah, que se manifestavam contra o tratado de paz israelo-egípcio firmando há cinco anos. Os jovens protestavam também pelo facto de as autoridades municipais árabes terem reatado os seus contactos com o Governo israelita na Cisjordânia ocupada.

China-Reino Unido

Os negociadores chineses e britânicos recomparam hoje, em Pequim, a 11.ª sessão de discussões sobre o futuro de Hong-Kong, enquanto a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, teria pedido aos negociadores chineses que não concluíssem um acordo à pressa, segundo um jornal de Hong-Kong.

Condenações à morte

O tribunal Koweitiano de Segurança do Estado pronunciou, hoje de manhã, seis condenações à morte, três das quais por contumácia, no julgamento dos autores dos atentados à bomba que fizeram seis mortos e 86 feridos no passado dia 12 de Dezembro. Estes atentados tinham visado, designadamente, as Embaixadas dos Estados Unidos e da França e a torre de controlo do aeroporto do Koweit.



SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO

AVISO

Tendo chegado ao conhecimento da Direcção-Geral do Turismo que vários indivíduos invocando a qualidade de inspectores, designadamente nas regiões de Lisboa e Algarve, vêm contactando unidades hoteleiras e similares com o objectivo de angariar ou publicidade para um guia turístico e, ou aquisição de uma placa com os dizeres «Royal Executive Class» cujo patrocínio seria deste organismo, avisam-se os interessados que a Direcção-Geral do Turismo é totalmente alheia a tais promoções. De tais factos se deu já conhecimento à Polícia Judiciária.

Pel' O DIRECTOR-GERAL DO TURISMO

a) Cristiano de Freitas

"A viagem mais perigosa do seu reinado"

Isabell II visita a Jordânia

A rainha Isabel II iniciou hoje uma visita oficial de cinco dias à Jordânia, antiga colónia britânica, a convite do Rei Hussein, no que a Imprensa considera a visita mais perigosa do seu reinado.

É a primeira vez que um chefe de Estado britânico visita a Jordânia. Amã está hoje engalanada com bandeiras britânicas e jordanas, enquanto as forças de segurança tomaram medidas, depois de na semana passada uma bomba ter explodido à porta do Hotel Intercontinental, ferindo duas pessoas.

A polícia jordana descobriu posteriormente outros dois engenhos explosivos nos arredores da capital. O atentado contra o Intercontinental foi reivindicado pelo grupo extremista palestino Abu Nidal, de que alguns membros estão presos em cadeias britânicas por causa da tentativa de assassinio do embaixador israelita em Londres em 1981.

A comitiva da soberana britânica inclui seu marido, o príncipe Filipe, o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Richard Luce, e outras entidades que terão em Amã conversações com as autoridades locais sobre a eventual convocatória de uma Conferência Internacional de Paz para o Médio Oriente.

Anteriormente, a rainha britânica esteve em Chipre, onde reuniu com o presidente Spyros Kyprianou.

Novas místicas de Hussien

O rei Hussein da Jordânia criticou de novo a política americana do Médio Oriente e condenou a influência de Israel sobre Washington, numa entrevista publicada na última edição do semanário «Time».

As relações entre os Estados Unidos e o mundo árabe poderão não melhorar enquanto os Estados Unidos não adoptarem «uma atitude mais equilibrada (...) tendo em conta os interesses nacionais da região», declarou o rei Hussein.

«Israel tem o direito de veto para tudo o que os Estados Unidos decidam fazer a favor de um Estado árabe amigo» afirma o soberano hachemita, acrescentando que «há um jogo duplo em tudo isto».

Os americanos, acentua, tratam os resistentes afgãos de «Mojahedines» (combatentes para a liberdade) enquanto que os palestinos são «terroristas», privados de direitos.

«A influência de Israel no Congresso (americano) é enorme, e eu não vejo como tal pode servir os interesses nacionais americanos», insiste o rei Hussein.

Em recentes declarações ao jornal «Washington Post» e ao quotidiano «New York Times», o

rei Hussein tinha já lamentado «a tragédia da erosão» da credibilidade da diplomacia americana no Médio Oriente e afirmava que, ao alinhar-se com Israel, os Estados Unidos tinham perdido todo o prestígio na qualidade de mediadores na região.

A situação no Líbano

Seis pessoas morreram e mais de 20 ficaram feridas em Beirute durante a noite passada — informou hoje a emissora oficial libanesa. Esta manhã, segundo — AFP, morreram 10 pessoas e ficaram feridas 53.

Os combates entre milícias muçulmanas, exército libanês e falangistas cristãos iniciaram-se pouco depois de ter sido concluído um acordo entre representantes de todas as facções armadas libanesas para que efectivos da polícia ocupem as posições até agora ocupadas pelo contingente francês na linha da demarcação entre os sectores cristão e muçulmano de Beirute.

O segundo grupo de paraquedistas franceses retirado de Beirute embarcou durante a tarde de segunda-feira no avião «Estrela».

Os soldados franceses que ocupam os postos de controlo da «Linha Verde» devem permanecer na capital do Líbano até o dia 31 de Março.

Fase decisiva no Estado de Connecticut

Vai apagar-se o "lume" de Gary Hart?

O complicado e prolongado processo de escolha do candidato democrata à presidência dos Estados Unidos entra hoje na sua fase decisiva com a realização das primárias de Connecticut, um estado de forte implantação imigrante.

O senador do Colorado, Gary Hart, conseguiu no passado fim-de-semana, vencer as convenções locais de Montana, após uma série de nove derrotas nos últimos dez dias.

A eleição de Connecticut, na qual Hart parece chegar como favorito, pode dar-lhe o impulso necessário para encerrar as eleições de Nova Iorque, dia 3 de Abril e da Pensilvânia, a 10 do mesmo mês.

O ex-vice-presidente Walter Mondale segue à frente em número de mandatos para a participação na Convenção de São Francisco, que se efectua em Julho.

De momento, Mondale conta com 673 mandatos, Hart 393 e Jesse Jackson 85.

Hart e Mondale iniciaram há vários dias a sua campanha em Nova Iorque.

Mondale falou domingo numa sinagoga, beijou muitas crianças durante um comício nas ruas de Harlem, onde vivem os habitantes de origem hispânica, enquanto Hart fazia o mesmo numa zona do bairro de Queens, bebendo cerveja num bar irlandês, depois de haver assegurado às audiências judias que é um grande amigo de Israel.

A estimativa quanto ao voto judeu, em Nova Iorque é de uns 35

por cento, e, por esse motivo, o tema Israel é prioritário para a obtenção de votos.

Mondale, que vê como a «máquina perfeita» a que se apoia desde o princípio começa a dar rendimento, conseguiu votos em Virgínia e um bom triunfo em Kansas (de onde Hart é originário).

Por outro lado, em Illinois ganhou mesmo sem os votos dos negros, que foram para o pastor Jesse Jackson.

Em Nova Iorque joga-se o futuro dos 285 votos na Convenção e os inquéritos prognosticam uma vitória do ex-vice-presidente.

No entanto, os votos da vizinha Connecticut (50), podem significar uma recuperação de Hart, o que poderá desmentir todas estas perspectivas, como ocorreu em New Hampshire.

As «ideias tradicionais» dos tempos de Franklin D. Roosevelt, confrontam-se ainda com as «novas ideias» das gerações que não conheceram a Segunda Guerra Mundial, o conflito da Coreia ou os anos de John F. Kennedy.

Hart tem os seus partidários entre estes últimos, aqueles que lutaram contra a guerra do Vietname.

Reagan lançar-se-á na próxima semana na sua campanha eleitoral e viajará para Nova Iorque três dias depois da primária democrata, iniciando aí uma série de intervenções, com que espera afastar as atenções dos seus rivais, para culminar com a viagem à China e a entrevista com o Papa João Paulo II, na passagem coincidente de ambos pelo Alasca.

Turquia

Partido governamental ganha eleições locais

De acordo com os resultados parciais anunciados esta manhã, o Partido da Mãe Pátria do primeiro-ministro, Turgut Ozal, tem assegurada a vitória por larga margem nas eleições municipais turcas.

Segundo os resultados das Assembleias provinciais, que abrangem mais de 3 milhões de

eleitores (entre cerca de 20 milhões), o Partido da Mãe Pátria vai à frente com 43 por cento dos votos, seguido dos dois principais partidos da oposição extraparlamentar, o SODEP (social-democrata) — 23,5 por cento — e o Partido da Via Justa, próximo do antigo primeiro-ministro conservador, Suleyman Demirel —

15 por cento.

Estes partidos, que afirmavam que a vitória de Ozal nas legislativas de Novembro último se deveria ao facto de os militares não terem autorizado a sua participação no escrutínio no «regresso à democracia», não alcançam juntos os resultados do partido governamental.

Chilenos v nas ruas co

Os grupos opositores que corram à Jornada de Protesto Nacional em Chile, pediram ao povo que se concentrasse.

O Comando Nacional de trabalho vocou a jornada insistiu no seu lento e advertiu que se evitarão os agitadores.

A jornada de protesto contra o regime militar do general Augusto Pinochet, a primeira deste ano, surgiu após uma reunião ampliada do Comando Nacional de Trabalhadores presidido pelo sindicalista Rodolfo Seguel, tendo recebido a adesão das multipartidárias Aliança Democrática (AD), Movimento Democrático Popular e Bloco Socialista.

El Salvador — que eleições

Atraso no a provoca mal

A lentidão do Conselho Central das Eleições que, mais de 24 horas depois do encerramento do escrutínio, ainda não deu o mínimo resultado oficial, está a provocar um crescente mal-estar em El Salvador.

Os observadores interrogam-se sobre os motivos que podem levar o organismo responsável pelas eleições, cujas insuficiências já tinham aparecido claramente durante as operações de voto de domingo passado, a manter um silêncio total sobre resultados já conhecidos largamente, extra-oficialmente graças ao centro de contagem do Partido Democrata-Cristão.

Ora este último, que recebe o mesmo material que a CEE, visto que é entregue uma cópia dos resultados de todas as assembleias de voto aos representantes dos partidos políticos, depois do escrutínio anunciou, logo ao fim da manhã de ontem, a vitória relativa do seu candidato, José Napoleón Duarte, seguido pelo major Roberto D'Aubuisson, dirigente da extrema-direita, com o qual deverá disputar a segunda volta.

Há, por outro lado, muitos eleitores que descobrem com sur-

Ministro da Defesa confi

Mísseis de C operacionais

Os primeiros mísseis de Cruzeiro da NATO na base siciliana de Comiso estarão «operacionais até final de Março» anunciou na segunda-feira o ministro italiano da Defesa, Giovanni Spadolini.

«As actividades técnicas preliminares estão a partir de agora na sua fase de conclusão», precisou o ministro na Câmara de Deputados, sublinhando que este primeiro grupo de mísseis seria instalado até final de Março «como estava previsto e como foi anunciado».

A declaração de Spadolini segue-se a informações publicadas neste fim-de-semana na Imprensa, segundo as quais dezasseis mísseis de Cruzeiro — quatro baterias de quatro ogivas cada — estariam já operacionais em Comiso. O ministro não fez, pela sua parte, qualquer precisão sobre o número de mísseis em questão.

Spadolini procurou mostrar que a Itália respeita o calendário previsto pelos acordos da NATO para a instalação de mísseis. Ele

voltam a manifestar-se contra a ditadura

convocaram ou aderiram ao Conselho Nacional de hoje no seu comportamento tranquilo. Trabalhadores, que com seu carácter não violento, as acções de possíveis

Tabém aderiram vários sindicatos, grupos populacionais, estudantes, e sindicatos, entre eles, o dos jornalistas.

O governo, alegando acções violentas e atentados que recrudesçam nos últimos dias, declarou no passado dia 23 o estado de emergência por um período de 90 dias.

Ontem à noite foi decretado o recolher obrigatório, que voltará a entrar em vigor, como estava, da meia-noite e meia até às nove da manhã, a partir da madrugada de quarta-feira.

O prelado da capital chilena, monsenhor Fresno, numa homilia, apelou a todo o povo «governantes e governados», partidários e opositores «para que se esforcem na via do diálogo».

O arcebispo apelou à não violência «tanto nas manifestações, como na repressão» e pediu ao governo que «se sente a uma ampla mesa de negociações a fim de proporcionar ao Chile uma vida melhor».

O Comando Nacional de Trabalhadores acolheu o apelo e visitou o arcebispo para lhe exprimir a sua adesão após o que Seguel disse que a central sindical aceitaria o diálogo com o governo a fim de «procurar uma solução para os graves problemas que o país vive».

Seguel anunciou também que o Comando Nacional de Trabalhadores tinha decidido suspender a marcha prevista para hoje em que a direcção sindical, em princípio, se dirigiria ao ministério da Defesa, a fim de entregar um documento relativo à situação do país.

O chefe das Forças Armadas e membro da Junta ditatorial, almirante José Tóribio Merino, admitiu que «se a oposição quer manifestar-se mediante jornadas de protesto pacíficas ninguém a impedirá, mas creio que para todo o povo chileno bem nascido não pode aceitar-se, nem conceber-se a violência».

Merino, ao comentar a mensagem de monsenhor Fresno, disse que «as palavras do arcebispo devem ser ouvidas por todos, porque demonstram boa-vontade, o que indica que a solução dos problemas se encontra no diálogo».

O general Pinochet tem guardado, por agora, o silêncio dos «prudentes».

anúncio dos resultados al estar generalizado

presa, durante conversas ao acaso, a existência de uma segunda volta, ficando a saber nessa altura, que terão de ir votar uma segunda vez.

A lei eleitoral, adoptada apenas um mês antes do escrutínio foi pouco difundida e todos os candidatos centraram a sua campanha na eleição de 25 de Março, como se nesse dia ficasse tudo decidido.

«Então Duarte ganhou mas não é presidente, e será preciso votar outra vez?» exclamou, com uma ponta de indignação, uma mulher que acabava de surpreender uma conversa entre dois jornalistas estrangeiros.

Tal como ela, muitos salvadorenhos têm a impressão de que foram um pouco enganados, ao descobrirem a existência dessa segunda volta, cuja data exacta não é conhecida.

Só o presidente americano, Ronald Reagan anunciou oficialmente que as eleições presidenciais em El Salvador tinham sido uma «vitória da liberdade sobre a tirania».

No decorrer duma cerimónia na Casa Branca, o presidente americano congratulou-se com o facto de os salvadorenhos terem

Jose Napoleon Duarte começou a declarar-se vencedor das «eleições» em El Salvador, mas acabou por admitir que tem de ir a uma segunda volta «eleitoral»

«enfrentado a violência e a sabotagem da guerrilha» para se dirigirem às urnas.

Ao mesmo tempo, as primeiras unidades do Exército americano que devem participar nas manobras conjuntas americano-hondurenhas «Granadera-Uno» — chegaram ontem às Honduras, anunciou o coronel James Strachan, subdirector americano das Relações Públicas do Comando Sul.

Entre 100 a 200 militares do 864.º batalhão de engenharia chegaram no domingo a São Pedro Sul, a localidade situada a 240 kms a norte da capital hondurenha, precisou o coronel Strachan. O resto do batalhão, composto por 800 homens, chegará às Honduras no decorrer da semana, precisou o oficial americano.



Jose Napoleon Duarte começou a declarar-se vencedor das «eleições» em El Salvador, mas acabou por admitir que tem de ir a uma segunda volta «eleitoral»

Cruzeiro de Comiso até final do mês

linha de facto anunciado, em Novembro passado, que a instalação teria um adiamento de três meses devido a problemas técnicos, e estaria realizada em final de Março de 1984.

A declaração de Spadolini provocou uma viva reacção do Partido Comunista na segunda-feira à noite. Em comunicado, o PCI insurge-se contra «a gravidade do anúncio feito pelo ministro da Defesa» e lamenta que o governo não tenha «retardado ao máximo os prazos de instalação técnica para favorecer o recomeço do diálogo».

Em Comiso, os pacifistas anunciaram que irão dentro de dias lançar uma campanha de petições para propor uma lei que convida a população qualquer decisão sobre os mísseis.

Holanda

O Conselho das Igrejas da Holanda, órgão que engloba designadamente as igrejas católica, reformada e calvinista, pronunciou-se contra a instalação de mísseis de cruzeiro no país.

Numa carta enviada ao governo e ao parlamento holandeses e cujo texto foi divulgado em Amersfoort, o conselho, que representa cerca de nove milhões de crentes numa população de 14 milhões, precisa que as Igrejas membros consideram unanimemente que o recurso às armas nucleares contradiz a palavra divina que determina que seja preservada a Criação.

O Conselho afirma ter o apoio não só das Igrejas membros mas igualmente das Igrejas e dos cristãos da Europa Oriental «que procuram corajosamente contribuir para a regressão do armamento nuclear».

Advertência de Weinberger

O secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, vai advertir esta semana os responsáveis holandeses de que

uma decisão hostil ao estabelecimento dos mísseis de Cruzeiro poderia infligir um golpe fatal às esperanças de relançamento das negociações sobre o controlo do armamento nuclear, declarou na segunda-feira um alto funcionário do pentágono, citado pela AFP.

Segundo este responsável, que pediu para conservar o anonimato, os soviéticos poderiam com efeito recusar-se a retomar as conversações, se os holandeses renunciassem a aplicar as decisões tomadas em 1979 pela NATO.

Weinberger não tem todavia a intenção de se imiscuir nas deliberações respeitantes ao Parlamento holandês que são, disse, um delicado problema interno.

Enfim, o alto funcionário deu a entender que preferindo evidentemente que os holandeses instalem a totalidade dos 48 mísseis de Cruzeiro que estão previstos, os Estados Unidos poderiam talvez admitir a instalação de um número um pouco menor.

Peritos da ONU confirmam O Iraque utilizou armas químicas

O Iraque utilizou armas químicas na guerra que mantém há quase quatro anos com o Irão — revelou um relatório elaborado por uma Comissão Especial das Nações Unidas entregue segunda-feira ao secretário-geral, Javier Perez de Cuellar.

O grupo formado por especialistas toxicólogos da Espanha, Suécia, Austrália e Suíça, examinou soldados iranianos vítimas de bombas químicas lançadas nos dias 13 e 19 de Março últimos.

O pedido de investigação foi formulado às Nações Unidas pelo governo do Irão, depois da morte de vários dos seus combatentes devida aos efeitos químicos das bombas lançadas pela aviação do Iraque.

Um grupo de sobreviventes foi levado a hospitais da Suíça, onde os exames laboratoriais determinaram o tipo de gases que afectaram a vista, o sistema ner-

voso, o aparelho digestivo e outros órgãos.

Os investigadores das Nações Unidas, que estiveram durante seis dias no Irão, disseram ter recolhido bombas na zona de combates, que chegaram a explodir, e que posteriormente enviaram para os laboratórios da Suécia e da Suíça.

Em alguns casos foi identificado o agente Bis-(2 cloroetil) sulfúrico conhecido também como «gás mostarda» e em outros o «Etile» agente nervoso.

Em relação às pessoas examinadas que sofreram os efeitos destas armas, o relatório refere que os resultados analíticos e clínicos coincidem plenamente com as descrições das lesões causadas pelas referidas substâncias especialmente pela «mostarda de enxofre».

Greve dos mineiros afecta indústria britânica

A greve dos mineiros, que entrou ontem na sua terceira semana, começou a afectar seriamente a indústria britânica.

A Direcção da Indústria Nacionalizada do aço, «British Steel Corporation», anunciou com efeito a redução para metade, a partir de 2.ª feira, da produção da fábrica de Scunthorpe (Lincolnshire — centro da Inglaterra) onde um dos três altos-fornos deverá ser fechado.

A colocação em «desemprego técnico», num futuro próximo, de uma parte do pessoal, é perfeitamente encarada.

Por seu lado, Bill Sirs, secretário-geral da Confederação dos Sindicatos do Ferro e do Aço, entendeu domingo que a indústria não poderia suportar uma greve desta envergadura.

Manifestou o desejo de que a

Confederação dos Sindicatos Britânicos (TUC) intervenha rapidamente no conflito «porque outros grupos (socioprofissionais) começam a estar implicados».

Vinte e sete membros dos piquetes de greve foram detidos quando tentavam bloquear o acesso aos poços de Nottinghamshire, única região mineira, juntamente com o Leicestershire, onde a produção de carvão está ainda assegurada.

A greve foi desencadeada como protesto contra o plano de reestruturação da indústria nacionalizada dos carvões britânicos e que prevê, para 1984-85, o encerramento de 20 poços (em 176), a supressão de 20 000 postos de trabalho (em 180 000) e uma redução de 4 milhões de toneladas em produção.

A tragédia de Cubatão — 508 mortos e 127 feridos

O incêndio que há um mês se declarou na favela de Cubatão, próximo do porto de Santos (a 68 km de São Paulo) em consequência da explosão de um oleoduto, causou 508 mortos, na sua maioria crianças, e 127 feridos, segundo o relatório oficial da Polícia.

Trata-se de uma das maiores catástrofes registadas no Brasil. O balanço definitivo confirma a estimativa de 500 mortos avançada ontem pelo juiz de Instrução, Marcos Ribeiro de Freitas, a partir dos depoimentos dos sobreviventes da tragédia. Segundo os investigadores, a proporção entre o balanço inicial de 86 mortos e os números definitivos deve-se ao facto de muitos corpos terem ficado reduzidos a cinzas devido à violência do fogo.

A companhia «Petrobras», proprietária do oleoduto de Cubatão, foi responsabilizada em 8 de Março pela catástrofe. Segundo o procurador-geral, Paulo Salvador Frontini, a segurança das instalações petrolíferas era praticamente nula naquela favela onde 700 000 litros de gasolina se incendiaram em escassos segundos na noite de 25 de Fevereiro devido à ruptura de uma conduta.

As 508 vítimas, entre as quais se contam pelo menos 245 crianças, foram surpreendidas pelas chamas quando dormiam. Só depois chegaram os socorros. As barracas de madeira, edificadas sobre estacas cravadas no terreno pantanoso, arderam por completo em menos de uma hora.

Os 2000 sobreviventes da favela continuam a viver num verdadeiro barril de pólvora. Muitas condutas que ligam a refina-

ria de Cubatão ao porto de Santos não são subterrâneas e atravessam a descoberto aquele sector.

«A todo o momento pode registar-se um drama ainda mais grave do que o de 25 de Fevereiro», reconhecem os responsáveis da «Petrobras».

A direcção da Companhia transfere entretanto a responsabilidade da catástrofe para as autoridades locais por terem autorizado de há vinte anos a esta parte a instalação de milhares de pessoas na zona dos «pipe-lines».

TEATRO DO BAIRRO ALTO
R. Tenente Raul
Cascas, 1 A
1200 Lisboa
Tel. 651515 e 669205

Teatro da Companhia

A MISSÃO
de
HEINER MÜLLER

De 3.ª a Sexta, às 21.30 h.
Sábado, às 17 h. e 21.30 h.
Domingo, às 17 h.

10.º ANO
DE ACTIVIDADE
DA COMPANHIA

Sindicalistas detidos junto à residência oficial de Mário Soares

Julgamento marcado para 2.ª feira

É «mais um exemplo da concertação social» do Governo afirma a CGTP-IN, a propósito da detenção de cerca de meia centena de sindicalistas do distrito de Setúbal, quando ao fim da manhã de ontem se encontravam junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, aguardando resposta a um pedido de audiência, repetidamente formulado.

Os 48 dirigentes e activistas sindicais, entre os quais José Encarnação, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Intersindical, foram detidos por uma força policial da esquadra de São Bento, tendo sido libertados cerca das 18 horas, depois de o Tribunal de Polícia ter marcado o seu julgamento para a próxima segunda-feira.

A Polícia não apresentou qualquer justificação para as detenções. No entanto, um graduado da PSP apresentou como motivo o facto de os detidos «estarem reunidos em frente a um órgão de soberania, sem autorização prévia».

A CGTP afirma que esta forma de tratar os trabalhadores, como se fossem criminosos de delito comum, apenas por reclamarem ser ouvidos pelo Governo e por exigirem respostas concretas para os problemas dramáticos que defrontam, acentua o contraste entre esta atitude e a «actuação do Governo face às ilegalidades diariamente cometidas pelo patronato».

A União dos Sindicatos de Setúbal, por seu turno, em co-

municado ontem divulgado, interroga se é este o tão falado diálogo de concertação social do Governo de Mário Soares.

Entretanto várias outras organizações sindicais manifestaram o seu repúdio por mais esta acção do Executivo PS/PSD. Entre elas contam-se a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e as União dos Sindicatos de Lisboa e de Faro. Esta última sublinha que a sua apreensão «é tanto maior quanto é certo que os actos visando os representantes dos trabalhadores se repetem, dando a ideia de que estes se movem na ilegalidade ou que não estamos em democracia».

A acção repressiva de ontem, a quarta desencadeada contra trabalhadores em menos de um mês, como recordou a CGTP, levou a central sindical a apelar, mais uma vez, «a todos os trabalhadores e democratas para que se unam e lutem, cada vez mais vigorosamente, por um novo Governo e uma nova política».

A detenção como resposta

Após a detenção, e cerca das 14 horas, centenas de trabalhadores e dirigentes sindicais afluíram ao Tribunal de Polícia, onde aguardaram a chegada das carrinhas policiais com os sindicalistas de Setúbal que ocorreu poucos minutos depois das 15 horas. Estes foram mantidos nas viaturas até cerca das 18 horas, como se de criminosos de delito comum se tratasse.

De referir que nenhum dos detidos conhecia o motivo da prisão, sabendo apenas que a um pedido de audiência para reclamarem, legitimamente, o pagamento dos salários em atraso, a defesa dos postos de trabalho e a viabilização das empresas, recebiam como resposta a detenção.

Não obstante a sua situação, os detidos e as centenas de pessoas que se aglomeraram

frente às instalações do Tribunal manifestaram a força da sua razão e, confiantes na luta que prosseguem, cantaram o «Venceremos» e reafirmaram que «A Luta Continua».

CGTP-IN insiste

Entretanto a CGTP-IN enviou uma carta ao Primeiro-Ministro em que manifesta a sua «mais firme reprovção» pelo facto de o ministro da Administração Interna ter recusado uma audiência solicitada pela central sindical na sequência da intervenção policial ocorrida no passado dia 14 contra os trabalhadores da Sorefame.

Para a Intersindical, «tal atitude indicia uma total incapacidade de diálogo e revela propósitos de intransigência e prepotência inadmissíveis num Governo de Estado democrático».

A iniciativa da CGTP visava discutir com o Governo, por um lado, «a situação social extremamente grave» vivida pelos trabalhadores, designadamente os que têm salários em atraso, e por outro, o comportamento do Governo e das forças policiais, que têm «recorrido com frequência à violência sobre trabalhadores em luta, coo é o caso mais recente da Sorefame e dos vidreiros da Marina Grande».

Pessoal das IPSS em greve dia 6 de Abril

Os trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) poderão desencadear no próximo dia 6 uma greve de 24 horas caso não e inicie de imediato a discussão da portaria regulamentadora de trabalho no sector, no âmbito da comissão técnica nomeada pelo Ministério do Trabalho. Isto mesmo foi aprovado no 2.º Encontro Nacional dos trabalhadores das IPSS que decidiu também pela deslocação das ORT's, amanhã ao Ministério do Trabalho, a fim de entregarem as conclusões do encontro e marcarem a primeira reunião de negociações. Está também prevista a realização de plenários distritais de 29 a 31 do corrente «com vista à mobilização dos trabalhadores».

Uma moção aprovada no encontro responsabiliza o ministro do Trabalho «pelos eventuais prejuízos causados» pela luta que se venha a desenvolver e exige uma «nova política de apoio e financiamento das instituições com vista à sua viabilização».

Paralisação adiada

Foi adiada para quinta-feira a paralisação dos trabalhadores

consulares e das missões diplomáticas na Europa marcada para hoje.

A razão do adiamento não foi adiada pelo comunicado difundido, via «telex», pelo respectivo sindicato que assenta as razões da luta na negociação há muito reivindicada, de um estatuto profissional que consagra a integração daqueles trabalhadores na Função Pública. Exigem também «uma actualização salarial realista e equilibrada e a resolução de casos pontuais anómalos, existentes em diversos pontos».

O «mutismo» tem sido a resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, refere o sindicato, pelo que os trabalhadores decidiram encetar estas acções de protesto. Estão, no entanto, dispostos a suspendê-las «se o Governo manifestar espírito de diálogo e negociação».

Caso tal não se verifique serão desencadeadas «novas e mais radicais formas de luta que se poderão prolongar por toda a segunda quinzena de Abril», as quais serão anunciadas em conferência de imprensa a realizar no próximo dia 5.

Sindicato dos Escritórios expande-se no norte

PORTO, 27 — O alargamento do seu âmbito aos distritos do norte e a adesão à Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços foram as duas mais importantes conclusões da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Porto, realizada no sábado, nesta cidade e na Póvoa de Varzim.

Com a integração naquela federação do sector, «o sindicato fica cabalmente capacitado a responder satisfatoriamente aos mais de 100 contratos que regulamentam as condições de trabalho dos empregados de escritório dos diversos sectores e subsectores».

Por outro lado, com a expansão

da sua área de acção, passando a cobrir também os distritos de Aveiro, Braga, Vila Real e Bragança, o sindicato (que passará a designar-se Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte) «responde à pretensão de muitos empregados de escritório desses distritos que não tinham quem defendesse os seus interesses de classe». Estas medidas, diz uma informação sindical, «estão de acordo com o plano de reestruturação sindical projectado pela federação».

A Assembleia Geral Ordinária deste sindicato, também já efectuada, discutiu e aprovou o relatório da actividade da comissão directiva e as respectivas contas.

USP decide «intensificar a luta»

A actual situação político-sindical e o trabalho de dinamização e formas de participação organizadas dos trabalhadores nas marchas «Pelo trabalho, contra a carestia» foram ontem analisadas no Porto num plenário distrital descentralizado.

Promovido pela União de Sindicatos do Porto (USP), o plenário aprovou, por unanimidade, duas moções e um documento com o título «É hora de intensificar a luta, todos nas marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia, basta de aumento de preços, basta de repressão».

Nas moções aprovadas, uma refere-se ao apoio e adesão às comemorações do 25 de Abril e Primeiro de Maio e outra exige o pagamento dos salários em atraso, uma vez que «o Governo continua indiferente à reclamação do pagamento dos salários».

Na sequência das decisões do plenário, uma delegação deslocou-se ao Governo Civil para saber qual a resposta do Governo à moção aprovada pelos trabalhadores do Porto na concentração do dia 16, pelo pagamento dos salários. Ali foram informados de que «não havia nenhuma resposta».

Trabalhadores analisam política governamental

«O Governo Mário Soares/Mota Pinto desenvolve uma grande ofensiva contra as mais elementares conquistas da população. A par de um feroz ataque contra as liberdades fundamentais dos trabalhadores, promove e intensifica a deterioração das condições de vida e de trabalho das diversas camadas da população e, em particular, das classes trabalhadoras» — afirma-se numa moção, sobre comunicação social, aprovada em plenário de dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's do distrito de Lisboa.

Debruçando-se sobre a Comunicação Social, «a política que o Governo PS/PSD tem levado à prática não alterou, para melhor, a que era seguida pelos governos da «AD» através dos seus homens de mão, autênticos ministros de propaganda, com maior evidência negativa para Proença de Carvalho e José Alfaia».

Assim, e segundo se lê na moção, «o actual Governo não de-

siste de tentar aniquilar a ANOP com empresa pública e, de, através de meios chantagistas, pressionar os serviços que os trabalhadores desta agência noticiosa estão em condições de prestar ao País, conforme o têm demonstrado».

Na empresa pública dos jornais «Notícias» e «Capital» (EPNC) e na empresa pública do «Diário Popular» (EPDP), «o Governo anuncia medidas que, a serem postas em prática, serão a destruição destas empresas com o consequente desemprego de centenas de trabalhadores, para além da destruição de mais duas empresas públicas».

Quanto à RTP e à RTP, O Governo «utiliza-as para tentar desprestigiar a luta dos trabalhadores, atacar as conquistas da Revolução, nomeadamente os direitos e regalias dos trabalhadores, para denegrir os serviços prestados pelas empresas públicas e nacionalizadas, e para intoxicar a opinião pública com programas que são um es-

candaloso atentado aos conceitos humanos dos valores morais dos cidadãos».

Igualmente, o Projecto de Lei de Imprensa, elaborado pelo actual Governo, «é um documento de tal forma vexatório para os profissionais da informação que, até hoje, só o seu próprio autor (o ministro de Estado Almeida Santos) o defendeu: tem contra si, para além de todos os democratas, também a oposição daqueles que noutros planos e medidas, se limitam a ter uma atitude passiva de política levada a cabo pelo desgoverno PS/PSD».

Porque as coisas são assim, o referido plenário «protesta com

veemência contra a utilização da Comunicação Social estatizada, em particular da RTP, como megafones do Governo; saúda os trabalhadores da Comunicação Social pela forma como têm combatido e resistido às medidas que os últimos governos lhes têm tentado impor e exortá-los a prosseguirem na luta contra todas as tentativas que visem a destruição das empresas; apelar aos activistas sindicais e à população do distrito para a sua solidariedade activa para com os ditos trabalhadores; e exigir que o Governo cesse os ataques às Empresas Públicas de Comunicação Social».

Plenário Nacional da CGTP-In

Decorre amanhã, com início às 10 horas, no Teatro Aberto (à Praça de Espanha), o I Plenário Nacional da CGTP do ano em curso, para a discussão do relatório e contas e balanço de actividade relativos a 1983, bem como a ac-

tual situação político-sindical.

O plenário aprovará «o desenvolvimento de novas acções de luta» e as orientações relativas às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

NOTARIADO PORTUGUÊS

DÉCIMO OITAVO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de um de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e quatro, lavrada de folhas quarenta e duas a folhas quarenta e quatro, do livro número cento e quarenta e três-A, para escrituras diversas deste Cartório, Américo Simões Rodrigues, Silvério Simões Rodrigues e Arménio Simões Rodrigues, como únicos sócios que ficaram sendo da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma «Antunes, Costa & Garcias, Limitada», com sede em Lisboa, alteraram o pacto social da respectiva sociedade pela forma seguinte: Que, o artigo quarto passou a ter a seguinte redacção:

«Quarto: O capital social é de doze mil escudos, integralmente realizado e representado por todos os bens e valores do activo social e conforme escrituração, e corresponde à soma de três quotas de quatro mil escudos, uma de cada sócio.»

Que, o artigo sétimo passou a ter a seguinte redacção:

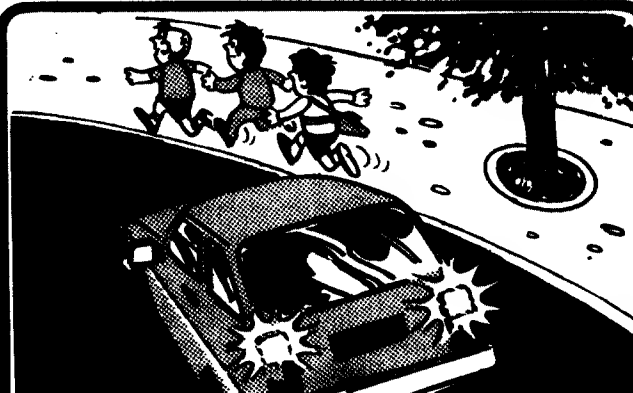
«Sétimo: A gerência da sociedade e a sua administração, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por dois ou mais sócios, com dispensa de caução.»

Parágrafo Primeiro: Ficam desde já nomeados gerentes, Américo Simões Rodrigues e Silvério Simões Rodrigues, sendo necessário para obrigar a sociedade que os respectivos actos e contratos sejam assinados por ambos os gerentes, em conjunto.

Parágrafo Segundo: Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.»

É certidão de teor parcial que fiz extrair a qual vai conforme o original. Lisboa, vinte e Fevereiro de mil novecentos e oitenta e quatro

O Ajudante
João Pedro Barradas



AOS CONDUTORES

“Reduza sempre a velocidade ao avistar um grupo de crianças, porque estas vão normalmente distraídas e não dão atenção ao trânsito.”

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

Jornadas sobre emprego e formação profissional

Decorrerão a partir de amanhã, num hotel do Porto, os trabalhos das «Jornadas sobre emprego e formação profissional no actual contexto socioeconómico» que se realiza sob a égide do Ministério do Trabalho e da Comissão das Comunidades Europeias. A sessão de abertura iniciará-se com uma intervenção do Ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, a que se segue uma comunicação do director-geral do Emprego da Comissão das Comunidades Europeias, Jean Degimbe, sobre «As acções comunitárias no combate ao desemprego».

Ainda no mesmo dia, represen-

tantes da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e da União das Indústrias das Comunidades Europeias (UNICE), farão exposições sobre o mesmo tema.

«Actuações do lado da oferta de emprego, criação de empregos e outras hipóteses de alargamento da oferta de emprego» e «Os problemas do ajustamento entre a oferta e a procura» serão outros tantos temas a abordar durante os dias em que decorrem as jornadas.

Mário Soares presidirá à sessão de encerramento, na qual discursará também o ministro das Finanças e Plano, Ernâni Lopes.

Na reunião de ministros da CEE

À procura do compromisso britânico

A Grã-Bretanha tenciona conseguir hoje, em Bruxelas, no Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CEE, «progressos decisivos» relativamente à sua contribuição financeira para a Comunidade Europeia, mas através de uma «aliança» entre a sua determinação e um novo espírito de conciliação, pensam os observadores.

O secretário do Foreign Office, «sir» Geoffrey Howe, está decidido a fazer sair o seu país do isolamento onde a última cimeira o deixou, tentando conseguir em Bruxelas um acordo que possa ser defendido perante a opinião pública britânica.

Segundo os meios informados, tendo em vista tal objectivo, «sir» Geoffrey está pronto, com a «benção» da primeira-ministra, Margaret Thatcher, a reduzir o desfasamento, já modesto (250 milhões de «ecu») entre as últimas propostas da cimeira e as exigências de Londres, fazendo

algumas concessões destes números.

A imprensa britânica, nomeadamente o «Financial Times», insistiram no facto de Mitterrand, presidente em exercício do Conselho Europeu, ter estado perto de um compromisso com a sra. Thatcher, na semana passada, ao ligar a questão das contribuições à relativa riqueza dos países membros da Comunidade. Por outro lado, raramente os meios de Comunicação Social e os funcionários britânicos elogiaram tanto os esforços de um presidente francês, que o «Observer» chama agora ironicamente, «o amigo francês» da sra. Thatcher.

A primeira-ministra britânica agarrou-se vigorosamente à boia de salvação que lhe foi atirada pela Presidência francesa ao convocar uma reunião «urgente» dos ministros dos Negócios Estrangeiros para Bruxelas.

A sra. Thatcher decidiu, imediatamente, enviar ao encontro «sir» Geoffrey, que renunciou

assim, para defender o «dossier» britânico, acompanhar a rainha Isabel II à Jordânia, facto que é contrário a todos os usos.

Consequentemente, em Londres já não se põe a questão de «represálias», mas sim de espírito de compromisso, com vista à constituição de uma Comunidade Europeia «unida e eficaz».

Este novo tom regista-se depois de uma semana de debate interno sobre a Europa, no termo do qual a classe política britânica apareceu muito mais «europeia» do que as sondagens levavam a pensar, notam os observadores.

Assim, Edward Heath, antigo primeiro-ministro conservador que negociou a entrada do seu país na Comunidade conseguiu fazer aderir um grande número de deputados de base «Tory» à sua recusa de ver a Grã-Bretanha infringir os regulamentos da Comunidade ao suspender os seus pagamentos à CEE. A própria sra. Thatcher, que tinha brandido implicitamente

esta ameaça, já não fala disso. Esta mudança de atitude corresponde, aparentemente, a preocupações de três ordens:

1) O receio de deixar passar a ocasião de ver a Comunidade voltar a arrancar, em bases financeiras mais sãs, pagando porém menos que o previsto.

2) A preocupação, nascida das declarações do presidente Mitterrand face à ideia de Londres ser mantida afastada da reflexão sobre o futuro da Comunidade, que, apesar de suscitar pouco entusiasmo, entrou nos costumes.

3) O cuidado de evitar dissensões no seio do Partido Conservador — que iriam fazer o jogo da aliança SPD-Liberais nas eleições Europeias de Junho e a alegria do Partido Trabalhista —, cujas opções anti-CEE foram sabiamente esbatidas desde que Neil Kinnock passou a chefiar o Labour.

Danielle Eyquem, da AFP

Presidente da Comissão Europeia contra a regra da unanimidade

O presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn, defendeu ontem em Madrid a adaptação dos instrumentos do tratado da CEE e o fim da exigência de unanimidade nas decisões comunitárias.

Gaston Thorn que efectuou uma visita de nove horas a Madrid, onde foi recebido pelo rei Juan Carlos, pelo presidente do Governo, Felipe Gonzalez e pelo ministro de Negócios Estrangeiros,

Fernando Moran.

«Se a Comunidade tem que avançar é necessário que as decisões sejam tomadas entre os «dez», mas sem unanimidade — afirmou Gaston Thorn, para quem «se um país não está de acordo, tem de sujeitar-se às consequências».

«Não se pode manter a ambiguidade actual em que uns jogam ao «squash» e outros ao ténis» —

disse o presidente da Comissão Europeia.

«São necessárias — afirmou — as mesmas regras para o mesmo jogo».

Para Gaston Thorn «o Tratado de Roma era excelente quando a CEE tinha seis membros; agora, além de serem dez, alguns afastam-se dessas regras».

O presidente da Comissão Europeia defendeu ser «necessário organizar uma conferência para

definir se os países membros se querem sujeitar às regras ou não».

O presidente da Comissão Europeia afirmou que «a ampliação é actualmente uma esperança para a CEE» e comentou que «o fracasso da Cimeira de Bruxelas não tem que incidir na adesão de Portugal e Espanha à CEE». Reconheceu, no entanto, que pode afectar as negociações e as datas.

No encerramento da Expomóvel

Eanes aconselhou industriais a criarem empresa exportadora

4500 profissionais visitaram a Expomóvel/84, o salão do mobiliário que esteve patente no Palácio de Cristal, no Porto, durante cinco dias e foi ontem encerrado pelo Presidente da República.

Ramalho Eanes visitou os «stands» da feira e inteirou-se dos diferentes problemas que o sector atravessa, em conversa directa com alguns dos 55 expositores.

Estas dificuldades surgem, nomeadamente, do não aproveitamento das «potencialidades das pequenas e médias empresas do ramo mobiliário, que têm capacidade de, facilmente, se adaptarem ao fabrico deste ou daquele produto» — disse um industrial.

Industriais presentes pormenorizaram alguns desses problemas, que são de nível tecnológico e de falta de apoio à exportação, tendo-os o Presidente aconselhado a «criarem uma associação para a aquisição de capital e de matérias-primas», ideia que foi defendida por alguns dos responsáveis do certame, que afirmaram que com muitas pequenas e médias empresas se poderia formar «uma grande empresa de exportação adaptável a qualquer circunstância».

Desacordo sobre o parque de exposições

Entretanto, e coincidindo com o encerramento da Expomóvel, o Gabinete Portex exigiu o adiamento da entrada em vigor do

recente protocolo celebrado entre a Câmara do Porto e a Associação Industrial Portuguesa (AIP) sobre a construção do parque de exposições.

Numa conferência de imprensa, os responsáveis pelo Gabinete Portex explicaram as razões por que se sentem marginalizadas pela edilidade portuense e pela AIP face a este acordo, uma vez que o Gabinete não foi chamado a subscrever o documento, que vem substituir um anterior assinado pelas três entidades, em Novembro de 1981.

Recordaram, também, que o problema da construção de um pavilhão de exposições na cidade do Porto foi «ressuscitado» há quatro anos pelo gabinete, que na concretização desse ob-

jectivo pôs o entusiasmo, o dinamismo e a lisura de processos que sempre imprime às suas iniciativas».

Consideram, por isso, que o Gabinete não pode «aceitar passivamente o facto de agora ter sido marginalizado no estabelecimento do referido protocolo, porque se trata de um projecto de inegável interesse para o Porto e para o Norte do País e também porque a Portex, é, hoje em dia, um importante polo de desenvolvimento da economia nacional».

O acordo recentemente celebrado entre a Câmara Municipal do Porto e a Associação Industrial Portuguesa visa a construção de um Pavilhão de exposições nos terrenos do Monte Aventino, na zona das Antas.

Por motivos políticos

Governo prejudica CIMPOR em dois milhões de contos

A CIMPOR (Cimentos de Portugal) foi prejudicada em dois milhões de contos durante o ano de 83 devido ao atraso da autorização governamental para que aquela empresa pública pudesse desincentivar o processo de reconversão integral das suas instalações a carvão.

Segundo Silva Lopes, em declarações produzidas recentemente numa mesa-redonda na TV sobre economia, a actuação do Governo pode interpretar-se como «uma dificuldade política levantada a uma empresa pública».

A situação é tanto mais estranha quanto as vantagens da reconversão não oferecem dúvidas a ninguém — por toda a Europa a indústria cimenteira está a substituir o fuel pelo carvão, que é sensivelmente mais barato. No caso português essa substituição, além de beneficiar a economia do processo de fabrico, significa igualmente uma substancial redução de saída de divisas.

Por outro lado, uma empresa concorrente da CIMPOR, a SECIL, produtora de cimento com quase 50 por cento de capital privado, consome exclusivamente carvão, usufruindo assim de um benefício económico recusado, em prejuízo do País, à empresa pública CIMPOR...

Esta empresa, em 1983, consumiu perto de 400 000 toneladas de fuelóleo, o que, a preços actuais, corresponde a cerca de 10 milhões de contos. Se tivesse podido utilizar carvão teria gasto à volta de 8 milhões para a mesma produção. Mas o Governo não deixa, ou não tem pressa.

Presidente da AIP defende projecto nacional de recuperação económica

O presidente da Associação Industrial Portuguesa, Rocha de Matos, apelou à mobilização de empresários, sindicatos e forças políticas para se empenharem, sem delongas, na concretização de um projecto nacional de recuperação económica.

Falando, no Instituto de Defesa Nacional, o presidente da AIP disse que este apelo urge fazê-lo, «com ou sem adesão à Comunidade Económica Europeia».

Advertiu que «sem esta responsabilização e sem este empenho é óbvio que a adesão poderá ser um fracasso, mas, nessa altura, não poderemos afirmar que a causa deste fracasso esteja na adesão».

Para o presidente da AIP, «a adesão à Comunidade cria as condições favoráveis à modernização da economia portuguesa» e potencia as possibilidades do seu desenvolvimento.

Rocha de Matos disse que uma nova política industrial exige a criação de um ambiente favorável ao investimento e à condição empresarial, à promoção da mobilidade dos factores produtivos e uma nova administração pública.

O presidente da AIP considerou também que «O grande desafio que se coloca a Portugal não é tanto o da adesão às Comunidades mas o da sua inserção nos grandes eixos de desenvolvimento das sociedades modernas».

A adesão à CEE traduzir-se-á, para Portugal, «numa concorrência acrescida no mercado interno, impondo-se um desmantelar cuidadoso das barreiras existentes mas, fundamentalmente, impõe-se a adopção de uma nova concepção de protecção à indústria, tal como é aplicada nos países da própria Comunidade».

Ministro do Comércio insiste no aumento das exportações

A continuação do crescimento «significativo» das exportações nos próximos cinco anos é a base para a solução dos problemas do desequilíbrio das contas externas, afirmou, ontem, o ministro Álvaro Barreto ao conferir posse a José Ferraz, como presidente do Instituto do Comércio Externo.

Segundo o ministro do Comércio e Turismo, não há muito espaço de manobra para reduzir as importações, pois só 10 por cento delas abrangem produtos não essenciais. Ele reafirmou, como objectivo do Governo para este ano, o aumento das exportações em sete por cento.

O ministro destacou os resultados positivos no comércio externo em 1983, com um aumento das exportações em volume de 20 por cento (9,2 por cento em dólares), devido ao grande aumento das quotas para os têxteis e ao início da venda de importantes produtos resultantes da laboração da Renault e do complexo petroquímico.

Os incentivos à exportação vão manter-se quase na íntegra, para se conseguir um aumento significativo das exportações nos próximos anos.

Créditos para a Guiné-Bissau já foram desbloqueados

O ministro guineense da Economia e Finanças, Vitor Freire Monteiro, declarou ontem que já estão desbloqueadas as verbas do crédito de cinco milhões de dólares que, em Novembro, Portugal prometera à Guiné-Bissau.

O ministro, que ontem regressou a Bissau depois de seis semanas de descanso e tratamento em Lisboa, disse também à ANOP que o Governo português aceitou que se realize em Portugal, no mês de Maio, uma mesa-redonda internacional sobre financiamento a conceder para grandes projectos de desenvolvimento guineense.

A República da Guiné-Bissau

necessita de importar, urgentemente, de Portugal bens de consumo no valor de 3,4 milhões de dólares, mas até esta semana Portugal ainda não realizara uma parte importante do crédito de cinco milhões que prometera em Novembro.

Só se o Estado guineense conseguir bens de consumo para fornecer aos agricultores privados é que estes se esforçarão por aumentar a sua produção e a entrega nos armazéns estatais, em vez de irem colocar nos países vizinhos (onde eventualmente conseguem obter artigos que não lhes é fácil arranjar na Guiné-Bissau).

Sicília: laranjas para a lixeira

Um bulldozer acaba de transformar numa gigantesca papa algumas toneladas de laranjas que os agricultores de Paternò (a 20 km de Catânia — Sicília Oriental) transportaram para a lixeira pública.

Um quarto da produção siciliana de laranjas, ou seja, cerca de quatro milhões de quintais, segundo os peritos, vai ser destruído este ano, por falta de saídas para o mercado.

Segundo algumas opiniões, estas «retiradas» atingiram mesmo qualquer coisa como sete milhões de quintais.

Quarenta por cento da colheita de 1983/84 ainda está nas laranjeiras e será preciso esperar pelo fim da campanha, em Maio, para

se ter uma ideia dos contornos deste «massacre».

«Trata-se de um verdadeiro desastre», disse Alberto Sollima, dirigente económico dum importante sindicato agrícola da região.

Um produtor de Paternò, Alfonso Capuana, vai mais longe: «Estamos a viver um ano inteiro de angústia no coração. Esgotámo-nos a trabalhar e, vai-se a ver, vem o tempo das colheitas, e não há outra coisa a fazer senão levá-la para o lixo a fim de receber uma esmola».

O preço da «retirada do mercado», pago pela Comunidade Económica Europeia, é de 300 liras por quilo (um pouco menos de 0,19 do dólar). Mas, deduzindo-se as despesas de colheita e de

transporte, ficam para o produtor 200 liras (cerca de 0,12 do dólar), o suficiente para cobrir, à risca, os custos de produção.

Sollima enumera as causas desta situação: a campanha em curso está a ser excepcional, a produção deveria chegar aos 22 milhões de quintais, contra os 17 milhões num ano normal.

«O mercado também está desorganizado dada a recusa das autoridades regionais em abrir centros de «retirada» no primeiro de Janeiro.

Fizeram-no com dois meses de atraso e os preços vieram por aí abaixo em Fevereiro, quando o grosso da colheita chegou», acrescenta.

Enquanto que o resto da Europa como laranjas de Espanha ou da África do Norte, o produtor siciliano tem de contar com o seu mercado nacional para absorver o essencial (85 por cento) da sua produção.

De quem é a culpa?

Para Francesco Calabrese, professor de Agronomia na Faculdade de Palermo, falta, primeiro que tudo, imaginação aos sicilianos: «Improvistou-se demasiado, diz. «Há vinte anos, a Sicília era a única região do Mediterrâneo que produzia laranjas. Depois vieram a Espanha, Marrocos, Tunísia, com custos de produção bem menores e melhores estudos de mercado».



DESPORTO

Sporting-Porto amanhã às 16

Sporting-FC Porto e Guimarães-Rio Ave disputam amanhã, a partir das 16 horas, nos campos dos clubes indicados em primeiro lugar, o direito de discutir, no dia 1 de Maio, a posse de mais uma Taça de Portugal em futebol.

Rosa Santos foi o árbitro nomeado pelo conselho de arbitragem da FPF para o jogo de Alvalade, enquanto Raul Nazaré, que apitará o Sporting-Porto para o nacional, vai ser o juiz na partida de Guimarães.

Outro encontro marcado para amanhã, o Sourense-Marialvas a contar para a divisão 3, terá como árbitro Sérgio Borges, de Aveiro.

Boavista repudia violência

A direcção do Boavista, reunida extraordinariamente, repudiou o que classificou de «atitudes selváticas de parte da massa associativa do Agueda», no jogo de domingo, na Bairrada, para o campeonato de futebol da primeira divisão.

Segundo o executivo axadrezado, que reuniu sem a presença do seu presidente Valentim Loureiro, em missão diplomática na Guiné, alguns directores do RD de Agueda «a exemplo de outros factos sucedidos ao longo da presente temporada, em diferentes jogos ali efectuados, tudo fizeram no sentido de arrastarem os seus associados a tais atitudes».

A direcção do clube do Bessa manifestou, por outro lado, «total solidariedade à dedicada massa associativa do Boavista, que suportou estoicamente as agressões e demais atitudes incorrectas, que são do conhecimento público».

Lamentando «a atitude passiva da força da GNR presente, face aos referidos distúrbios», o executivo axadrezado estranha que «a determinada altura, tenha sido recusada a venda de bilhetes de geral, sob pretexto que os mesmos se encontravam esgotados, quando, na realidade, esse sector estava parcialmente ocupado».

Atletismo na Madeira

A equipa de atletismo da Spiroc (Ivo Gonçalves, José Rodrigues, Francisco Viveiros e Lino Correia) sagrou-se vencedora da estafeta Câmara de Lobos/Funchal, com o tempo de 26' 47", marca que passa a constituir novo recorde da prova.

Na segunda posição, com 29' 24", classificou-se a equipa da Juventude Cristã de Santo António (José Ribeiro, João Gonçalves, Rui Correia, João Jardim e Rui Silva) e na terceira a do Conicense (João Fernandes, João Caires, José Correia, António Gonçalves e Leonel Caires) com 30' 35".

Em femininos venceu o Marítimo (Vanda Nartins, Susana Gonçalves, Sílvia Alves, Ana Almada e Iria Aguiar) com 35' 38", marca que também constitui novo recorde da prova no sector feminino.

A prova foi organizada pela Associação de Desportos da Madeira e teve a participação de 30 concorrentes.

Halterofilia: EDP ganha no Centro

A equipa da EDP (Electricidade de Portugal) ganhou a Taça de halterofilia da Zona Centro, disputada em Alhandra por sete equipas.

EDP somou 1 088,79 pontos, contra 1 031,80 do Clube Desportivo da Cimpor Alhandra (segundo classificado) e 694,88 do Círculo de Ferro, de Sacavém (terceiro).

O Sporting Clube de Portugal foi quarto com 557,77 pontos, seguido do Ginásio Clube Português (490,41), do Grupo Desportivo de Carcavelos (240,60) e do Sporting de Tomar (206,26).

As selecções das três zonas (norte, centro e sul), saídas das equipas que competiram nas respectivas taças, disputam domingo em Sines a taça comemorativa do décimo quarto aniversário da Federação Portuguesa de Halterofilia.

"Nacional" de ténis de mesa

Posições definem-se

Concluída que está a 1.ª volta do «Nacional», o Benfica domina de modo claro a prova, pois venceu por margem folgada todos os seus adversários. Alguma expectativa quanto à atribuição do 2.º lugar, já que o CPN venceu com dificuldade a Philips na sua mesa e, na 2.ª volta, é provável que haja um «volta-face». Os resultados desta jornada, entre clubes das zonas Centro e Sul, foram os seguintes: Benfica - Casa Pia, 5-1; Philips - S. Martinho do Porto, 5-1; Benfica - S. Martinho do Porto, 5-1; e Philips - Casa Pia, 5-1. Nesta altura todas as equipas contam cinco jogos disputados e o Benfica comanda com 15 pontos; o segundo é o CNP, 13; 3.º, Philips, 11; 4.º, Casa Pia, 9; 5.º, S. Martinho do Porto, 7; 6.º, FC do Porto, 5.

Taça de Portugal

Prosseguiu no último sábado a fase regional da Taça de Portugal, em cadetes. Nos masculinos foi eliminada a equipa do Ramiro José, que perdeu por 3-1 com o Aguias. No outro encontro, entre o Casa Pia e o Kapas (principal favorito nesta prova), estes foram derrotados pelos «gansos» algo desastrosamente, já que abandonaram o jogo quando o resultado estava em 2-2 e tudo ainda era possível. Deste modo Casa Pia e Aguias prosseguem sem derrotas, enquanto o Kapas tem uma derrota.

Em femininos, apenas duas equipas prosseguem (Casa Pia e Azambuja), ambas com uma derrota. O Atlético de Mosca vive foi

eliminado ao perder frente ao Azambuja por 3-1. O jogo final entre o Casa Pia e o Azambuja é aguardado com certa expectativa e deve ter lugar no próximo sábado em mesa a designar aquando do sorteio da próxima eliminatória da «Taça».

Torneio do CPN

No pavilhão de Ermesinde teve lugar o 2.º Torneio Aberto do CPN, que se confinou praticamente às equipas nortenhas; mesmo assim assinala-se a presença de cerca de duas centenas e meia de atletas em representação de 25 clubes.

Eis os resultados:

Seniores masculinos: 1.º, Luís Jorge (FCP); 2.º, Fernando Branco (FCP). Por equipas venceu o FCP, seguido do CPN. **Juniões masculinos:** 1.º, João Paulo (Novelense); 2.º, Alfredo França (Monte Aventureiro). Vitória colectiva do Novelense, seguido do Monte Aventureiro. **Cadetes masculinos:** 1.º, José Maia (Aladoar); 2.º, Rui Rodrigues (Orfeão Ovar). Colectivamente, 1.º, Orfeão de Ovar e 2.º, Aladoar. **Seniores femininos:** 1.ª, Manuela Simões (FC Porto); 2.ª, Ana Estrela (C. das Antas). Venceu o FC Porto à frente do Cultural das Antas. **Juniões femininos:** 1.ª, Lígia Reis (Palmeiras Montijo); 2.ª, Maria José (FCP). Vitória do Palmeiras, seguido do FC Porto. **Cadetes femininos:** 1.ª, Isabel Cristina (CPN); 2.ª, Maria João (CPN). Venceu colectivamente, o CPN, logo seguido do FC Porto.

José Gomes Machado: o presidente que os andebolistas querem de volta

Andebol contestado: "oito mil contos para uma árvore que não desponta"

No passado dia 24 de Fevereiro, a Federação Portuguesa de Andebol procedeu à entrega da Medalha de Mérito à jogadores e elementos da equipa técnica das selecções nacionais que, em 1976, venceram o Grupo C do Campeonato do Mundo e obtiveram o 3.º lugar na Taça Latina. Decorreram oito anos para se materializar uma atitude: um caso ridículo do nosso desporto, que não provoca ad-

ças de que a sociedade padece) passa por alterações estruturais e tem muito a ver com as transformações pedagógicas, mas não tem ligação com certa fraseologia que mira fixada na demagogia saturante e bem distanciada da luta pelo revigoramento do desporto.

Há, a todos os níveis um nefasto alheamento dos fundamentos do desporto e educação física na vida dos povos, quando, seria in-

teressante prevalecer uma consciencialização de que o desporto é a actividade que atrai o interesse de vastas camadas populacionais. Neste País improvável, nos demais cuida-se das estruturas. Por esta regra se explica muita coisa do andebol, do desporto na generalidade e de outros sectores da vida nacional.

— **Qual a atitude do Governo?** — É usual dizer-se que ao Governo não cabe qualquer intervenção na gestão desportiva, o que contraria formal e frontalmente. A atribuição de subsídios ad- vém de planos apresentados. Logo, compete ao departamento governamental averiguar se estão sendo cumpridos. O Governo não interfere, mas cumpre-lhe fiscalizar. Repare-se que, perante a verba que referi, não existe fomento, não há desenvolvimento, nem houve sequência ao trabalho anteriormente realizado. Gas-

mento físico e não vislumbram estar ali a parcela mais importante de praticantes, e que uma atitude de integração do desporto na escola é revigorar a cultura física. Penso nisso e quedo-me a meditar no significado (para certos responsáveis) de badalados 'chavões' (desporto para todos, desporto de massas, democratização do desporto, massificação desportiva) e ocorre-me esta questão: será que os vários demagogos deste país saberão qual a concepção que deve orientar o desporto escolar?

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?** — Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.

— **Nessas condições aceita-ria?** — Mesmo assim teria que ponderar.

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?** — Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

— **Regressando ao andebol. Alguns sectores reclamam o seu regresso à cadeira principal federativa. Será que vai regressar?**

— **Não penso nisso. Por várias razões e basicamente porque não observo a existência de qualquer plano que vise a planificação do andebol. Importa elaborar um plano de cinco anos, submetê-lo à aprovação das Associações, legalizá-lo em Congresso e só depois é que se deverão escolher os dirigentes.**

— **Nessas condições aceita-ria?**

— **Mesmo assim teria que ponderar.**

— **Outro assunto: Medalhas para todos, menos para os dirigentes?**

— **Engana-se. Recebi o mais alto galardão do andebol, através do público elogio e reconhecimento que me foi prestado pelos jogadores, os quais souberam avaliar o meu empenhamento, labor e dedicação.**

— **Recebi o mais alto galardão pela voz dos atletas**

não se pode afastar da cultura mas poderá (e deverá) ser uma via convergente. Orgulho-me muito de os ter como meus dedicados e gratos amigos. É esse o galão mais doirado de um comandante.

Não contestei Fernando Martins mas sim as ilegalidades

— **José Gomes Machado foi (em várias gerências) dirigente do Benfica e reconhecido pela maioria dos associados uma pedra basilar dos vários elen- cos que integrou. Surgiu como apoiante da lista de Fernando Martins quando o actual presidente do executivo se candidatou (e venceu Ferreira Queimado) e pouco tempo depois 'vira' seu acérrimo opositor, inte- grandando, inclusivamente, a lista**

de Jorge de Brito. Porquê tais variações de comportamento?

— Na verdade, nunca pensei que a trajectória das pessoas, na oposição, era diametralmente oposta no Governo. Nunca me passou pela cabeça, que o clube fosse tão abalado no seu prestígio e na sua dignidade, por erros demasiado inexperientes por um lado e, por formas radicais e prepotentes, por outro.

Havia em mim uma certa expectativa, e naturalmente, vivia com a esperança de que Fernando Martins e Eduardo Pereira, fariam um binómio que se completava. Além disso, os outros componentes da direcção faziam parte de um grupo contestatário à direcção de Ferreira Queimado, tendo demonstrado uma certa militância e um pouco de obsessão pelo poder, que me pareciam factores positivos. Todavia, as reticências que em princípio tinha, eram mais de expectativa, pois sabia bem que a inexperiência e o desejo de fazer mais, iria troncar com velhas tradições e obstáculos, que feriam o bom senso e a gestão de anos anteriores, diria mesmo, desde sempre no clube.

Sou dos que defende e proclama com plena convicção que a grandeza do Benfica é corolário da grande capacidade directiva dos executivos que sempre foram chamados a conduzir o clube. Naquele tempo, a política era só servir e todos (mas, todos) se devotavam às suas tarefas com o maior desinteresse e dignidade. Aqui, quero traduzir (e com clareza) que os êxitos foram a consequência lógica de uma óptima administração, sem preocupações de glória ou desejo individualista de personalização por acções pontuais, sem metas ou objectivos. Julgo que respondi à curiosidade quanto ao que se classifica de variações do meu comportamento. Importou-me sempre ver

o meu clube servido com o máximo de dignidade e quando vislumbro o inverso incumbem-me reagir pronta e vigorosamente. É, de resto, um dever que estatutariamente me cabe.

— **Estamos em fase de serenidade em termos benfiquistas?**

— O meu combate não era ao presidente mas à ilegalidade. Neste momento os órgãos estão legitimamente constituídos.

Alves Henriques

Tem havido alienação e esbanjamento de dinheiro

tou-se dinheiro sem o mínimo proveito e constatamos que os bons valores de hoje são os mesmos do meu tempo. O andebol ficou pelo marasmo e isento de qualquer iniciativa de valorização e dinamização. Cabe aqui uma acusação crítica a todos os governos e a todos os directores-gerais dos Desportos que têm permitido a alienação e esbanjamento dos dinheiros. Em democracia, há princípios de liberdade e, quando são de natureza estatal, ao Estado cumpre orientar a política. Secretários de Estado e directores-gerais seguem atitude política demagógica para atingir objectivos políticos. Atente-se nos nomes dos últimos secretários de Estado e veja-se que nenhum tem vocação desportiva. E acresce ser minha convicção de que os problemas financeiros do Governo não impedem a existência de planificação nos diversos sectores da vida nacional.

— **Desporto escolar: um tema para abordar?**

— Nenhum Governo demonstrou capacidade bastante para solucionar essa questão de interesse colectivo. Está por fazer o levantamento, à escala nacional das estruturas existentes. E porque os clubes são os únicos elementos que se têm empenhado no revigoramento e formação física da juventude, a iniciação imediata do desporto escolar dava aos clubes a possibilidade de desenvolver o desporto sem grandes preocupações. Argumento que constantemente se escuta: que as escolas não estão preparadas com infra-estruturas, o que (a meu ver) não é válido. O que há, e desleixo, desinteresse, incuria e muita incompetência. Faça-se o levantamento que citei

— **Quando assumi o cargo de presidente da FPA, estabeleci (como meta primeira) organizar burocraticamente a casa e depois, atirar a grande pedrada no charco, conduzindo a modalidade ao plano de evidência que os dirigentes agora reconheceram com a entrega das medalhas a atletas e demais obreiros dos orgulhosos resultados conseguidos no plano internacional. É bom referir que, tendo estado cinco anos na Federação, os subsídios recebidos foram de 200 contos em 1972 e 1000 contos em 1977, o que não dava possibilidades para realizar o trabalho de base a que me propunha e entendia que o desporto para jovens requer muita sensibilidade e carinho de quem dirige. Por essa razão, optei por estruturar uma selecção nacional de bom nível como «arranque» para a dinamização da prática da modalidade e, com esse objectivo, corporizei uma equipa segundo a divisa de lealdade e igualdade na defesa da camisola das quas Os jogadores que não sentiam orgulho da condição de «internacional» eram imediatamente afastados. Os resultados dessa opção são conhecidos; e como consequência, realizámos (em Portugal) o Congresso Internacional e o Campeonato do Mundo. Não se esqueça que vencemos o Grupo C que corresponde à 3.ª divisão subindo ao Grupo B e a meta (realizável) era o Grupo A. «Entretanto, abandonei a Federação e passados oito anos, cabe aos críticos fazer o 'ponto da situação'. O lugar de relevo conseguido (em 1976) não foi por acidente mas como corolário de uma planificação cuidada e consciente. Deverei acrescentar que, desde a minha saída, a Federação já recebeu 8 mil contos sem que se veja o despotar da árvore.»**

— **Estamos perante maleita generalizada?**

— A evolução do desporto (e por vezes pretende-se que este seja o bálsamo para as várias doen-

O Governo não deve interferir mas cumpre-lhe fiscalizar.

Esse 'atestado de competência' é a mais valiosa medalha que ostento, e foi fruto de disciplina, relacionamento e sentido pedagógico que imprimi nas minhas funções. Lamento (isso sim) que o Governo não tenha reconhecido, aos jogadores e aos técnicos, os seus feitos no Campeonato do Mundo e na Taça Latina e ignore o valor humano e cultural desse punhado de atletas que se tornaram homens de forte suporte social. Esses magníficos desportistas evidenciaram que o desporto

o meu clube servido com o máximo de dignidade e quando vislumbro o inverso incumbem-me reagir pronta e vigorosamente. É, de resto, um dever que estatutariamente me cabe.

— **Estamos em fase de serenidade em termos benfiquistas?**

— O meu combate não era ao presidente mas à ilegalidade. Neste momento os órgãos estão legitimamente constituídos.

Alves Henriques

Se os jovens pudessem...



JORGE RESSURREIÇÃO
Trabalhador-estudante, 21 anos

“Violação é a coisa mais baixa”

— Tem acompanhado o caso da violação de uma jovem americana por cidadãos portugueses?

— Sim, penso que apanharam uns vinte anos de prisão, não é?

— Não, foram condenados a penas entre os 4 e os 12 anos. O que é que pensa disso?

— São penas fracas, apesar de eu achar que se está a fazer um grande empolamento do assunto. Sabe-se que nos EUA há uma violação em cada 8 segundos por isso parece-me um bocadinho exagerado o barulho que tem sido feito sobre este caso. De qualquer modo acho que as penas deles deveriam ser mais severas.

— Que opinião tem sobre a violação em geral?

— É uma coisa que nunca devia existir. É a coisa mais baixa que um homem pode atingir, não tenho dúvidas.

— Mas há quem diga que são as mulheres que provocam essas situações, que só é violado quem quer etc...

— Esse é um argumento muito baixo. Não me venham dizer que as mulheres fazem isso... pode haver um caso assim em mil. Isso é uma desculpa, um bode expiatório de quem o diz, para se justificar perante a sociedade.

— Acha que a sua posição é partilhada pela maior parte dos jovens, dos seus amigos?

— Penso que sim. É a opinião mais válida e os meus amigos partilham-na.

— Em Portugal parece-lhe que este é um problema grave?

— Cada vez mais. Mas não é só a violação, é a criminalidade em geral que está a aumentar. As cadeias estão cheias e os violadores e outros criminosos levam penas muito baixas... ainda ontem havia notícia de um pai que tentou violar uma filha.

— A solução é agravar a repressão?

— Não direi isso, talvez as penas devam ser mais fortes para que eles se possam retrair. Assim é que não pode ser, é preciso atenuar isto.

— Está de acordo com o sistema prisional português?

— Não. Ele está degradado até para os presos, que são seres humanos e devem ser tratados como tal. Além disso toda a gente sabe que a prisão é a escola do crime... Devia-se aproveitar os tempos livres dos presos para lhes ensinar ofícios, para que eles pudessem ser integrados na sociedade.

— O que é que pensa da situação da juventude face a tudo isto?

— A falta de empregos, o sistema escolar, a dificuldade de acesso à Universidade, tudo faz da juventude um meio propício para o desenvolvimento da droga, de tudo isso.

— As coisas tendem a melhorar?

— Não, não vejo os governantes a fazerem nada nesse sentido e os jovens com um pensamento mais baixo entram cada vez mais facilmente na droga, na criminalidade, na degradação total...

— E qual é a saída?

— Ajudar os jovens a ter uma vida boa, em comum, em sociedade.

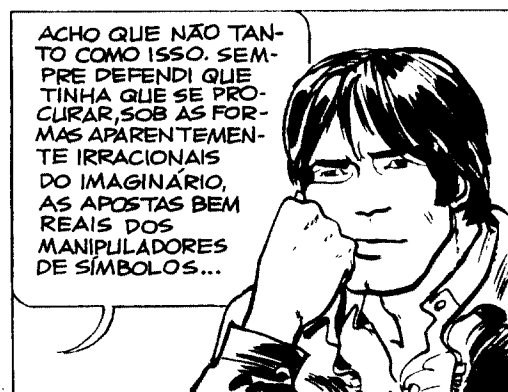
J. A. C.

Uma aventura de Valerian... e Laureline

METRO CHATELET, DIRECÇÃO CASSIOPEIA

Mezieres
Christin

39



Copyright Dargaud/Meribérica

CONTINUA

Heróis de papel

Humor com humor se paga: esta é, pelo menos, a «receita» das Publicações Dom Quixote para os tempos que passam, difíceis e nada animadores. Catorze volumes já cá cantam, como quem não quer a coisa: Quino, Sam, Maias, Sempé, Coco, Palomo e Chico. Um dos últimos volumes contempla, justamente, o admirável Sempé, de tão suave quanto arguto traço, delicado e caustico quanto basta. Como é possível esta simbiose, é o que muitos continuarão a interrogar-se. Mas é justamente esse o «segredo» da qualidade maior desse cartoonista-illustrador-autor que já entrou de direito próprio na galeria dos melhores criadores de todos os tempos. «(A) Casos» é o título desta colectânea.

Mas há mais, como adiante se verá. Chico é um novíssimo que nasceu no Porto há pouco mais de 23 anos, e já deixou trabalhos espalhados por quase tudo quanto é jornal, do «Janeiro» a «A Capital», de «O Globo» ao nosso «Diário de Lisboa». «Teatro de Fantoches» é uma recolha de muitos desses trabalhos, que não consagram um grande autor, mas um talento esforçado que poderá ir bem mais longe, se

os fados assim o predestinaram. A ver vamos, daqui por mais alguns tempos...

E chegamos ao último título da colecção da Dom Quixote, consagrado à mais perene presença neste «Humor com humor se paga», o argentino Quino, mais conhecido pela sua criação da traquina Mafalda. «Homens de Bolso» reúne mais uns quantos instantâneos tendo como tema o próprio homem. De impacto, humor, ironia e poder de observação desiguais, como não poderia deixar de ser. Mas não se perdia nada em diversificar.

E permitimo-nos chamar a atenção dos leitores, a encerrar a escrita, para os magníficos desenhos-illustrações de dois livros infantis da «Moraes Jovem». Trata-se das imagens de Inês Barahona para as palavras de Ramiro S. Osório no estupendo livro «Os Contos do Lápis Surdo», e do desenhos de João Pedro/Rodrigues de Brito para «A Assembleia dos Pássaros», de Joaquim Pessoa. Duas maravilhas.

Carlos Pessoa



Sem fé: delicado e caustico quanto bate

crítica de cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

“Os Lobos não Choram” de Carroll Ballard

A marca de Walt Disney Productions e o facto de ser um filme “sobre lobos” fazem prever o pior, isto é, um daqueles produtos delambidos sobre as maravilhas da natureza em que essa grande companhia americana é fértil.

Nada mais falso, convém dizer desde já, até porque o nome do realizador Carroll Ballard não está a assinar o filme em vão. Desde que vi **O cavalo negro que este nome está retido na memória. Só por isso Os lobos não choram** não me passou despercebido e ainda bem: a ecologia não tem ligado muito com o cinema mas agora pode-se garantir que assim já não é. Carroll Ballard é o cineasta ecológico de corpo inteiro e com ele entende-se melhor que essa ciência contemporânea não é apenas mística de vegetarianos ou obsessão de macrobióticos: é uma nova forma de o homem se situar no meio ambiente que o cerca.

Essa nova postura exige um novo olhar e disso se encarrega Ballard. Este seu filme ultrapassa a mera história de um biólogo solitário na imensidão ártica, para se postar como olhar de lenta descoberta e descoberta de coisas essenciais. Primeiro que o campo científico não detém todas as chaves de penetração da natureza (daí que o biólogo Tyler perceba que lhe é necessário assumir por inteiro a sua condição animal para comunicar com os animais que o rodeiam). Depois que a sobrevivência não é normalizada por códigos morais (é o primeiro filme sobre a natureza em que não há animais bons e maus, nesses se incluindo o homem, mas apenas jogos de força, jogos de vida e de morte, é claro, mas sem



Os lobos, animais contemporâneos do animal homem na partilha de um mesmo território.

culpados). Finalmente que a natureza possui uma dimensão poética que não é redutível aos padrões delicados das palavras com que, habitualmente, a exprimem (por isso **Os lobos não choram** tem a perplexidade e a lucidez de falar pouco e de se deixar penetrar pelas imagens e pelos sons dessa natureza: digamos que é um filme atentamente disponível).

Ser capaz de emitir um discurso sem nunca se permitir quaisquer certezas mas sabendo organizar uma teia complexa e coerente que desemboca numa pluralidade possível de pontos de vista, eis o mais notável deste fil-

me que, para além do mais, é elasticamente belíssimo.

Carroll Ballard continua a marcar pontos e a construir uma carreira singular: coisa tão rara nestes tempos de standardização que não pode passar sem um sublinhado forte e um aplauso vigoroso.

FICHA:
Título original: Never cry wolf.
Realização: Carroll Ballard (USA-1983).

Argumento: Curtis Hanson, Sam Hamm e Richard Kletter, baseado no livro de Farley Mowat (narração escrita por C. M. Smith, Eugene Corr e Christina Luescher).

Fotografia: Hiro Narita.
Cenários: Graeme Murray (art director).

Música: Mark Isham.
Montagem: Peter Parasholes e Michael Chandler.

Som: Alan R. Splet.
Interpretação: Charles Martin Smith (Tyler), Brian Dennehy (Rosey), Zachary Littmanag (Otek), Samson Jorah (Mike), etc.

Distribuição em Portugal: S.I.F.

Cinema: Apolo 70
Classificação: Para maiores de 6 anos
Duração: 105 minutos.

Filme americano “The Day After” bate recordes de bilheteira

A película norte-americana “The Day After” arrecadou uma receita superior a um milhão de dólares desde que há duas semanas foi estreada comercialmente em Espanha.

No mesmo período, viram o filme meio milhão de pessoas.

Só no primeiro fim-de-semana em que “The Day After” esteve em cartaz, dias 11 e 12 de Março, entraram nas bilheteiras 500 mil dólares, cifra que, segundo um porta-voz da distribuidora, “Impa-

to Filmes”, “não é fácil que venha a repetir-se”.

Saragoça, Valência, Madrid e Barcelona são as cidades onde a película tem obtido maior êxito.

Na Suíça e na Itália, o filme bateu todos os recordes da história do cinema.

Em França, em apenas dez dias, viram o filme 600 mil pessoas e na Alemanha Federal as receitas de bilheteira ascenderam a oito milhões de dólares nas oito primeiras semanas de exibição.

Prémios britânicos para cinema e televisão

O filme “Educating Rita” foi considerado o melhor do ano pela Academia Britânica de Cinema e Televisão.

Os protagonistas da película, Michael Caine e Julie Walters, receberam os prémios de melhor actor (“ex aequo”) com Dustin Hoffman pela sua interpretação

em “Tootsie”) e melhor actriz.

Os actores Denholm Elliott e Jamie Lee Curtis, pelo desempenho na comédia norte-americana “Trading Places”, obtiveram, por seu turno, os prémios de melhor actor e melhor actriz secundários.

A BBC conquistou 13 dos 15 prémios de televisão em disputa.

Carlos Mendes em Angola

A convite da Embaixada de Angola em Lisboa, o cantor português Carlos Mendes viaja em breve para Luanda, onde a partir de 6 de Abril dará uma série de espectáculos.

De Angola, o autor do LP “Chão de Vento”, o seu último trabalho discográfico que tem sido bastante aplaudido pela crítica, seguirá para o Brasil, país em que actuará juntamente com outros nomes sonantes da música brasileira, tais como Simone, Elba Ramalho e Nara Leão.

A actuação de Carlos Mendes no Brasil insere-se no âmbito da comemoração local pela comunidade portuguesa do 25 de Abril, para além de fazer parte do seu próprio projecto “Triângulo do Mar”, através do qual o cantor pretende unir a música lírica portuguesa, brasileira e africana.

Em Espanha

Cinco finalistas para prémio de ensaio

Cinco obras passaram à final da décima segunda edição do Prémio “Anagrama” de Ensaio, um dos mais importantes do género em Espanha, cujos resultados serão anunciados em Abril.

As obras finalistas são: “Ensaio Geral para um Ballet Anarquista”, de Luís Castro Nogueira e Mariano Hernandez de Ossorno, “La Razon y la Sombra

(Una Lectura Política de Ortega y Gasset)”, de António Elorza, “La Carcel de las Palabras”, de Jesus M. de Miguel e Melissa G. Moyer, “En Busca de la Arquitectura”, de Ildelfonso Muñoz, “Óxidos Mezclados” de Juan Antonio Ramirez.

Na anterior edição obteve o prémio texto intitulado “Del Paro al Ócio”, de Luís Racionero.

Cinema em crise no Brasil

Em 1983 as salas de cinema do Brasil registaram a presença de 106 milhões de espectadores, um total que reflecte a grave crise do sector, referem dados divulgados pela empresa brasileira de filmes, “Embrafilme”.

Relativamente a 1980, ano em que 164 milhões de espectadores afluíram às salas de cinema, registou-se em 1983 uma quebra de 35 por cento.

Também o número de salas existentes no país diminuiu em três anos: de 2365 em 1980, havia em finais do ano passado 1736.

Só em 1982 a “Embrafilme” registou o encerramento de 252 salas, em consequência do que 70 localidades do interior ficaram

sem cinema. A produção de filmes nacionais em 1983 foi de 80 longas-metragens, o menor número nos últimos quatro anos, e nem todas foram exibidas comercialmente, devido a problemas de mercado, distribuição e, em alguns casos, de censura.

O agravamento da crise no cinema coincide com as dificuldades económicas do país, com regressão na produção e no consumo desde 1981, elevado índice de desemprego e graves problemas financeiros externos.

Todavia, a perda de público e o encerramento de salas de cinema é um fenómeno anterior, atribuído à concorrência da Televisão, fundamentalmente.

A diminuição do poder de compra da população apenas

acentuou a crise.

Em 1983, numa tentativa de travar essa evolução negativa, a “Embrafilme” alargou a todos os espectadores o desconto de 50 por cento nos bilhetes de que, anteriormente, apenas beneficiavam os estudantes.

A medida, todavia, não obteve o resultado esperado, se bem que dirigentes do sector admitam que, se ela não tivesse sido tomada, a perda de público teria sido maior.

A Televisão brasileira é uma forte concorrente. As telenovelas e séries que produz conquistaram, nos últimos anos, o mercado de vários países da América Latina e da Europa, designadamente Portugal.

Essa concorrência provocou

alterações no cinema. As antigas salas, com capacidade para milhares de pessoas, deixaram de existir no Brasil, sucedendo-lhes as pequenas salas, mais adequadas aos novos tempos.

Mesmo assim as dificuldades são crescentes. Nas cidades do interior, incluindo as de tamanho médio, a ausência de público tornou impossível a subsistência das salas de cinema.

Entretanto, multiplica-se o número de aparelhos de televisão. Desde 1977 que se regista um aumento de um milhão de aparelhos por ano.

Em 1982, o seu número era de 16,5 milhões em todo o país, o equivalente a um aparelho por cada sete habitantes.

O DIÁRIO DE UM LOUCO
de Nicolau Gogol

TERÇA, 27
NA S.P.A. às 17.45 h
NA CONTRA-REGRA às 21.45

DIA MUNDIAL DO TEATRO

Nome _____ Idade _____ Tel: _____

Morada _____ Profissão _____

Tem Televisor? _____ N.º Licença _____

Acompanhante _____ Idade _____

Profissão _____

Cupão a enviar colado em bilhete-postal para Concurso «1-2-3», Apartado 4315 — Lisboa Codex

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL ELEITORAL

CONVOCATÓRIA

Convoco a Assembleia Geral Regional Eleitoral da SRS/AAP para o dia 11 de Maio de 1984, das 15 às 23 horas, com o fim de se proceder à eleição dos Órgãos Sociais da Secção Regional do Sul para o biénio 1984-1985.

Lisboa, 27 de Março de 1984.
O PRESIDENTE DA MESA DA SRS/AAP,
Fernando Gomes da Silva

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

“Um, dois, três”: cuidado com o bezerro de ouro!

1 — A segunda emissão de «Um, dois, três» confirmou a sua vocação de programa de variedades para televisão que, tal como o teatroteatro difere substancialmente do teatro sobre tábuas, está numa onda diferente dos musicais das grandes salas.

Digamos que, neste programa, a parte mais valiosa é precisamente aquela que não tem a ver directamente com o concurso — embora aqui o apresentador, Carlos Cruz, se esforce por nos dar algo mais do que a habitual banalidade das conversas de capoeira na apresentação dos concorrentes. Assim aconteceu, por exemplo, no diálogo travado com os estudantes de Direito ao procurar tornar visível, criticamente, o ensino sebenteiro. Assim aconteceu com as concorrentes de Beja ao informar sobre a atenção que, ao longo de toda a raia (e cada vez com maior avanço para o interior...) os portugueses dedicam à televisão espanhola — com todos os perigos que se imaginam.

2 — O território do concurso propriamente dito é o de pior paisagem. Até com aspectos mais... chocantes, como naquela ostentação das notas de mil sobre a mesa. Aí, o concurso assume um carácter de provocação social e de adoração ao Bezerro de ouro perfeitamente evitáveis. Fomenta-se a sugestão de que o máximo valor está no consumo, ou no dinheiro que o proporciona. Repare-se nas expressões dramáticas dos concorrentes quando perderam o automóvel; repare-se na sua

expressão de alívio quando perderam «apenas» o quadro de João Vieira. Com o Carlos Cruz, impensadamente a ajudar à festa, lembrando-lhes que aquele quadro valia... «muito dinheiro». Suponham-se as consequências para a criação de reflexos negativos, se as concorrentes tinham recebido, no fim, o quadro!

A arte não se pode dizer que tenha sido, desde sempre, a preocupação da RTP. Mas, oh meus caros, se não lhe fazem bem, evitem-lhe ao menos o pior: a desvalorização social. O homem precisa de consideração social; a arte também.

«Um, dois, três» tem de dar uma volta a isto.

3 — A certa altura, comparou-se o concurso português ao seu modelo espanhol. Na questão levantada por Carlos Cruz levantava-se uma saudável sombra de ironia. Há coisas, porém, sobre as quais o melhor é não cuidar. O mais que se pode exigir é que se proceda, aqui, a uma tradução limpinha, «traíndo» o menos possível, embora tendo em conta que «traduzir é traír».

Claro que os prémios espanhóis têm outra dimensão. Recordo uma emissão, por exemplo, em que o prémio maior era uma viagem à roda do mundo pelo tempo que o concorrente quisesse e com os fatos apropriados aos climas atravessados no percurso. Mas também é verdade que os pontos de apoio espanhóis são doutro estadao...

4 — Não indo, porém, por aí, quer-me parecer que o pro-

grama espanhol, para além de um ritmo feroz, tem uma vantagem: denuncia imediatamente as faltas dos concorrentes, evitando que, por falta de esclarecimento, a audiência seja induzida em erro. Entre nós, os resultados são, no final, apresentados pelo júri sem grandes explicações. E oxalá me engane, mas pode estar aqui uma fonte de sarilhos de todo o tamanho. Ontem já houve um lamiré, quando o porta-voz declarou que o piano não é um instrumento da orquestra...

A verdade é que a composição das orquestras tem sofrido alterações ao longo do tempo. Uma das tendências mais generalizadas consiste exactamente na substituição de instrumentos de menor sonoridade por outros mais fortes: os violinos substituem as violetas, assim como o clavicórdio e o cravo têm sido substituídos... pelo piano. Sabe-se como Bartok, Falla e Chostakovitch (para só falar nesses) integram o piano no corpo sinfónico.

Salvo erro ou omissão, os concorrentes ficaram prejudicados. Pouco talvez. Não gravemente, por certo.

Mas cuidado, o perigo ronda...

5 — Os colaboradores da emissão contribuíram para a sua «eficácia» televisiva, embora a participação de Barroso Lopes e Josefina Silva (que daqui saúdo calorosamente) pudessem ter sido mais bem aproveitada, pelo menos ao nível da primeira emissão do concurso. Também a par-

ticipação de Rogério Vieira (quem se esqueceu já da sua representação nas «Memórias de uma mulher fatal», de Augusto Sobral?) ficou gravemente prejudicada por causa disso a que o Júlio Isidro chama «os malditos adereços». Quanto a Carlos Miguel ei-lo que, com extraordinário à-vontade, levanta um quadro de revista.

Claro que o momento mais construído desta emissão foi o trabalho de Fernando Pereira — algo a que, em Portugal, não estamos habituados a ver.

Suponho que erra quem pensa estarmos em presença de um «imitador», naquele sentido de passividade, de subalternidade que em geral se atribui à função. Certo que Fernando Pereira tem esse dom — mas utiliza-o como um elemento de criatividade, de invenção, digamos: de recuperação crítica. Ele não copia: ele recorda e, ao fazê-lo, não abdica da sua própria participação na construção elaborada da figura.

Parece que se está aproximando a hora de dar a Fernando Pereira a possibilidade de uma presença mais completa na TV. O seu êxito de ontem é um sinal.

6 — Carlos Cruz: não há ninguém na TV, hoje em dia, capaz de demonstrar tamanha qualidade de apresentador. Imaginem no seu lugar Fulano, Sicrano e Beltrano e percebem o que eu quero dizer. Das muitas cruces que há na RTP, é das poucas que não custa a carregar. E era bem difícil, a tarefa.

Hoje

RTP1



A RTP-1 apresenta, esta noite, mais um episódio da série «Reilly, Rei dos Espiões»

Das 13.35 às 17.30 Ciclo Preparatório TV

- 18.02 Notícias
- 18.05 Grão a Grão
- 18.35 Teleregiões
- 19.00 Pão e Vinho — último programa.
- 19.30 Três Tons
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Telenovela — «O Bem Amado».
- 21.05 «Reilly, Rei dos Espiões» — intérpretes: Sam Neill, Leo McKern e Bill Nighy. Realização: Jim Goddard e Martin Campbell.
- 22.15 Programa da Direcção de Informação — portugueses na Alemanha.
- 23.10 Últimas Notícias

RTP2



Exibe-se, na RTP-2, o 3.º episódio, em repetição, da «Balada de Hill Street»

- 19.32 Notícias
- 19.40 Portugal Romano — História II é o tema tratado neste programa.
- 20.10 Adágio — recital de flauta e piano.
- 20.40 D'Hoje p'Ra Amanhã — «Fauna Marítima». Este programa será dedicado ao tema: «caminho para o catifeiro».
- 21.05 Jornal da Noite
- 21.45 Telenovela — «Gabriela».
- 22.15 «A Balada de Hill Street» — 3.º episódio (repetição). Intérpretes: Daniel J. Travanti, Michael Warren, Verónica Hamel, Joe Spano, Panchito Gomez e George Coe. Realização: Alex Singer.

Amanhã

RTP1

RTP2

Das 13.35 às 17.30: Ciclo Preparatório TV; 18.00: Notícias; 18.10: Grão a Grão; 18.30: Teleregiões; 19.00: «O Barco do Amor»; 20.00: Telejornal; 20.30: «O Bem Amado» — 8.º episódio; 21.15: «Sim, Senhor Ministro» — 2.º episódio; 21.45: «Orwell e 1984»; 23.15: Últimas Notícias.

19.30: Notícias; 19.40: Presença dos Açores; 19.50: Um Toque... de Música; 20.30: Estúdio Aberto; 21.15: Jornal da Noite; 21.45: «Gabriela»; 22.15: «Zanskar» — 3.º episódio (repetição).

“O Pão e Vinho”: terceira parte

É muito feio dividir o trabalho em três partes, transmitir duas... e deixar para muito depois a exibição da terceira parte.

Mas acontece, e disso voltamos nós a ser testemunhas, telespectadores da RTP, com o trabalho de Ricardo Costa, «O Pão e o Vinho», que hoje se exhibe no primeiro canal, por volta das 19 horas.

Este documentário, dividido em três partes, retrata a região de Redondo, no Alentejo, numa perspectiva em que passado e presente se interpenetram e cruzam.

Nos episódios anteriores, foi-nos dado assistir a cenas do quotidiano rural e ao seu potencial

simbólico, expresso na tradição das Janeiras.

Hoje, teremos oportunidade de descobrir o papel simbólico do Pão e do Vinho na liturgia da Páscoa, um dos mistérios fundamentais da tradição cultural do Ocidente. Numa procissão, atravessada por canções da Idade Média, longos silêncios e o ruído da matança, a morte exprime-se como uma forma necessária de vida, o passo que abre horizontes para um renascimento. Esta interpretação procura ser ainda ilustrada pela «filosofia» de um poeta da região.

Imediatamente a seguir, estará no ar o último programa desta sé-

rie de «Três Tons», da responsabilidade de Rui Neves.

No pequeno «écran», teremos hoje Carol Cass, num excerto de «Mil Anos de Jazz», com que se põe ponto final numa sequência musical que levou a nosas casas alguns dos mais notáveis e brilhantes nomes dos «blues», «folk» e «country».

E, depois, temos a telenovela, para os mais «necessitados»: o prefeito Odorico continua a tentar «matar» alguém, para que o cemitério possa ser finalmente inaugurado. Entretanto, oposição e Governo continuam os seus jogos florais...

O terceiro episódio da história do «Rei dos Espiões», Reilly de

seu nome, ocupa o horário nobre do canal 1. Reilly, corre o ano de 1905, é enviado em missão especial a Hamburgo. O objectivo é tentar obter os planos de uma nova arma naval fabricada pela fábrica Krupp.

A missão parte de uma insistência do milionário Basil Zaharov, que considerava imprescindível a obtenção daqueles planos, sem os quais a Armada inglesa corria o risco de uma destruição total.

E assim teremos Reilly fazendo-se passar por Herr Fricker, a ocupar um quarto de um hotel de Hamburgo, que partilha com Goshen, o seu contacto.

Pobre e remendadinho segundo canal

Pobre e remendadinho, continua o segundo canal da RTP. O que equivale a dizer que pouco há de interessante a recomendar aos espectadores.

Em todo o caso, e se as perspectivas que se apresentam no primeiro canal são de molde a desanimar totalmente quem optou por um serão televisivo, aqui ficam as sugestões possíveis:

«Portugal Romano» concebido e apresentado por Vasco Mantas, continua a desenvolver a temáti-

ca da romanização nos territórios que hoje integram o espaço geográfico português.

A ocupação da península pelos romanos estendeu-se por dois séculos, tendo deixado em todo o território amplos vestígios, que a pouco e pouco vão sendo descobertos, analisados, investigados e catalogados.

A produção é de Jorge Vieira, e a realização está a cargo de Adriano Nazareth Júnior.

Cerca de meia hora depois do

início de «Portugal Romano», estará no ar «Adágio». Na edição de hoje, a flautista Susan Hochner e o pianista Robert Koatgoard, ambos canadianos, apresentam um recital de flauta e piano, interpretando «Sonatina», de Eldin Burton, e «Seleções» da «suite» para flauta e piano-jazz de Claudio Bolting.

«D'Hoje p'ra Amanhã», consagrado à «Fauna Marítima», propõe o quarto programa de uma série de dez sobre o mundo

fascinante da vida submarina. O título do episódio de hoje é «O Caminho para o Catifeiro».

A encerrar a emissão, uma repetição do episódio transmitido ontem, de «A Balada de Hill Street», um «policial» demasiado violento para o gosto de muitos telespectadores, mas que por ironia se exhibe pouco depois da transmissão do programa infantil «Grão a Grão», às segundas-feiras. Muito pedagógica, esta RTP!...

GRUNDIG

a segurança de um grande nome
seleccionou para si...

RTP1

«Reilly, Rei dos Espiões»
(21.05)

RTP2

«A Balada de Hill Street»
(22.15)

RTP2

22.15 — A BALADA DE HILL STREET — (3.º episódio-repetição)

A situação aquece para os Blues quando Hector, um membro dos Diablos a quem fora prometida a chefia do grupo por Goldblume, e que fora traído, apanha o principal candidato, e faz dele seu refém. É preciso entrar em negociações com Hector, a menos que a polícia apresente Jesus Martinez (o antigo chefe).
INTÉRPRETES: Daniel J. Travanti, Michael Warren, Verónica Hamel, Joe Spano, Panchito Gomez, George Coe.
REALIZAÇÃO: Alex Singer

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

roteiro cultural

Teatro

Comemora-se hoje o Dia Mundial do Teatro. Por todo o País, os palcos vão ter nova animação, numa cerimónia que se espera repetida todos os dias do ano. A afluência do público será maior, numa participação que todos desejamos continuada. É com especial atenção às múltiplas representações de que temos conhecimento, que dedica-

nice Munõz e Jacinto Ramos, numa encenação deste último com cenários de Lagoa Henriques, figurinos de José Costa Reis e música de César Batalha. A não perder na sala Garrett do «Nacional».

Esta tarde, pelas 17h45, Manuel Cintra estará na Sociedade Portuguesa de Autores pela última vez com «O Diário de um louco», de Nicolau Gogol. À noite, pelas 21h45, o mesmo espectáculo

pectáculo do Teatro da Cornucópia: «A Missão» de Heiner Müller, com encenação de Luís Miguel Cintra e Cristina Reis, cenários e figurinos de Cristina Reis, e interpretação de Luís Miguel Cintra, Rogério Vieira, Luís Lima Barreto, José Manuel Mendes, Francisco Costa, Gilberto Gonçalves, Márcia Breia, Raquel Maria, Alda Rodrigues e Dalila Rocha. «Não há crise», o mais recente espectáculo da Off-

ção de João Lourenço, música de Paul Dessau e Eduardo Paes Mamede, e que conta com a interpretação de um elenco de 23 actores e três músicos.

No Teatro S. Luís o Grupo de Teatro de Carnide continua a apresentar «O Crime da Aldeia Velha», de Bernardo Santareno. Este espectáculo, com encenação de Bento Martins e cenografia de Jorge Rocha, venceu a última edição do Festival de Teatro de Lisboa, tendo ainda obtido os prémios para a melhor encenação e para a melhor interpretação feminina.

Numa iniciativa da Junta de Freguesia de Loures, o Grupo de Teatro Flo D'Água apresenta esta tarde, a partir das 15 horas, no Ginásio da Nova Escola Primária de Stº António, a peça «A Fada Oriana», de Sophia de Mello Breyner e Andersen.

Integrado na Semana da Juventude e Primavera, a decorrer em Sesimbra, o Grupo de Campolide apresenta a peça «1383 zinho».

Em Setúbal, o Teatro de Animação de Setúbal estreia hoje no Teatro de Bolso daquela cidade a peça «O Juiz da Beira», de mestre Gil Vicente.

No Teatro Campo Alegre, no Porto, A Selva-Trupe apresenta «Um cálice de Porto», com encenação de Norberto Barroca, música de Paulino Garcia e interpretação de António Reis, Alexandre Falcão, Alfredo Correia, Glória Férias, José Cruz, Josefina

Ungaro, Luís Correia, Luís Cunha, Lurdes Rodrigues, Margarida Machado e Paulino Garcia.

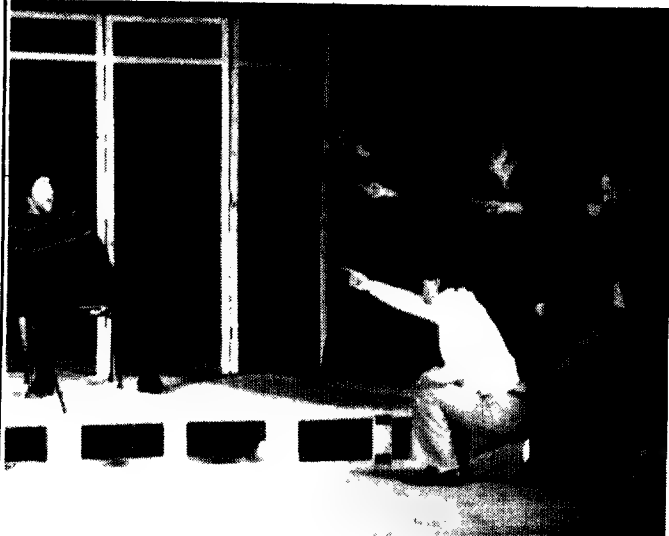
O Teatro de Portalegre estreia hoje a peça «RTX», num espectáculo concebido a partir da peça de António Gedeão. «RTX 78/24», tem encenação de Manuel João Borges, cenários e figurinos de Wladimir Franklin, e interpretações de Alexandrina Baptista, Isabel Cardoso, José Mascarenhas, Manuel Carvalho, Vítor Pires, Vitoria Condeço e Wladimir Franklin.

Os Bonifrates apresentam esta tarde na Associação em Pombal «O Aniversário da Colectividade», uma proposta cénica a partir de dois textos

de Sean O'Casey. Este espectáculo tem encenação de Fernando Mora Ramos, cenografia de José Carlos Faria e interpretação de Victor Santos, Gil Salgueiro Nave, Lédia Guerreiro, António Gamboa, José Santos Silva e Isabel Maria Luciano.

Exposições

Nas Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Calouste Gulbenkian é hoje inaugurada uma mostra de gravuras e desenhos de Jacques Callot, numa iniciativa conjunta da Fundação e da «Alliance Française» de Coimbra.



Uma cena do ensaio de «RTX»

mos o grande espaço deste Roteiro Cultural.

No Teatro Nacional D. Maria II, continua em cena «Memórias de Sarah Bernhardt», de John Murrell. No elenco Eu-

estará, pela primeira vez, na Caixa Económica Operária (Contra-Regra), à R. Voz do Operário, 62, 2º-Lisboa.

No Teatro do Bairro Alto continua em cena o último es-



Manuel Cintra

cina do Grottesco continua em cena na Barraca, ao Largo do Rato.

«A boa pessoa de Set-zuan», de Bertolt Brecht, é o espectáculo que o Novo Grupo apresenta actualmente no Teatro Aberto. Trata-se do 4.º espectáculo desta companhia de teatro, com encena-



«Memórias de Sarah Bernhardt»



AOS CONDUTORES

"Junto das paragens de transportes públicos, abrande a marcha, porque a qualquer momento pode surgir uma criança a atravessar, quer pela frente quer pela retaguarda do autocarro."

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



COTAÇÕES DE NOTAS

(Por unidade)

COMPRA VENDA

ÁFRICA DO SUL (rand)	93\$70	99\$70
ALEMANHA FED (marco)	50\$05	51\$15
AUSTRIA (xelim)	7\$05	7\$25
BÉLGICA (franco)	2\$284	2\$484
BRASIL (cruzado)	\$060	\$110
CANADÁ (dólar - notas de 1 a 2)	102\$20	104\$20
(notas de 5 a 1000)	102\$70	104\$70
DINAMARCA (coroa)	13\$65	14\$05
ESPAÑA (peseta)	\$832	\$952
EUA (dólar - notas de 1 a 2)	130\$80	132\$80
(notas de 5 a 1000)	131\$10	133\$10
FINLÂNDIA (marca)	23\$10	23\$70
FRANÇA (franco)	16\$20	16\$90
HOLANDA (florim)	44\$35	45\$35
INGLATERRA (libra)	188\$95	192\$95
IRLÂNDIA (libra)	153\$95	157\$95
ITALIA (lira)	\$073	\$063
JAPÃO (yene)	\$555	\$590
NORUEG. (coroa)	17\$35	17\$85
SUECIA (cor. 36)	16\$85	17\$45
SUIÇA (franco)	60\$45	61\$55
VENEZUELA (bolivar)	\$520	\$520

Observações:

1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

rádio

Antena Um

16.00: Fados; 16.20: Música anglo-americana dos anos 60; 17.00: ZGHIBZ; 18.00: Dia Mundial do Teatro; 19.00: Informação e música; 20.00: O espaço é seu; 21.00: A voz da solidariedade; 21.30: Viva a noite - as 3 "s"-feiras da Antena Um; Noticiários intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas

Programa 2

15.30: Canções do ciclo «A Bela Moileira», de Schubert; 16.00: Quarteto para piano e cordas, de Walton; 16.30: «A Alegria Parisiense» de Offenbach; 17.00: Gravações históricas; 17.30: Intérpretes portugueses; 18.05: Música portuguesa; 19.00: Os olhos feiteiros; 19.30: Efeméride do nascimento de Vincent D'Indy; 20.05: Música; 21.00: Os caminhos do homem; 22.02: O gosto pela música; 22.30: Ciclo Wagner; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora.

Rádio Comercial

onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matinée; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Programa do F. C. do Porto; 20.00: Conta corrente; 21.00: Quando o telefone toca (2 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 22.30: Desporto; 23.00: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 17.00: Ondas lusitanas; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Comercial filmes apresenta; 21.00: Jazzotone; 22.00: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Rede Nacional de OM e FM

15.00: Clube da casa; 18.00: Jornal das regiões; 18.30: Transmissão do tempo; 19.30: Horizonte; 20.30: Programa da LAR; 21.00: Quando o telefone toca; 21.30: Ouvir e pensar; 22.00: Máquinas ao vivo; 23.00: Diário 23; 23.40: Bola branca (3.ª edição); 23.55: Meditando.

Rede Sul em FM

21.00: Paju; 21.30: Pentagrama.

Desdobramento em FM Estéreo

23.00: A cor do som; 01.00: As superestrelas do FM. Noticiários a todas as horas.

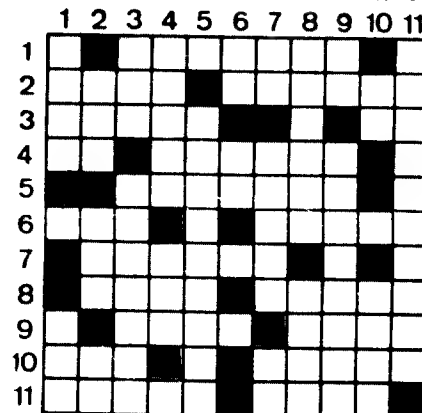
Tiragem média diária do mês anterior: 42.150 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 995

Horizontais

- 1 Artigo definido. Opulência
- 2 Reunir. Utensílio
- 3 Sacerdotes budistas. Artigo definido (ant.)
- 4 Preposição e artigo. Grande beerrão (pl. e pop.).
- 5 Movera o colo
- 6 Azáfama. Versejar
- 7 Prostrar
- 8 Nome antigo de Sara (deserto). Cai a cama
- 9 Cidade do Japão. Cidade da Roménia
- 10 Antiga capital da Birmânia. Esconde-se
- 11 Ilha do mar Jónio. Escala



Verticais

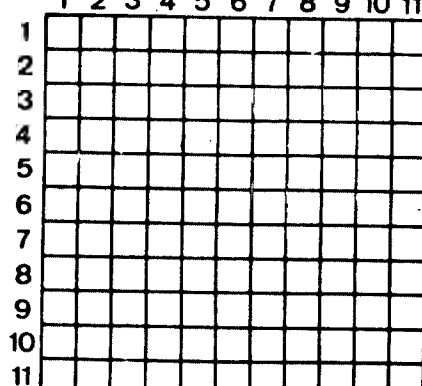
- 1 Recinto onde se recebe uma lição. Cabelos brancos.
- 2 Recusa. Executa. Vossa Alteza.
- 3 Viscera dupla. Freguesia do concelho de Carregal do Sal.
- 4 Indignado. Arara. Artigo definido.
- 5 Despovoado.
- 6 Nome antigo da nota musical dó. Renio (s.q.)
- 7 Espera resposta. Relata. Prata (s.q.)
- 8 Espécie de linho na Índia. Oculta
- 9 Arsénio (s.q.). Dançaram o samba.
- 10 Pronome pessoal. Carta geográfica
- 11 Ventura.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9845

Horizontais

- 1 Uma das Grandes Antilhas. Rio da Ásia Menor, hoje Quizil Irmaque
- 2 Brada. Espaço de doze meses
- 3 Pequena ilha francesa, fortificada, do Mediterrâneo.
- 4 Doutor. Cobalto (s.q.). Antes de Cristo. Preposição latina que designa movimento
- 5 Gatos-bravos. Pronome possessivo.
- 6 Rio da Alemanha. Idem.
- 7 Nome de flores. Acredita.
- 8 Artigo definido. Amimal. Bromo (s.q.)
- 9 Infel.
- 10 Uma das ilhas de Sunda. A escória
- 11 Chuvisco. (Bras.). Cidade do Japão.



Verticais

- 1 Descendentes.
- 2 Actínio (s.q.). Alegrias Bário (s.q.)
- 3 Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica. Freguesia do concelho de Penafiel. Semelhante.
- 4 Basta. Açúcar em ponto de rebaçado.
- 5 Uma das Cidades. O Arão da Bíblia.
- 6 Boas Festas (abrev.). Muito Digno (abrev.).
- 7 Prefixo de privação. Cidade do Egipto.
- 8 Correrias.
- 9 Pélos de certos animais. Fileira.
- 10 Prefixo de negação. Agarrel. Era cristã.
- 11 Acto ou efeito de soldar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 994

HORIZONTAIS:

- 1 UMA. MULHER.
- 2 Nardos. Acua.
- 3 It. Ecar. Am.
- 4 Ca. Tas. Pero.
- 5 Arse. Sa. Sal.
- 6 Aspes.
- 7 Altas. Cear.
- 8 Figas. Filme.
- 9 Era. Malham.
- 10 Voga. Iodo.
- 11 Acaso. Rosas.

VERTICAIS:

- 1 Únicas. FEIA.
- 2 Matar. Air.
- 3 Ar. Salgava.
- 4 DETESTA. Os.
- 5 Moca. Pás. Gó.
- 6 Usasses. Ma.
- 7 As. Fa.
- 8 Há C. Ilo.
- 9 EC. ESPELHOS.
- 10 Ruara. Amada.
- 11 Amolaremos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9844

HORIZONTAIS:

- 1 Ps. Jarcandá.
- 2 Oó. Ataria.
- 3 Ré. Zara. Soe.
- 4 Tri. Sa. Ul.
- 5 Uá. Sono.
- 6 Pés. Saco.
- 7 Ulos. Tapo.
- 8 Ea. Tui. Casa.
- 9 Fiar. Sica.
- 10 Cedias. Aos
- 11 Mola. Recoso.

VERTICAIS:

- 1 Português.
- 2 Soera. La. Co.
- 3 Pó. Fel.
- 4 Jaz. Vestida.
- 5 Atas. Uail.
- 6 Raras. Pirar.
- 7 Ora. Os. Se.
- 8 Ai Enatas.
- 9 Nas. Ocasão.
- 10 Ou. Opacos.
- 11 Anela. Ocaso.

Provérbio: UMA MULHER FEIA DETESTA OS ESPELHOS



Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade
e Serviços Técnicos:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3



**PORTE
PAGO**

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telegráfico: DIBOA
Telex: 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784

MARES DE HOJE				
PREIA-MAR BAIXA-MAR				
12.31	3,2 m	6.10	1,7 m	
		18.19	1,7 m	
		Dia 28		
0.47	3,5 m	6.52	1,5 m	
13.16	3,4 m	18.59	1,5 m	

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO	12°
BRAGANÇA	6°
VILA REAL	8°
PORTO	12°
COIMBRA	10°
CABO CARVOEIRO	13°
PORTALEGRE	6°
LISBOA	11°
ÉVORA	6°
BEJA	7°
FARO	7°
SAGRES	-
PONTA DELGADA	14°
FUNCHAL	13°



últimas

ENTRARAM NA OURIVESARIA POR UM BURACO aberto a partir de um cubículo situado na escada ao lado. O estabelecimento situa-se na Rua Francisco Sanches à Praça do Chile em Lisboa, e, para além dos estragos causados com o arrombamento, os autores do proeza levaram cerca de mil contos em objectos de ouro.

ROUBADO EM VEZ DE CENA DE AMOR que esperava das duas jovens, ambas com 19 anos de idade que o aliciaram no Parque Eduardo VII, ontem à tarde. António Reis, de 37 anos, seria levado para uma pensão na Calçada do Combro pela Rosa Maria e Ana Cristina e ali, com a ajuda do pretenso (ou não) domo de casa, António Estêvão, seria despojado de 5 contos e do relógio. A vítima tanto gritar que apareceu a Polícia que tomou conta da ocorrência.

A COMISSÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL da FIEC (Federação Internacional Europeia da Construção) vai reunir em Lisboa, no hotel Sheraton, nos próximos dias 28, 29 e 30 do corrente mês de Março a fim de discutir várias questões relacionadas com o tema «a formação profissional e as novas tecnologias». Os debates terão por base um documento elaborado por um grupo de trabalho que preparou também um relatório sobre «A política Europeia e o Desemprego dos Jovens». E no final do encontro os participantes terão ainda ocasião de tomar contacto com a formação profissional do nosso país.

A UNITA ANUNCIOU hoje em Lisboa a ocupação da cidade angolana de Sumbe (Novo Redondo), 300 quilómetros a sul de Luanda e a captura de reféns, entre eles dez técnicos portugueses.

De acordo com o comunicado, a cidade foi ocupada após seis horas de combates tendo sido também capturados quatro búlgaros e 65 militares angolanos entre os quais um capitão.

A UNITA diz ainda que as suas forças abateram 82 cubanos, sete soviéticos e 12 técnicos búlgaros, além de cinco italianos e mais de 500 militares angolanos.

O PESCADOR PORTUGUÊS Manuel Fernando Gomes Santos, ferido no ataque da Marinha Francesa ao pesqueiro espanhol «Valle de Atxondo» no Golfo da Biscaia, encontra-se desde segunda-feira em Bilbao. Depois de quase três semanas internado no hospital de Brest em França, onde lhe foi amputada a perna direita, Manuel Santos foi segunda-feira à noite a uma clínica de Bilbao, onde foi internado para prosseguir a recuperação.

Outro pescador espanhol também ferido no mesmo ataque, encontra-se internado na mesma clínica.

“TSF” apoia emissão nacional de rádios livres

A TSF, cooperativa de profissionais de rádio, vai dar apoio técnico e administrativo à realização em Lisboa, dentro de aproximadamente um mês, de um encontro de estações de rádios livres, que culminará com uma transmissão nacional, conforme o «DL» já noticiou.

Esta decisão foi tornada ontem pública pela direcção da TSF, que embora não esteja ligada organicamente à Coordenadora das Rádios Livres, «e de manter uma independência de acção que resulte da diferença óbvia de projectos», afirma «apoiar tecnicamente as estações de rádio que operam em Portugal sem licença governamental».

A «TSF» presta ainda «homenagem às estações de rádio ditas piratas, que têm

contribuído para alertar a opinião pública para a discriminação de que são alvo, reconhecendo ao mesmo tempo que elas exercem um direito inalienável a que o Estado se tem vindo a opor indevidamente, nem sempre por omissão».

Na mesma ocasião, a TSF chama a atenção para «a continuada indefinição das condições políticas de acesso à radiodifusão sonora», o que «representa objectivamente o bloqueamento por parte do Estado do exercício de um direito fundamental dos cidadãos».

Depois de sublinhar que não há «nenhum condicionamento de ordem técnica ou legal à concessão de novas frequências destinadas à radiodifusão sonora», a TSF

acusa o Estado de «bloquear a actualização da legislação», considerando ainda que o «caso recente da estação americana veio por certo pôr a nu perante a opinião pública uma situação perfeitamente insustentável e que ilustra perfeitamente o que a TSF tem vindo a denunciar».

Finalmente, aquela cooperativa de profissionais de rádio, fundada há três anos, denuncia a «forma irresponsável como o Estado tem vindo a gerir o espectro destinado à radiodifusão sonora», considerando que «a persistência das condições actuais, o Estado será o único responsável pela acelerada degradação do espaço hertziano, devido às deficientes condições de utilização».

Universidade de Aveiro

Homenagem da AE a Mário Sacramento

A Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro decidiu promover uma homenagem a Mário Sacramento na passagem do 15.º ano da sua morte.

O programa da referida homenagem é constituído por uma exposição sobre a vida e a obra de Mário Sacramento hoje, amanhã e depois; por uma romagem à campa de Mário Sacramento

amanhã em Aveiro pelas 17 horas; por um colóquio, nesse dia, às 21 horas, sendo oradores Oscar Lopes, Rui Luís Gomes e Orlando de Carvalho.

Entretanto, foi formada uma Comissão de Honra, constituída por Rui Luís Gomes, Fernando Namora, Orlando de Carvalho, Joaquim Namorado, José Gomes Ferreira, Fernando

Lopes Graça, João Sarabando, Vasco Branco, Maria Judite de Carvalho, Maria Dora Seixas Neves, Pedro Alvim, Vasco da Gama Fernandes, Mesquita Rodrigues, José Saramago, Carlos Candal, Maria José Senos, Costa e Melo, Flávio Sardo, Fernando Lavrador, Neto Brandão, Maria Eduarda Senos e José Carlos de Vasconcelos.

Chegada dos camiões com carne sueca adiada por razões de segurança

A Federação dos Suinicultores encontrava-se reunida ao fim da manhã de hoje para fazer o balanço da evolução do conflito que os tem oposto nos últimos dias à Secretaria de Estado da Alimentação e para «tomar importantes deliberações». O diferendo, como é do conhecimento público tem a sua origem numa recente autorização daquela Secretaria de Estado para a importação de quase 200 toneladas de carne de porco destinada à Fábrica de Carnes Nobre.

Representantes daquela organização de produtores, declararam ontem, que consideravam «chocante» a importação de carne nas actuais circunstâncias. Segundo a mesma fonte, «a produção nacional é excedentária» e os produtores estão a produzir abaixo do preço de custo. A explicação para esta situação parece residir na diminuição do consumo, resultante da degradação das condições económicas da população.

Os representantes dos suinicultores consideram que «compete ao Governo proteger a produção nacional criando condições para o consumidor comprar barato e para o produtor não

perder dinheiro».

A Federação dos Suinicultores afirma, por outro lado, que a autorização concedida às Carnes Nobre, infringe um acordo estabelecido com a Secretaria de Estado da Alimentação, segundo o qual nenhuma importação seria realizada «sem conhecimento das estruturas representativas da produção».

A solução do problema, na opinião dos produtores, passa pela aquisição de cerca de 30 mil porcos pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários de forma a escoar a produção excedentária.

Entretanto, a J. N. P. P. afirma que a importação de carne da Suécia não tem nada a ver com o consumo interno, que desceu de 30% uma vez que se destina exclusivamente à exportação para países africanos. No entender de um seu porta-voz a produção nacional não estaria em condições de fornecer, nos prazos necessários, a carne que foi importada. Esses prazos tem a ver com os contratos de exportação assinados pelas carnes Nobre.

A concretização desta operação de importação (além do mais a um custo inferior ao do mercado interno) seria assim um

bom negócio para o País (entrada de divisas) e não prejudicaria a suinicultura nacional, que não disporia neste momento dos 45 mil porcos necessários. Além do mais, afirmou o mesmo representante da J. N. P. P. ao «D. N.», a carne importada é constituída apenas por aparas e barriças «não se sabendo muito bem o que se iria fazer com os restos», caso essa matéria-prima fosse obtida por abate de suínos criados em Portugal.

Uma outra questão levantada pelos suinicultores tem a ver com o «escândalo» da importação de carne por empresas açorianas, que depois as embalam e vendem para o continente como se se tratasse de produção nacional.

Enquanto isto, membros da Federação dos Suinicultores, foram ontem recebidos pelo Presidente da República, que lhes sugeriu que contactassem o Primeiro-Ministro.

Quanto a dezena de camiões que transportam a carne importada, um administrador da sociedade importadora afirmou-nos hoje que alguns deles já estão algures em Portugal

Comemora-se hoje o Dia Mundial do Teatro

Na sequência do Dia Mundial do Teatro que hoje, dia 27 de Março, se comemora, o actor Mikhail Tsarev, presidente do Centro Soviético do Instituto Internacional de Teatro, exprimiu os seus sentimentos cordiais pelo dia festivo em que se comemora uma das artes mais antigas mas ainda e sempre viva, numa mensagem que foi traduzida por Luís Francisco Rebello, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores.

Pela sua própria natureza, afirma Tsarev, a Arte do espectáculo permite despertar e desenvolver o que há de mais humano no homem e reforçar a sua capacidade de construir uma vida mais bela e melhor.

Nós, homens de teatro, prossegue, subimos todas as noites ao palco para dirigir, cada um no seu idioma, palavras de verdade e de paz, de justiça e beleza, a milha-

res de espectadores de todos os cantos do nosso planeta. No mundo em que vivemos, uma actividade como esta exige coragem e responsabilidade.

O actor soviético reconhece: Temos plena consciência de que este Dia Mundial do Teatro se comemora num momento inquietante para o futuro da humanidade; o perigo nuclear agravou-se na Europa, uma catástrofe militar pode comprometer a paz universal.

A terminar, Tsarev disse: Tenho a certeza de que compreendemos a minha angústia perante o destino da humanidade e o futuro da nossa arte. Sei também que, graças ao talento, à energia daqueles que o fazem, o teatro fará ouvir no mundo a sua voz, o seu amor pelo homem, a sua ansia de paz, para bem da humanidade e para a vida sobre a terra.



O dr. Ruella Ramos (à esquerda) no uso da palavra

“Relações Públicas e Imprensa”

Intervenção de Ruella Ramos

«A Imprensa tem um duplo papel, como todos sabem: é um meio de informação, relata os acontecimentos e dá notícias, mas é também um meio de formação de opinião, e para além dos semanários, revistas ou outras formas de Imprensa, os jornais diários são talvez os mais dotados para preencher esta outra função» — assim se pronunciou o dr. António Pedro Ruella Ramos, director do «Diário de Lisboa», no decurso do seminário «As Relações Públicas e a Imprensa», organizado pelo matutino «Correio da Manhã», ontem iniciado e hoje terminado, no Sheraton.

O dr. Ruella Ramos adiantaria ainda que «a Imprensa, quer a diária, quer a periódica, impregna os seus leitores, afinal o público, de imagens mais fortes e mais duradouras que os outros meios, imagens que formam uma espécie de pano de fundo difícil de apagar (...)»

Imprensa e Relações Públicas «coincidem neste ponto: ambas se dirigem à opinião, se bem que no caso das Relações Públicas, seja a opinião o alvo essencial, ficando a Informação nitidamente em segundo lugar».

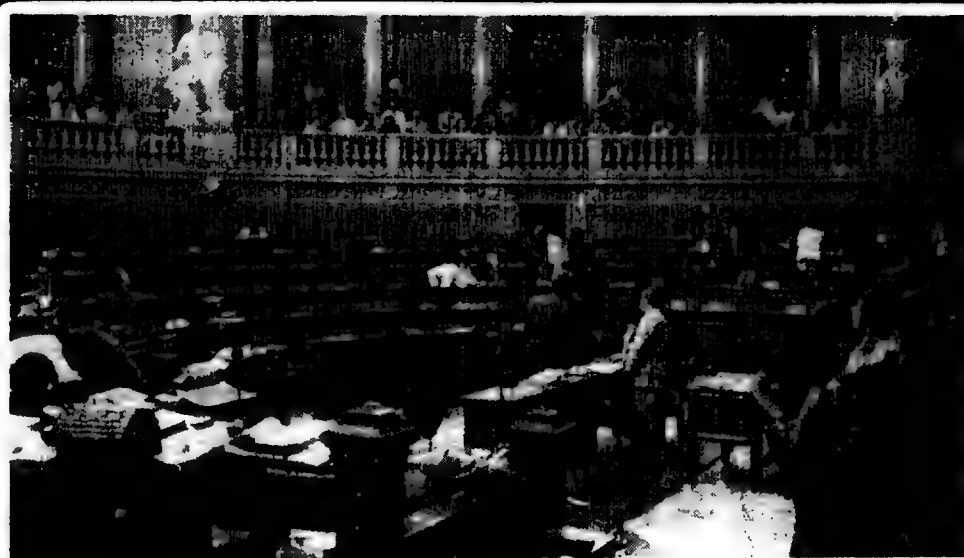
Acentuou também o orador que desconhecia se havia «outras classificações das acções das Relações Públicas», mas que lhe parecia «evidente que aquelas que utilizam a Imprensa como instrumento de influência são basicamente externas e indirectas, isto é, têm como objectivo a melhoria das relações entre uma empresa, um indivíduo, um Governo, uma autoridade local, etc., e outras pessoas que não têm uma ligação directa com essa empresa, indivíduo ou Governo, e são feitas utilizando um meio indirecto, no caso os jornais diários ou outros».

Daremos amanhã um ponto mais circunstanciado desta problemática.

INFORMÁTICA

Projecto da terra transmontana está em marcha

Pág. 3



Defesa da privacidade em debate

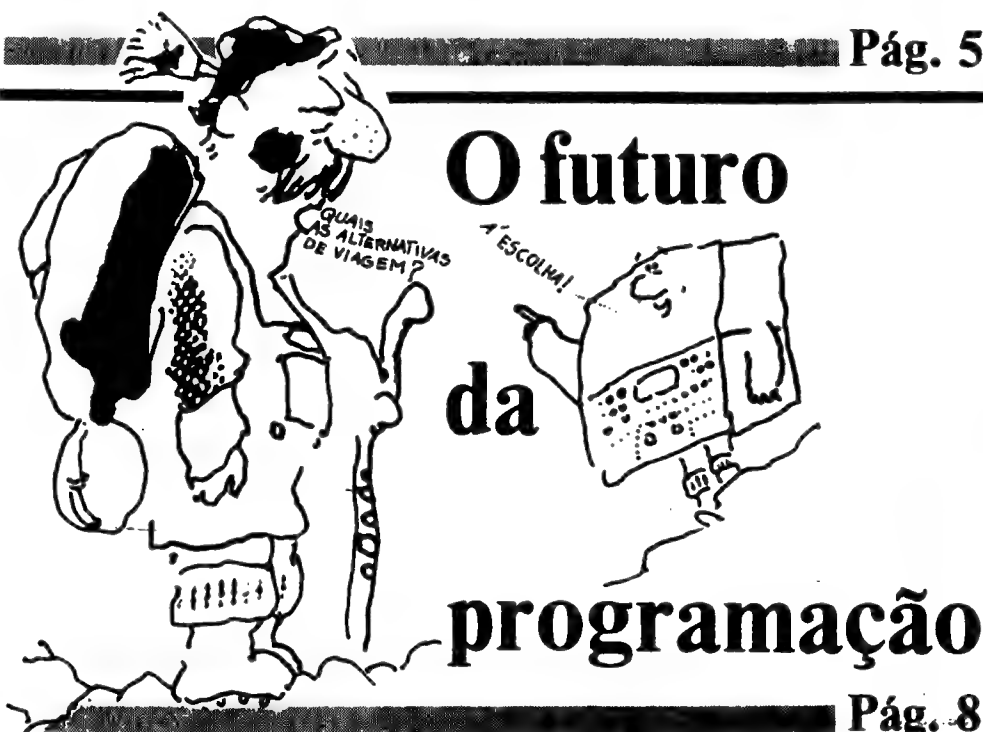
Proposta do governo sobre protecção de dados é bastante correcta

- considera o dr. Matos Pereira

Pág. 4

Informatização dos impostos vai ajudar a combater a fraude e a evasão fiscal

Pág. 5



Pág. 8

A IBM na guerra mundial das comunicações

Pág. 3



A informática em dicionário

Veja o significado da palavra computador

As publicações D. Quixote lançaram recentemente no mercado um «Dicionário de Informática»* traduzido da prestigiosa coleção de dicionários da editora francesa Larrouse. A valorizar o ótimo trabalho realizado por uma equipa dirigida por Pierre Morvam surge o nome de José Carlos Cotta como responsável pela sua tradução para português. José Carlos Cotta é assistente de investigação no Centro de Informática do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

O dicionário vem ao encontro da necessidade cada vez mais sentida de obras que sirvam de apoio e de informação séria e cuidada no domínio da informática. Com esta iniciativa os editores procuraram responder a um duplo desafio: fornecer ao especialista um livro de consulta extremamente actualizado da terminologia informática e da evolução

técnica neste domínio; e permitir ao leitor comum o acesso ao sentido dos principais termos utilizados, assim como o conhecimento desenvolvido dos conceitos-chaves subjacentes à ciência informática.

O dicionário comporta mais de mil palavras e, para lá da explicação do sentido dos vocábulos portugueses inclui, normalmente, o seu correspondente em francês e inglês. Quando não existem designações consagradas em português, a palavra surge em francês ou em inglês, mas sempre com a respectiva correspondência na outra língua, e a explicação em português.

Por nos parecer significativo do tipo de trabalho realizado pelos autores deste dicionário e de interesse para os nossos leitores, transcrevemos a seguir as páginas do «Dicionário de Informática» referentes à palavra «computador»

COMPUTADOR — inglês *computer*, francês *ordinateur*. Termo utilizado para designar os dispositivos de cálculo electrónico desenvolvidos na década de 50 nos Estados Unidos e designados por *Electronic Data Processors* (EDP). (O termo francês «ordinateur» é um neologismo proposto em 1956 por Jacques Perret, a pedido do construtor IBM). Diferentes categorias de computadores podem ser enumeradas segundo a utilização que deles se faz. Desta forma, fala-se de computador de escritório, computador «front-end», computador «host», computador individual, computador satélite, etc. / *Computador de escritório* (inglês *desktop computer*, francês *ordinateur de bureau*), computador de pequeno porte de vocação económica ou científica trabalhando em modo autónomo ou em multiprogramação. (Encontram-se nesta categoria hardwares muito diversos que vão desde as máquinas de facturação até aos sistemas completos). / *Computador «back-end»* (inglês *back end computer*, francês *ordinateur dorsal*), computador dedicado à gestão de ficheiros e de bases de dados e colocado por detrás de um ou mais computadores de processamento, aliviando-os assim destas funções. / *Computador «front-end»* (inglês *front end computer*, francês *ordinateur frontal*); — 1. Computador de gestão de comunicações interposto entre uma rede de transporte de informações, de um lado, e um ou mais computadores, do outro lado, libertando estes últimos das funções de telecomunicações. — 2. Computa-

dor que assegura o conjunto de tarefas de entrada-saída de outro computador de grande potência. / *Computador «host»* (inglês *host computer*, francês *ordinateur hôte*), computador que, numa configuração de informática repartida, assegura num dado momento o processamento ou toma a seu cargo uma sua parte. / *Computador satélite* (inglês *satellite computer*, francês *ordinateur satellite*), computador de médio porte encarregado de assegurar uma parte das tarefas requeridas por um programa, sendo o restante executado num computador «host». (Confia-se, por exemplo, a um computador satélite a gestão de uma consola de visualização gráfica).

Da mesma forma que as máquinas resultantes da primeira revolução industrial não criavam energia, mas tão-só a transformavam fornecendo, por exemplo, energia mecânica ordenada a partir de energia calorífica desordenada, o computador, símbolo da segunda revolução industrial, não cria informação: computa-a. A informação que sai do computador mais não é do que a que foi introduzida após ter sido submetida a triagens, classificações e cálculos: a validade dos resultados obtidos está directamente ligada à dos dados fornecidos. Enquanto que as máquinas energéticas prolongam os músculos do homem, o computador prolonga o seu cérebro, mas apenas no domínio do raciocínio lógico, do pensamento mecanizável. O vocábulo *cérebro electrónico*, por vezes utilizado, é muito mal escolhido; o

computador jamais saberia integrar um dado que não pudesse ser quantificado e, a fortiori, tê-lo em conta nos seus resultados.

Por outro lado, o computador não se reduz a um puro calculador. Manipula outras informações sob reserva de que estejam codificadas numa forma digital: o «sim» e o «não», caracteres alfanuméricos, nomes, frases e conjuntos estruturados destes diferentes tipos de informação.

Tratando toda a espécie de informações de uma forma discreta, opõe-se ao calculador analógico que, transformado em modelo electrónico do fenómeno a estudar, opera sobre grandezas, tensões ou intensidades, variando continuamente no tempo. O computador, em contrapartida, é programável, o que lhe confere um certo ar de máquina universal.

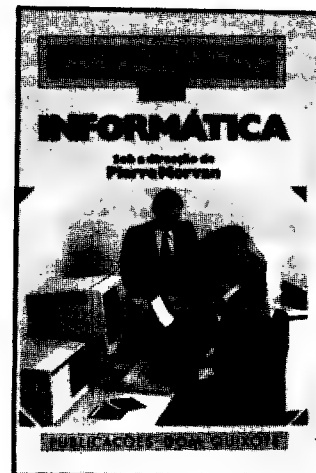
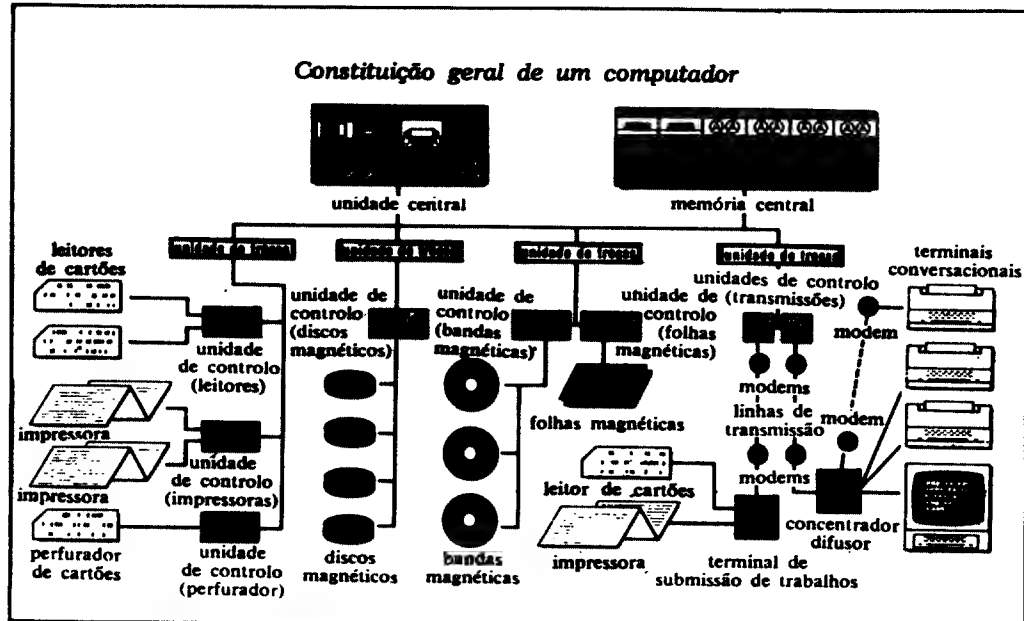
Não sendo concebido para resolver um dado problema, pode abordar uma grande classe de problemas graças às operações elementares de que é dotado. É necessário utilizar correctamente essas operações para responder a um enunciado: é o papel do programa que, sob a forma de uma sequência de instruções, define o encadeamento das operações elementares a executar.

Sem programas, de memórias vazias, o computador nada pode fazer senão esperar. Programado, não faz mais do que seguir com uma obediência inabalável e sem o mínimo discernimento tudo o que lhe é ditado, qualquer que seja a sua validade ou o seu grau de absurdo.

O computador, por último, não teria nascido sem os progressos notáveis da electrónica e das técnicas anexas. Estas fizeram dele um utensílio perfeitamente complementar do cérebro humano, dotando-o, por um lado, de uma grande velocidade de processamento, que se exprime em milhões de operações por segundo, e, por outro lado, de uma memória poderosa e praticamente infalível, que pode armazenar e restituir sem erros textos tão completos quanto se queira.

● História

A descoberta dos conceitos. A automatização das primeiras operações elementares, adição e subtracção, deve-se a Blaise Pascal. A sua máquina de rodas dentadas foi completada por Gottfried Wilhelm Leibniz, que lhe acrescentou a multiplicação e a divisão. O encadeamento automático das operações aritméticas, isto é, o con-



ceito de calculador programado foi introduzido pelo inglês Charles Babbage (1792-1871). Graças a um complexo mecanismo, a máquina de Babbage «lia» uma operação numa fita perfurada, executava a operação, fazia a fita avançar um passo, lia outra operação, etc. A automatização completa do cálculo teve de esperar pelo aparecimento das primeiras memórias: limitadas ao papel de armazenamento de resultados intermédios nas máquinas de relés dos anos 40, serviram em seguida para registar o programa segundo uma ideia, geralmente atribuída ao matemático americano de origem húngara Johannes Von Neumann (1903-1957) por volta de 1945. Desde então, todas as instruções, estando em memória, são igualmente acessíveis a qualquer instante, de forma que, segundo o valor de um resultado, uma instrução pode controlar uma ramificação para uma dada parte do programa. A máquina encontra-se, assim, dotada de decisão lógica, previamente preparada pelo autor do programa, mas tomada automaticamente durante a execução. No seu princípio, o computador tinha nascido.

+ A era industrial

A industrialização dos computadores data do início dos anos 50. As primeiras máquinas estavam reservadas ao cálculo científico, para responder às necessidades então prioritárias do átomo e do espaço, mas, rapidamente, o computador substituiu-se à mecanografia tradicional e abordou o mercado da gestão, o que assegurou o seu pronto desenvolvimento. Pela rapidez do progresso tecnológico, uma geração de máquinas não ultrapassa mais de cinco ou seis anos. As três primeiras gerações trouxeram importantes inovações, tanto no domínio da tecnologia (passagem das válvu-

las aos transistores e, posteriormente, aos circuitos integrados) como no da organização lógica.

Em consequência, a passagem de uma geração a outra apresenta um avanço muito importante na relação performance preço, na facilidade de utilização e na segurança de funcionamento dos equipamentos; contudo, a necessidade de compatibilizar uma geração com a geração precedente, permitindo assim reutilizar os mesmos programas, trava as inovações conceptuais, excepto talvez ao nível dos modelos de maior potência.

O enorme potencial intelectual, industrial e comercial requerido pelo desenvolvimento de uma gama de computadores com todos os seus softwares, por um lado, e a rápida obsolescência dos equipamentos, por outro, têm limitado muito o número de construtores, que, aliás, têm tendência a agruparem-se para atingir uma envergadura suficiente. Em contrapartida, os recentes desenvolvimentos do controlo de processos industriais por computador e, sobretudo, da teleinformática suscitaram um florescimento de pequenas sociedades, fabricando minicomputadores, «periféricos e terminais».

● Constituição geral de um computador

A elaboração de um programa passa, em primeiro lugar, por uma fase de análise do problema a resolver, na qual ele é expresso sob a forma algorítmica, isto é, susceptível de ser processada automaticamente, e, em seguida, por uma fase de programação propriamente dita, que consiste em decompor os algoritmos numa sequência de operações elementares executáveis por computador e em codificar esta sequência numa linguagem de programação. O programa é escrito de uma vez por todas, independentemente dos dados aos quais se vai aplicar, o que permite utilizar diferentes conjuntos de dados, mas implica que todas as hipóteses possíveis tenham sido previstas pelo programador. Programa e conjunto de dados são transcritos para um suporte legível por computador, por exemplo, cartões perfurados, disquetes ou cassetes, por meio de aparelhos manuais de recolha de informação. Os cartões que compõem o programa são lidos por um leitor de cartões ligado ao computador, sendo o seu conteúdo traduzido na linguagem interna da máquina, designada por linguagem-máquina, e armazenada em memória. O computador pode, então, executar o pro-

grama, que contém nomeadamente instruções de leitura dos cartões de dados pelo leitor de cartões, de processamento desses dados conservando em memória os resultados intermédios e de execução de saídas de resultados numa impressora. Em gestão, a maioria dos programas utilizam ficheiros que são, geralmente, comuns a diversos programas: ficheiros do pessoal da empresa, ficheiros de produtos fabricados, ficheiros de clientes, etc. Estes ficheiros, que ultrapassam geralmente a capacidade da memória central, são conservados em memórias auxiliares, discos ou bandas magnéticas, e transcritos bloco a bloco para memória central, a pedido do programa, para aí serem utilizados ou actualizados.

— O hardware.

Um computador é constituído por uma unidade central de processamento, que executa automaticamente o programa, instrução após instrução, e por memória central, directamente acessível pela unidade central, contendo o programa (ou a parte do programa em execução) e os seus dados.

Na periferia deste conjunto encontram-se unidades de entrada/saída, permitindo a comunicação com o homem ou com outras máquinas, bem como memórias auxiliares, permitindo o armazenamento de ficheiros e servindo como paliativos às limitações evidentes da memória central.

— O software.

O hardware por si só é inútil: deve ser completado com o software. Um programa deve ser lido do seu suporte, traduzido em linguagem máquina e executado. Estas operações necessitam da instalação de outros programas: programas de exploração, gerindo os programas dos utilizadores, tradutores de linguagens, programas de bibliotecas (resolução de equações, gestão de ficheiros, gestão de unidades de entrada/saída), que não têm de ser reescritos em cada aplicação, e programas de depuração auxiliando o programador a encontrar os seus erros. O conjunto destes programas constitui o software de base, geralmente fornecido pelo construtor, por oposição ao software de aplicação, específico de um utilizador. O sistema de operação é a parte do software de base que permite explorar o computador assegurando um bom compromisso entre as performances globais e o conforto dado aos utilizadores.

(*) 150x235 - 475 páginas preço: 1450\$00

MEDIOCURSO

PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

COBOL

- Formação prática de profissionais
- Introdução aos computadores
- Lógica da programação
- Linguagem Cobol

INÍCIO: 11 de Abril

DURAÇÃO: 110/120 horas

HORÁRIO: 10 às 13/19 às 21 horas

MEDIOCURSO

INSTITUTO DE ENSINO PROFISSIONAL INTENSIVO
RECEPÇÃO E SERVIÇOS CENTRAIS: Rua do Arsenal, 148-3.º Salas F.G.H.
TEL. — 37 15 21

A informatização dos municípios da terra quente transmontana

— um projecto piloto em andamento

O projecto da Terra Quente Transmontana, formulado na óptica de um estudo profundo ao funcionamento dos Serviços Municipais, constitui um projecto-piloto, através do qual se pretendem implementar novas soluções, sem as sujeições legais que tanto têm condicionado o sucesso de muitos outros projectos de âmbito autárquico. O texto que se segue é da autoria de dois técnicos da DGOA intimamente ligados a esse projecto, a que o DL-INFORMATICA já se referiu em tempos.

O estudo de racionalização e informatização dos Municípios do «Agrupamento da Terra Quente Transmontana», integrando as Câmaras Municipais de Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Mirandela e Vila Flor, iniciou-se, sob orientação da Direcção-Geral da Organização Administrativa (DGOA) e com a colaboração da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e da Direcção Geral da Acção Regional e Local (DGARL) em 1981.

A metodologia utilizada na condução do projecto, recomendada pela DGOA, assenta no desenvolvimento das seguintes fases:

- a) — Estudo prévio
 - 1 — Sistema Actual
 - Análise da situação actual
 - Análise crítica
 - Evolução previsível
 - 2 — Novo Sistema
 - Definição
 - Perspectiva global do novo sistema

3 — Alternativas Possíveis para a Implementação do Novo Sistema

- Enumeração das soluções de alternativa a propor
- Descrição das soluções de alternativa

b) — Estudo de oportunidade

- 1 — Análise comparativa das soluções alternativas.
- 2 — Identificação da(s) solução(ões) mais favoráveis sob o ponto de vista técnico/económico.

c) — Dotação e formação de pessoal

d) — Desenvolvimento de aplicações

e) — Aquisição de equipamentos

f) — Preparação de instalações

No desenvolvimento do projecto, destacam-se como mais relevantes as seguintes acções:

— Sessões de sensibilização sobre a metodologia proposta, com incidência especial na utilização do «Questionário para a

elaboração do Estudo Prévio»;

— Levantamento da situação actual (competências, circuitos, impressos, ficheiros, etc.) nas Câmaras de Mirandela e Carraceda de Ansiães das áreas de contabilidade, impostos, taxas e licenças, serviços municipais de habitação e pessoal;

— Realização de um curso de «Correspondentes de Informática», em Mirandela, com a duração de 120 horas;

— Elaboração de um primeiro relatório — 4 volumes — sobre a «situação actual».

— Publicação da portaria 583/82, de 14 de Junho, contemplando o «Agrupamento da Terra Quente Transmontana» com estatuto de «Municípios-Piloto»;

— Elaboração de um segundo relatório — 3 volumes — sobre o «Novo Sistema» e a análise comparativa técnico-financeira das soluções alternativas.

Caracterização do Projecto

Com base no levantamento efectuado sobre a Situação Actual, fez-se uma análise crítica de que resultaram como mais pertinentes os seguintes comentários:

Deficiente implantação e falta de sinalização dos diversos serviços, não existindo nenhuma planta esquemática da sua distribuição, nem qualquer sistema de encaminhamento interno;

• Inexistência de um serviço de recepção/atendimento do público;

• Tempo de resposta ao público demasiado longo;

• Escassez de pessoal, nomeadamente nas áreas de maior especialização técnica;

• Insuficiente clarificação da pirâmide hierárquica de autoridade-responsabilidade (quem é o superior hierárquico de quem) e das dependências funcionais (quem orienta tecnicamente quem);

• Estrutura, em alguns casos, com uma divisão pouco clara de competências pelos diferentes serviços;

• Falta de indicadores e dados estatísticos para a gestão;

• Peso de trabalho excessivo em rotinas burocratizadas;

• Circuitos de informação de um modo geral demasiado sobrecarregados, nomeadamente no que se refere ao número de operações e sectores ou postos de trabalho intervenientes;

• Utilização de impressos de concepção técnica ultrapassada, fundamentalmente no que respeita às rubricas e sua distribuição, formatos, etc.;

• Uso de livros, sobretudo nos sectores de contabilidade e tesouraria, de difícil manuseamento, obrigando a transcrições várias e repetitivas de operações de registo de receitas, pouco funcionais e inadequadas a uma obtenção rápida e precisa da informação;

• Ficheiros incaracterísticos, não fornecendo as informações necessárias, ou mesmo inexistência de alguns ficheiros importantes.

Assim, entendeu-se que o NOVO SISTEMA a implementar deveria conduzir a:

• Simplificações administrativas:

• Circuitos racionalizados;

• Melhor atendimento do público;

• Eliminação de tarefas de rotina;

• Impressos simples e funcionais;

• Acesso rápido à informação;

• Actualização permanente da informação;

• Obtenção oportuna de indicadores actualizados necessários à gestão;

• Constante modernização e aperfeiçoamento do funcionamento dos serviços;

• Optimização de recursos humanos e materiais;

• Rentabilização de recursos financeiros.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do projecto norteou-se por dois objectivos fundamentais:

• Prioritariamente, reorganizar e racionalizar os serviços das Câmaras;

• Complementarmente, estudar hipóteses de recurso a meios de tratamento automático da informação a partir das soluções de racionalização encontradas.

Novo sistema

Consideraram-se quatro soluções alternativas:

A — Solução Racionalizada

B — Soluções de informatização:

B1 — Recurso ao Centro Informático da Direcção Regional de Trás-os-Montes

B2 — Recurso a terminais inteligentes

B3 — Recurso a pequenos sistemas locais

Solução racionalizada

Para esta alternativa concebiam-se duas propostas de estrutura, ambas contemplando as três grandes áreas de actuação dos Municípios:

• Administração Geral — expediente, finanças património e tesouraria;

• Construção civil e infra-estruturas-salubridade, saneamento e obras;

• Desenvolvimento Económico e Social — saúde, educação, abastecimento público, habitação e espaços verdes.

Propõe-se também a criação de um Gabinete de Estudos com competências específicas nos domínios da organização, planeamento e gestão. Na racionalização efectuada partiu-se do princípio que os Municípios existiam para servir os Municípios, devendo os novos procedimentos, sempre que possível, privilegiar estes pela simplicidade, rapidez e comodidade de obtenção dos serviços requeridos.

Nesta óptica, enumeram-se algumas das medidas propostas:

• Eliminação de grande parte dos despachos prévios;

• Criação de requerimentos pré-impressos de fácil preenchimento;

• Substituição dos «pesados» livros por ficheiros funcionais;

• Simplificação dos modelos de guia de depósito através do recurso a carimbos, actualizáveis sempre que se verificarem alterações de taxas;

• Envio de documentos directamente para a residência dos Municípios, evitando-lhes deslocamentos sucessivos à Câmara;

• Diminuição dos tempos de resposta ao público evitando o «vaivém» dos papéis de uns serviços para os outros e possibilitando nomeadamente que entidades estranhas à Câmara enviem documentos, por si emitidos, directamente para os Municípios;

• Concepção de impressos mais elaborados, contendo informações imprescindíveis para a gestão autárquica;

• Substituição do actual sistema de valores selados, devendo a Câmara ser «depositária» destes valores;

• Recrutamento de pessoal com formação em economia/gestão de empresas e conhecimentos de planeamento, organização e informática;

• Instalação de um sistema de transportes de documentos;

• Implantação de um sistema de sinalização.

Soluções de informatização

Na delimitação das diversas alternativas de informatização, adoptou-se por princípio que as funções de concepção, desenvolvimento e manutenção das aplicações seriam sempre exercidas através da própria Associação de Municípios. Houve também a preocupação de envolver tanto quanto possível, os meios disponíveis em outros organismos da Administração Pública, nomeadamente equipamentos e aplicações.

A alternativa escolhida (B2), pressupõe a existência local de capacidade de processamento, suportada por terminais inteligentes nas diversas Câmaras, e uma configuração central na sede da Associação (CPD), dimensionada de acordo com as necessidades globais detectadas.

O sistema assim definido, possibilitará a exploração em diferido (Batch ou Remote Batch) no CPD de aplicações como:

• Facturação de consumos de água;

• Vencimentos;

• Taxas de saneamento;

• Património;

• Recenseamento eleitoral;

• Recenseamento da habitação;

• Administração de pessoal;

• Gestão de stocks;

• Gestão de obras;

• Gestão de pessoal;

• Com recurso ao CPD nos tratamentos mais «pesados» ou exigentes

A implementação e funcionamento do sistema, exige a nível de recursos humanos informáticos pelo menos dois analistas programadores e dois operadores de computador.

Perspectivas

De acordo com as decisões tomadas na reunião de Mirandela, em Outubro de 1983, — aprovação genérica do estudo efectuado e opção pela alternativa B2 dentro as soluções de informatização — deu-se início à segunda fase do projecto:

— Implementação das medidas de reorganização preconizadas (estrutura orgânica, circuitos, impressos, etc.), que deverá estar concluída até ao fim do 1.º semestre do corrente ano;

— Constituição da equipa que irá, prioritariamente, desenvolver a análise funcional da aplicação de Contabilidade Autárquica, decorrendo presentemente o processo de recrutamento do pessoal necessário;

— Concretização de protocolos de colaboração com entidades públicas, nomeadamente a Associação de Informática da Região Centro (AIRC), com vista à utilização de aplicações de interesse comum;

— Início dos estudos conducentes à aquisição dos meios informáticos exigidos.

J. M. DA COSTA MARTINS
J. E. LOPES LUÍS
(Técnicos da Direcção Geral de Organização Administrativa)

A guerra mundial das comunicações

A IBM vela por nós

A «Big Blue», como é familiarmente baptizada pelos americanos, vai transformar-se no «Big Brother», esse «Grande Irmão» que representa tudo, como era evocado por George Orwell na sua obra «1984»? Pelo menos, a questão merece ser colocada, tanto mais que desde há dois anos o «Mundo I.B.M.» tem vindo a abarcar o conjunto do sector das comunicações: informática, micro, lógicos, burótica, telefonia privada, componentes, redes de telecomunicações e mesmo a robótica. Como se a companhia tivesse vocação para a universalidade.

Raramente uma empresa terá exercido um tal domínio sobre um sector de actividade tão vasto. Raramente uma empresa se terá recomposto de uma forma tão espectacular num tão curto lapso de tempo. Porque se a I.B.M. se soube impor nos anos 60 como o número um mundial da informática, a década seguinte caracterizou-se por um abrandamento relativo na sua expansão.

Só se é traído pelos do seu

próprio sangue! O ataque veio de um antigo membro da I.B.M., Gene Amdahl, o pai da série 360. A sua ideia é simples: uma vez que a I.B.M. impera sobre mais de metade do parque mundial de computadores, para ter um lugar nesse mercado, é necessário oferecer materiais de norma da própria I.B.M. capazes de utilizarem programas, do número um mundial. No preço de revenda de um sistema informático, o desenvolvimento dos lógicos assume uma parte cada vez maior. Ao concentrar os seus esforços apenas sobre o fabrico de máquinas, Amdahl espera poder oferecer computadores com uma melhor relação custo-«performance» aos utilizadores I.B.M., sem que estes tenham de mudar os seus programas. Os factos dão-lhe razão. Em poucos anos, os fabricantes de «compatíveis» vão representar uma parte não desprezável do mercado, uma vez que representam hoje mais de 10 por cento do parque mundial.

No começo, a I.B.M. deixou passar a manobra sem dúvida sa-

tisfeita por ver a sua norma impor-se face aos seus tradicionais concorrentes. Mas o sucesso dos «compatíveis» ia obrigá-la a reagir e a iniciar uma dispendiosa guerra de preços. Tanto mais que os japoneses não se contentavam em propor unicamente as unidades centrais, mas vendiam a preços inferiores os lógicos, pura e simplesmente copiados dos da I.B.M.

Segundo problema: a emergência de novos mercados — «mini», e depois «micro-informática» — nos quais os recém-chegados se enfiavam. A I.B.M. vai falhar a viragem do «mini», onde a «Digital Equipment» (DEC) ganha para si a parte de leão em pouco tempo. A DEC implanta-se nas universidades e centros de investigação, tornando-se o número dois mundial no conjunto do sector.

Em 1979, é a «Apple», uma jovem sociedade californiana, que lança o micro-computador. Ora, tanto o «mini» como o «micro» põem em causa o poderio da I.B.M. ao causarem na base «o seu mercado tradicional. Pior

As redes de comunicações estão no âmago da guerra industrial que os Estados Unidos travam com o Japão e a Europa. A exportação da «desregulamentação» concretizada no mercado

americano através do desmantelamento da A.T.T. é uma das armas privilegiadas desta ofensiva que visa «fazer saltar» no mundo os monopólios dos C.T.T.

ainda, ao oporem o «mundo lúdico e individual» do «micro» ao universo «centralizado» da informática I.B.M. os recém-chegados atacam os próprios fundamentos do poderio da companhia: as direcções de serviços informáticos das grandes empresas utilizadoras. A I.B.M. soube, pela qualidade dos seus produtos, e sobretudo pelos serviços prestados à clientela, a assistência e manutenção, fazer destas os seus mais fiéis aliados. Mas o «micro», ao desenvolver-se fora do seu controlo, faz com que toda a rede de influências pacientemente tecida pela companhia, corra o risco de se desmoronar.

Ao mesmo tempo, a «Big Blue» tem que enfrentar múltiplos processos. Pequenas sociedades (Telex, Memorex), acusam-na de concorrência desleal. Mas sobretudo, é a administração americana quem desencadeia uma ampla operação anti-«trust» a partir de 1969. Estas peripécias judiciais vão indubitavelmente incomodar a I.B.M., que, como todas as insti-

tuições, vai conhecer nessa altura uma crise de confiança.

É verdade que a firma conserva o seu poderio, mas há quem se interrogue sobre se ela não terá iniciado um lento processo de declínio.

A cidadela sitiada

Submetida à concorrência, pilhada nos mercados tradicionais pelos fabricantes de «compatíveis» e pelos japoneses, confrontada pela primeira vez desde há muito tempo com uma baixa nos seus lucros e com uma crise de tesouraria, ausente do «mini» e do «micro», bloqueada no domínio das telecomunicações — nos Estados Unidos pela A.T.T., na Europa pelos P.T.T. e no Japão pela N.T.T. — vê as futuras normas de transmissões e as redes locais serem estabelecidas sem ela, e mesmo contra si (como a norma x25 definida pela Europa para as transmissões de dados informáticos, ou a rede local da Ethernet elaborada pela Xerox, DEC e Intel). Em 1980, Opel sucessor designado de Frank Cary, presidente da I.B.M.,

perorava perante os accionistas, considerando a companhia como uma «cidadela sitiada».

É evidente que Opel pintava deliberadamente de negro uma boa parte do quadro, com um objectivo evidente: mostrar às autoridades que um enfraquecimento da IBM corria o risco de fazer o jogo dos seus concorrentes europeus, e sobretudo dos japoneses, em detrimento da potência americana. A mensagem seria tanto mais ouvida, quanto o clima político americano estava em plena mudança. A re-industrialização, um dos temas dominantes da campanha presidencial de 1980, deve apoiar-se nas grandes empresas que atingem bons resultados. Quem melhor pode responder à palavra de ordem do candidato republicano, «America great again», do que a I.B.M., símbolo da livre concorrência e da eficácia, cuja cultura associa esses valores tão tipicamente americanos, como o dólar, a moral e o progresso?

Com a eleição de Ronald Reagan para a Casa Branca, a I.B.M. Continua na pag. 4

Vamos finalmente ter legislação sobre a defesa da privacidade?

“Proposta de lei é correcta”

— afirma o jurista José Matos Pereira



A questão da defesa da privacidade dos cidadãos face ao uso da informática tem sido objecto de diversos projectos e propostas de lei e motivou nos últimos tempos alguma polémica. Recentemente, o Governo enviou à Assembleia da República um pedido para legislar nessa matéria, procurando, finalmente, pôr termo a uma série de mal-entendidos e interpretações restritivas da Constituição. Posteriormente, aquele pedido de autorização legislativa foi retirado e o projecto de decreto-lei que o acompanhava transformado em proposta de lei. Devido a esta alteração de procedimento o assunto deverá subir oportunamente ao plenário da AR para discussão. Sobre a nova proposta governamental o «DL-Informática» ouviu o dr. Matos Pereira, advogado especialista em Direito da informática e presidente da Associação dos Utilizadores de Telefones, Telecomunicações e Telemática.

«DL-IN» — O Governo apresentou recentemente à Assembleia da República uma proposta de lei sobre protecção dos dados registados em suporte informático. Que relação existe entre este texto e o da proposta que a AD elaborou sobre a mesma matéria?

Matos Pereira — «Neste momento temos de facto na Assembleia da República uma proposta de lei, n.º 57/III, apresentada pelo Governo PS/PSD, e um projecto de lei, n.º 110/III, apresentado pela ASDI. Este último é praticamente idêntico aos outros dois anteriormente apresentados pela ASDI. O primeiro não chegou a ser discutido e o segundo acabou por ficar na gaveta depois de ter sido aprovado na generalidade e ter baixado à Comissão, para discussão na especialidade. Quanto à proposta PS/PSD, ela é praticamente idêntica a uma outra anteriormente apresentada pelo governo AD.

Pode causar uma certa estranheza o facto de o conjunto dos partidos que compuseram o governo AD e que compõem o executivo actual estarem tão próximos que tenham a mesma proposta de lei numa matéria que aparentemente é delicada e que mexe com a privacidade dos cidadãos.

A justificação é, no entanto, bastante clara: existe a necessidade de introduzir na ordem jurídica interna o conteúdo das disposições da Convenção 105 do Conselho da Europa, que a proposta da AD já reproduzia em grande parte. Por isso mesmo o Governo PS/PSD retoma aquela proposta fazendo-lhe apenas pequenas alterações.

No que se refere ao projecto da ASDI, ele segue uma tradição, que vem desde a sua primeira iniciativa nesta matéria, e que de algum modo se baseia na primeira lei francesa de protecção de da-

dos. Copia o próprio nome da comissão — Comissão Nacional de Informática e Liberdades — e atribui-lhe, nalguns pontos do texto, um lote de poderes tão grandes que, à luz da divisão de poderes estabelecida na nossa Constituição, até pode ser considerado inconstitucional.

Diferenças entre as duas propostas

«DL-IN» — Mas não há nenhuma diferença fundamental entre a presente proposta governamental e a do governo AD?

M.P. — «A principal diferença entre essas duas propostas reside no facto de a do PS/PSD conter um conjunto de artigos, na sua parte final, que prevêem diversos tipos de crime por computador. De facto, era inconcebível que na legislação portuguesa alguém que utilizasse um automóvel abusivamente, contra a vontade do dono, ou sem o seu conhecimento, fosse punido por roubo e quem utilizasse um computador, um programa ou um ficheiro nessas condições não estivesse sujeito a nenhuma sanção, por isso não estar previsto na lei.

Outra diferença consiste numa ligeira alteração à composição da Comissão Nacional de Protecção de Dados (o nome também foi mudado) que consta do artigo 14 e que só por descuido do Governo não terá sido detectada a tempo. Trata-se do seguinte: enquanto a proposta AD prevê a nomeação pelo Governo de dois membros para a entidade chamada CNASPI, a eleição de outros dois (magistrados) pelo Conselho Superior da Magistratura e pelo Conselho Superior do Ministério Público e a nomeação de mais dois pelo presidente da Comissão, eleito este pela Assembleia da República, a proposta PS/PSD diz no seu artigo 15

que haverá duas personalidades designadas pelo ministro da Justiça em virtude da sua especial competência, mantendo-se idêntica a restante composição. Penso que isto terá escapado ao Governo, visto que não me parece, sendo a composição desta comissão tripartida em termos de órgãos de soberania, que o Governo devesse transferir essa competência para o ministro da Justiça.

«DL-IN» — Além disso não há nenhum aspecto na nova proposta que mereça a sua crítica?

M.P. — «A proposta parece-me bastante correcta apesar de haver um ponto que continua a ser descuido quando se fala da protecção do cidadão face à informática. Hoje ninguém sabe onde é que acaba a informática e começam as comunicações. Talvez seja conveniente dentro de algum tempo — visto que parece ainda não haver sensibilidade suficiente para dar atenção a esse ponto — considerar que a protecção do cidadão não se faz só em relação à informática, mas também no campo das redes telefónicas que actualmente interligam os computadores.»

«DL-IN» — A futura lei, se for aprovada tal e qual, irá ultrapassar o carácter extremamente limitativo que tem sido apontado ao texto do artigo 35 da Constituição?

M.P. — «Julgo que a proposta governamental poderá resolver alguns dos problemas que têm surgido desde que o artigo 35 entrou em vigor. Penso que se poderá dar uma interpretação mais correcta à finalidade desse artigo, que é a de proteger a privacidade. No entanto, a privacidade protege-se não com leis rígidas mas com uma certa flexibilidade que envolve muitas vezes os interesses formulados pelos próprios interessados.

A privacidade não é um problema específico da informática, é um problema fundamental da comunicação e esta pode-se fazer pelos mais variados meios e não apenas através dos computadores.

A proposta do Governo permite de facto alguma flexibilidade ao dizer, no seu artigo 13, que se considera excluída a ilicitude no caso da violação desta lei resultar do facto de o seu cumprimento escrupuloso se mostrar, em objectivo, no caso concreto, gravemente prejudicial às pessoas que visa proteger.

Quotizações sindicais

Neste caso penso que até se poderão integrar os pedidos dos próprios interessados para que lhes seja descontada a sua quotização sindical através do processamento de salários feito por computador. Parece-me que isso não lesa a privacidade de ninguém, pois as empresas sabem normalmente em que sindicato é que as pessoas são filiadas.

No entanto, o artigo 13 não dá liberdade completa a ninguém para processar os dados que são proibidos pela Constituição. O número dois desse artigo diz que qualquer violação verificada ao abrigo do número anterior deve ser imediatamente comunicada à Comissão Nacional de Protecção de Dados, pela entidade ou organismo infractor, para que ela se pronuncie.

O julgamento caberá portanto à Comissão, que terá a oportunidade de fazer assim da lei morta uma lei viva, equacionando em cada momento o que é de facto deve ser proibido e o que é que deve ser permitido.

«DL-IN» — Esta proposta supõe que ignora totalmente o caso dos ficheiros não auto-

matizados...

M.P. — «Não. Esse é outro aspecto em que ela me parece bastante cuidada. Com efeito, prevê-se no articulado que qualquer pessoa que se sinta atingida na sua privada, por virtude do tratamento não automatizado de dados, pode recorrer fundamentadamente à comissão, que tomará as medidas adequadas.»

Microfilme foi esquecido...

Este artigo, apesar de receber o meu elogio, recebe igualmente a minha crítica. Com efeito, ficam cobertas por todos os artigos da lei as violações da privacidade feitas pela informática. No número 35 ficam também abrangidas as que são feitas por tratamento não automatizado, mas ficam de fora as situações de tratamento automatizado que não seja informático.

É o caso do microfilme ou o de outras tecnologias como a burótica e a robótica, em relação às quais é muito difícil determinar se se trata ou não de informática. Este artigo deveria ter um pequeno acrescento onde fosse incluído o tratamento por outras tecnologias que não a informática, porque o que está em causa é a protecção da privacidade do cidadão, e não as tecnologias utilizadas.

«DL-IN» — Que comparação é que é possível estabelecer entre esta proposta e as leis existentes em outros países europeus nesse domínio?

M.P. — «A generalidade das legislações europeias, tal como diz o preâmbulo da proposta, foi considerada quando do estudo do articulado. Por outro lado, estes assuntos há muito que vêm a ser discutidos no âmbito da OCDE e do Conselho da Europa e portanto existe já um certo consenso em relação a alguns

princípios fundamentais.

Daqui resulta que a proximidade entre esta proposta e as legislações existentes nos outros países da Europa é bastante grande, tendo em conta os diferentes condicionamentos legais e sociais de cada país.

«DL-IN» — Quanto ao problema da interconexão de ficheiros, este texto dá-lhe uma solução conveniente?

M.P. — «A interconexão é tratada no Artigo 27 que a proíbe no caso de ficheiros automatizados que contenham dados de carácter pessoal. Mas são autorizadas as interconexões daqueles que contenham exclusivamente informações públicas, entre entidades que partilhem dos mesmos fins específicos.

Abrem-se aqui algumas excepções, na medida em que se definem como informações públicas todas as que constam do registo do assento civil — excepto as incapacidades — e aquelas que sejam objecto de publicitação oficial.

Penso que isto vem resolver de algum modo o problema levantado pelo falso conceito de privacidade que poderia surgir de uma leitura apressada, e apenas à letra, do Artigo 35. Refira-se no entanto que o Artigo 28 admite a interconexão em termos diversos dos do Artigo 27, em casos excepcionais, desde que permitida por diploma legal ou autorização da comissão.

Direito de acesso

«DL-IN» — Os cidadãos têm o direito de conhecer as informações que a seu respeito constam de um qualquer ficheiro informatizado?

M.P. — «O Artigo 29 prevê que todas as pessoas, desde que devidamente identificadas, têm o

Continua na pag 7

A IBM vela por nós

Cont. nuação da pag 3

sabe que já não tem grandes coisas a temer. A tomada de posse de Baxter à frente do departamento de Estado anti-«trust» só contribuirá para reforçar essa primeira impressão. Tal como outros juizes ou responsáveis da administração nomeados por Reagan, Baxter é um ultraliberal.

Uma das primeiras acções será pôr fim — no dia 1 de Janeiro de 1982 — ao processo contra a I.B.M., que só deve a sua posição, segundo considera, à sua própria iniciativa e esforços, e ainda de desmantelar a A.T.T., que utiliza um monopólio delegado pelo Estado num mercado (o telefone local) para atacar os concorrentes noutras áreas.

Esta mudança de atitude por parte da administração americana não teria permitido, por si só, a revitalização tão rápida da empresa. Com efeito, esta tinha definido desde os finais dos anos 70 os grandes eixos da sua contra-ofensiva, e procedido a uma reorganização e a uma mobilização de todas as suas forças vivas. Uma estratégia iniciada por Frank Cary, mas com a qual John Opel, que assume a direcção da I.B.M. desde 1 de Janeiro

de 1981, vai recolher todos os frutos. Uma estratégia que poderá desdobrar-se totalmente com o abandono do processo anti-«trust».

A contra-ofensiva

Primeiro objectivo desta contra-ofensiva: obter capitais novos. Cerca de dois mil milhões de dólares serão, por esse meio, obtidos em empréstimo nos anos de 1979/80. Segundo objectivo: investir maciçamente em novas unidades fabris automatizadas, de modo a intensificar as capacidades de produção e melhorar a competitividade. Em cinco anos, de 1978 a 1982, a I.B.M. terá investido um total de mais de 20 mil milhões de dólares, metade dos quais em investigação e desenvolvimento.

Terceiro objectivo: retomar a iniciativa nos mercados tradicionais e desferir uma travagem na proliferação de «compativeis», não apenas para os grandes computadores, mas também nos periféricos, e até em «software». A saída de novas máquinas e a não-comunicação de algumas das suas especificações de base serão um dos meios utilizados. Automaticamente alguns construtores de «compativeis» vão ser tentados a encontrar estas informações sensíveis por meios «paralelos». É o que a I.B.M. esperava, sem dúvida, ao montar uma armadilha em 1982, com a ajuda do F.B.I., aos grupos japo-

neses «Hitachi» e «Mitsubishi». A «Hitachi» vê-se obrigada a ir a Canossa e pagar 300 milhões de dólares de indemnização por danos e perdas. Uma acção simbólica, provavelmente destinada a mostrar que os «compativeis» só poderiam sobreviver com, e nunca contra, a I.B.M. Deste modo a «Fujitsu» teria aceiteado há algumas semanas atrás pagar «royalties» à I.B.M. pela venda dos seus programas «compativeis».

Quarto objectivo: atacar maciçamente os novos mercados e afirmar-se como número um mundial da indústria da comunicação. A acção mais espectacular será desencadeada no domínio da «micro», onde em dois anos a I.B.M. vai conquistar, com o seu computador pessoal «P.C.», um quarto do mercado, e proximamente 50 por cento desse mercado, batendo os seus principais concorrentes, que partilham mais cedo à conquista do mercado. Também aí, a norma I.B.M. impõe-se.

As ambições da companhia são ainda maiores no domínio das comunicações. Há muito tempo que ela previu que as fronteiras entre o computador, o telefone, a televisão e a máquina de escrever iriam desaparecer e que a totalidade destes meios seriam integrados no âmbito de amplas redes de comunicações. Desde 1962, a I.B.M. tem vindo a criar laboratórios especializados

em telecomunicações propriamente ditas. Uma central telefónica irá mesmo sair do laboratório do centro francês de La Gaudie, no Sul de França. Só será vendida na Europa. O receio dos efeitos da legislação anti-«trust» e a presença da A.T.T. bloqueiam a I.B.M. no mercado americano de telecomunicações.

Todavia, em 1973, a I.B.M. entra de rompante nesse universo, assumindo o controlo da C.M.L. Satellite Corporation (2). Este organismo tinha sido criado pela Comsat, Lockheed e M.C.I. (uma das primeiras empresas a entrar em concorrência com a A.T.T. na área das ligações a longa distância nos Estados Unidos). A C.M.L. encara na ocasião a hipótese de estabelecer uma rede mundial de telecomunicações por satélite. A M.C.I. e a Lockheed vão ceder as suas acções à I.B.M., que transforma a C.M.L. numa nova sociedade, a «Satellite Business System» (S.B.S.), com quem partilhará o capital com a Comsat e uma companhia de seguros, a Aetna.

Paralelamente, a I.B.M. desenvolve um conceito de rede de telecomunicações (S.N.A.) que permite a comunicação e o diálogo entre os grandes e os pequenos computadores, terminais e sistemas buróticos, etc., via redes de telecomunicações. Uma norma que a sociedade de-

sejaria ver adoptada pelo resto do mundo. Com a viragem política em Washington, a I.B.M. vai embrenhar-se em 1982 na brecha aberta pela desregulamentação.

Para traduzir no interior da empresa esta estratégia global, a I.B.M. procedeu a uma ampla reorganização das suas estruturas comerciais. Antes do mais, a distinção passará a ser feita entre grandes e pequenos clientes, e não mais pelo tipo de produto. Deste modo, o utilizador terá à frente o mesmo interlocutor capaz, segundo a companhia, de resolver globalmente os seus problemas de comunicações.

Outra inovação importante: as formas de cooperação com outras empresas. «Mesmo nós já não podemos fazer tudo sozinhos».

Para cobrir toda a panóplia das comunicações, a I.B.M. vai atrair para a sua esfera de influência firmas de renome, pequenas ou grandes. Não se trata de as comprar, mas muito habilmente, de as deixar desenvolverem-se na órbita do «grande irmão».

Uma pequena sociedade de serviços, a Microsoft, desenvolverá o «software» de base do «P.C.». A Qume, uma filial da I.T.T., fabricará «disquettes»; a Advanced Input Devicer, os teclados; a A.M.P., os conectores. Quanto à Teledyne, uma grande sociedade, fica destinada à su-

bempreitada da montagem do novo «P.C.» Júnior. A Scientific Calculated elaborou «software» de C.A.O. para a série 4300. Algumas destas firmas assinam acordos específicos (baptizados de VAR) que as ligam estreitamente à I.B.M. Acordos que lhe garantem a sobrevivência e o desenvolvimento. Acordos de escravatura, acrescentam alguns, porque elas «se tornam simples satélites da I.B.M.».

Para o «gigante», esta estratégia é duplamente compensadora. Por um lado, não tem que desenvolver ele próprio os inúmeros «softwares» e produtos anexos. Por outro lado, o dinamismo destas pequenas empresas pode permitir uma resposta mais rápida e com mais astúcia, do que a pesada estrutura da I.B.M. poderia dar a alguns problemas técnicos.

A participação de 16 por cento na Intel, um dos campeões dos circuitos integrados, e de 19 por cento na Rolm, um dos grandes da telefonia privada, concedem a esta companhia competências complementares e uma partilha dos custos de investigação. A Intel, como a Rolm, conservam oficialmente toda a sua independência. Na Intel, a I.B.M. chegou mesmo ao luxo de só dispor de um administrador, que ainda por cima é um dos seus funcionários reformados. Mas quem acreditará que o poder da I.B.M. não deixará de se sentir cada vez

Eriados novos sistemas de informatização dos impostos

Dentro de alguns anos todas as repartições de finanças terão meios informáticos que permitirão cruzar numerosas informações sobre a situação fiscal dos contribuintes, impedindo assim a consomação de fraudes diversas. Para já, o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos terminaram o desenvolvimento do «software» necessário para esse tipo de aplicações. A entrada em funcionamento deste sistema, assim como de um outro que substituirá o conhecido Livro 8-A depende agora, acima de tudo, da existência de verbas para tal. Simultaneamente com estes dois sistemas, aquelas entidades anunciaram recentemente a conclusão dos programas referentes à elaboração das estatísticas dos impostos e à criação de uma base de dados de gestão de pessoal e de uma outra de legislação. O «DL-Informática» conversou com o dr. Mário Baptista, da Divisão de Estatística da DGC.

A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e o Instituto de Informática do Ministério das Finanças apresentaram há algumas semanas, em Lisboa, o novo «software» desenvolvido para o tratamento dos impostos a nível das repartições de finanças e a nível da Divisão de Estatística da DGC.

No que respeita às repartições de finanças os programas desenvolvidos pelo Instituto de Informática em colaboração com a DGCI destinam-se, por um lado, a proporcionar o cruzamento de informações relativas às diferentes declarações dos diversos contribuintes pagos por um mesmo contribuinte e, por outro, a substituir o conhecido Livro 8-A, um registo de receitas que contém mais de 60 páginas.

Cruzamento de informações

No primeiro caso, além do aumento da produtividade de cada contribuinte e do consequente descongestionamento do serviço, um dos resultados mais notáveis do novo sistema será a detecção de falsas declarações destinadas a lesar o fisco. O contribuinte deixará assim de poder declarar impunemente coisas diferentes, consoante o imposto a que se destina a declaração, por não a ser mais suavemente tratada.

O funcionário das finanças poderá, numa primeira fase apenas, interior de cada repartição, confrontar as diferentes declarações aí apresentadas por uma mesma pessoa e verificar se pela forma de fraude fiscal foi tentada. A generalização deste sistema, por forma a que possam ser comparadas as declarações de um mesmo indivíduo ou firma entregues em diferentes repartições só numa fase mais adiantada da informatização dos serviços é que poderá encerrar.

is? Quanto mais não fosse, o facto da companhia se tornar um dos principais clientes das duas firmas e por numerosos motivos irem ser desenvolvidos em comum. O que não deixa de inquietar alguns clientes da Intel, e temem que um dia a sociedade — sob a amigável pressão da sua aliada — lhes recuse alguns dos seus microprocessadores.

lobbying»

Esta estratégia global vai ser apoiada pela I.B.M. numa formidável campanha de relações públicas (termo americano de «lobbying» parece mais adequado) nos Estados Unidos e no resto do mundo. Para o fazer, a «Big Blue» reforçou consideravelmente a sua rede de influências: em todos os organismos internacionais que tratam questões técnicas e de normalização; de governos e de grandes empregadores (desde há dois anos, «antigos da I.B.M.» são cada vez maior número em lugares de direcção na informática das empresas). Só na Europa, cerca de 200 pessoas estariam incumbidas destas funções.

Sem nunca transgredir as regras de uma ética que lhes é imposta — ao contrário de tantas outras firmas — o uso de meios «morais» (subornos, por exemplo), a I.B.M. tece lentamente de modo seguro a sua teia. Jogar com enorme habilidade

No segundo caso, Livro 8-A, os benefícios residem fundamentalmente na eliminação de um registo manual complicado e anacrónico, de preenchimento extremamente moroso, e susceptível de provocar grandes erros no apuramento das receitas.

Ambos os sistemas foram já testados em algumas repartições de Finanças — designadamente na de Alentejo — e estão aptos a ser implementados em qualquer momento. A concretização deste importante salto na modernização das repartições de finanças, que há muito se mostram desadequadas à nossa realidade económica, aguarda apenas que os necessários equipamentos nelas sejam instalados.

A austeridade em vigor não é no entanto propícia aos investimentos que a aquisição dos computadores obriga, e é provável que seja preciso esperar uns bons anos até que o sistema possa funcionar nas quatrocentas repartições existentes em todo o país. A nível experimental prevê-se, apesar disso, o próximo equipamento de um certo número de repartições que ainda está por determinar.

Estatísticas dos impostos

Quanto ao «software» desenvolvido directamente pela Divisão de Estatística da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, trata-se de um programa destinado à elaboração das estatísticas dos impostos, de uma base de dados de gestão de pessoal e de uma outra dedicada à legislação fiscal existente e que vá sendo publicada.

O problema das estatísticas de impostos que levou à sua automatização, tinha a ver não apenas com o imenso atraso com que esses estudos eram por vezes concluídos — devido ao seu modo de elaboração — como

com a sua multinacionalidade, com o seu peso e com a sua imagem de marca.

Alemanha na R.F.A., italiana em Itália, francesa em França, a companhia tenta, desde há alguns meses, ser nipónica no Japão. Em cada grande país, a filial local explica que emprega várias dezenas de milhares de cidadãos nacionais, faz trabalhar múltiplos subempregados e contribui para o equilíbrio da balança comercial. Porque se haveria de excluir de um dado mercado, ou de uma dada investigação, uma companhia que diz estar ao serviço dos homens e das nações, e cuja única ambição é ser simultaneamente um bom cidadão em cada país... e um cidadão do mundo, e de resolver para maior benefício dos utilizadores e dos poderes públicos, problemas técnicos que, em última análise os ultrapassam?

Não é este o sentido desta mais recente publicidade, tão reveladora, que surge nos jornais dos Estados Unidos e no Sueste Asiático? No centro da página, um grande «orelhão» com uma identificação de origem I.B.M. Como legenda: «a coisa mais importante que você pode pedir a uma sociedade de informática é poder dormir tranquilamente».

A I.B.M. vela por nós...

(1) Citado em «I.B.M.: Colossus in Transitions» por Robert Sobel, Bantam Books, Dezembro de 1983
(2) Obra citada.

com a duplicação de trabalho frequentemente existente e ainda com o carácter supérfluo de muitas delas. Por tudo isso, uma comissão oficialmente designada concluiu recentemente um trabalho de simplificação e de reestruturação dos mapas habitualmente produzidos no âmbito da estatística fiscal.

O número de mapas elaborados pelas repartições, pelas direcções distritais de finanças e pela DGCI foi reduzido e o seu conteúdo alterado, ficando o caminho aberto a uma racionalização do trabalho em que a informatização é mais um importante elemento.

Os programas agora apresentados pela Divisão de Estatística

vão assim permitir, quase imediatamente após os apuramentos efectuados nas repartições de finanças, tratar o conjunto dos dados de todas elas nas direcções distritais e depois agrupá-los a nível nacional na DGCI.

O processamento das informações oriundas das repartições — estes mapas, em número de cerca de três dezenas, referem-se fundamentalmente às cobranças efectuadas com as diferentes contribuições e impostos — faz-se nos 22 computadores com que as direcções distritais foram equipadas em fins do ano passado e os resultados são enviados, na primeira fase que está agora a arrancar, em «disketts» à Divisão de Estatística.

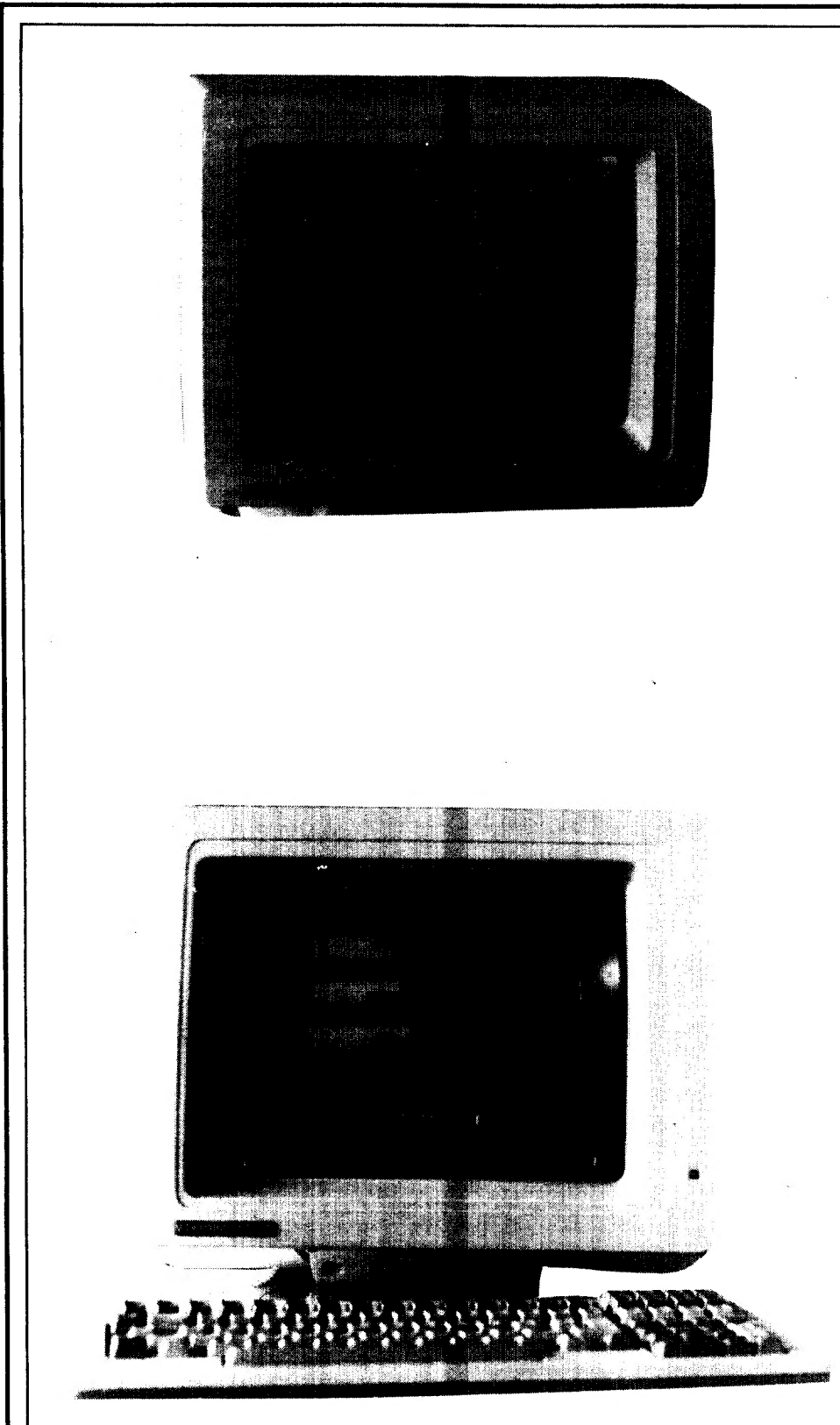


Dr. Mário Conceição, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

As contas de Janeiro referentes ao distrito de Lisboa foram já tratadas por computador, por apenas 2 funcionários, e os resultados estavam disponíveis em 18 de Fevereiro...
fazde acordo com o dr. Mário Conceição, da Divisão de Estatística da DGCI, que nos prestou as informações utilizadas neste texto, o novo sistema das contas 48 custará ao Estado, ao longo de cinco anos, metade daquilo que custaria se fosse feita pelo método tradicional. Acresce ainda que este cálculo foi contado supondo que os 22 computadores das direcções distritais seriam ocupados exclusivamente com aquela aplicação, o que, obviamente, não acontecerá.

Bases de dados

Para já esses equipamentos vão trabalhar — já estão a trabalhar — nas estatísticas fiscais e serão posteriormente utilizados para aceder ao computador da Divisão de Estatística onde serão instaladas as bases de dados de gestão de pessoal e de legislação fiscal. O «software» destas duas aplicações foi desenvolvido naquela Divisão da DGCI e com elas será possível melhorar a gestão dos 10 mil funcionários desta Direcção-Geral e tornar de consulta fácil e instantânea o ficheiro manual de legislação fiscal ali existente



ADDS VIEWPOINT/COLOR

CARO?

NÃO

NECESSARIAMENTE

NÓS

DIZEMOS-LHE

PORQUÊ

SOMOS:

**OMNITÉCNICA
SARL
EST. ALFRAGIDE
2700 - AMADORA
TEL: 905517-905617**

Novidades do mercado • Novidades do mercado • Novidades do mercado

“Chip” experimental multiplica velocidades de transmissão

Vários engenheiros dos laboratórios da IBM em East Fishkill e Yorktown Heights, revelaram detalhes sobre um «chip» experimental de amplificação que, permite aumentar a qualidade de transmissão de dados entre computadores e dispositivos de entrada / saída de dados (terminais, impressoras, etc.), e entre computadores.

O novo «chip», possibilita velocidades de transmissão de dados 16 vezes mais elevadas que as permitidas por qualquer amplificador utilizado pela IBM até ao presente.

Para serem rentáveis no custo, os computadores de alta velocidade de hoje em dia, necessitam de poder receber e transmitir, de e para variadíssimas unidades periféricas, enormes volumes de dados em escassas frações de segundo.

Este elevado nível de volume de permuta de dados, torna-se essencial para que as mais poderosas unidades de processamento possam trabalhar na sua capacidade máxima.

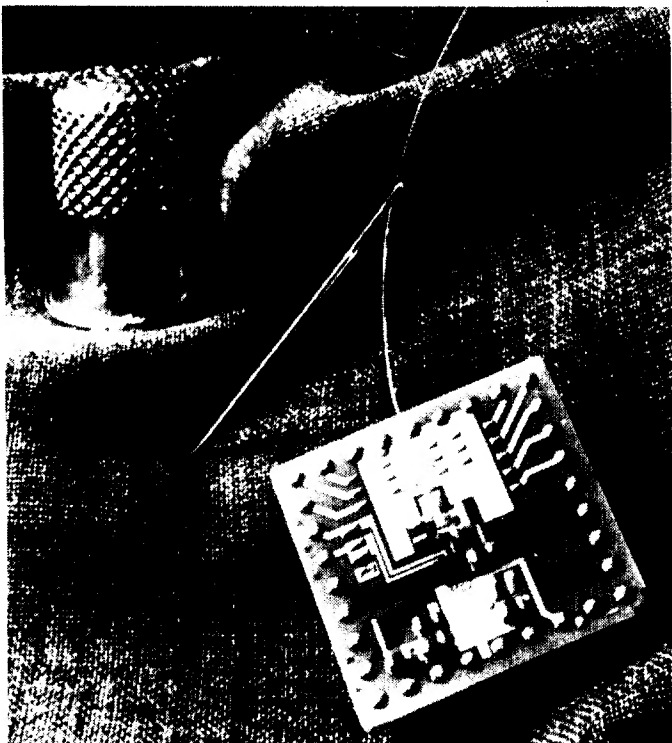
O novo «chip» de amplificação ou receptor de dados, está colocado numa Unidade de Controlo que está ligada à Unidade de Processamento por um cabo de transmissão de fibras ópticas, através do qual passa, nos dois sentidos, o fluxo de dados.

As Unidades de Controlo actuais empregam cabos condutores em cobre e conseguem enviar dados até um limite da ordem dos 25 milhões de «bits» por segundo.

Transmissão por fibras ópticas

Com o novo «chip» de amplificação e a transmissão por cabo de fibras ópticas, o fluxo dos dados enviados pode ir até aos 400 milhões de «bits» por segundo, ou seja, mais de 17.000 páginas de dados dactilografados por segundo.

Os cabos de transmissão de dados por fibras ópticas são constituídos por filamentos de vidro altamente refinado, que permitem o impulso e o transporte dos sinais correspondentes aos dados do computador



sob a forma de raios laser ou de luz emitida por «Leds» (diodos emissores de luz). Um conversor existente no início do circuito de fibras ópticas, transforma os sinais electrónicos em impulsos luminosos enviando-os através das fibras de vidro.

Outro conversor no fim do circuito de fibras ópticas reconverte os impulsos luminosos em sinais electrónicos.

A transmissão de luz por fibras de vidro tem várias vantagens sobre o envio de electricidade através de cabo condutor eléctrico. Um único par de filamentos de vidro permite o transporte simultâneo de mais de mil transmissões contra as 24 conseguidas pelo volumoso cabo de condutores de cobre.

Os cabos de fibras ópticas têm 1/8 da espessura dos cabos de cobre tradicionais, são mais leves, mais flexíveis e consideravelmente mais fáceis de instalar.

As transmissões por fibras ópticas além de serem mais rápidas, possuem maior fiabilidade

pois são afectadas por correntes estáticas nem campos electromagnéticos que são, por sua vez, causa de erros.

Além disso, a transmissão por fibras ópticas é mais segura que a transmissão por condutor de cobre. Os cabos de cobre podem ser interceptados por escuta sem que estes fiquem danificados enquanto que a fibra óptica só pode ser interferida partindo-a. Porém, uma quebra na fibra óptica para o fluxo de dados denuncia de imediato a avaria no sistema.

O «chip» experimental de amplificação foi descrito num documento apresentado num simpósio técnico da Sociedade de Engenharia de Instrumentos Fotográficos e Ópticos.

O «chip» de amplificação foi desenhado por Dennis Roger e Albert Widmer do Laboratório da IBM em Yorktown Height N.Y., tendo sido fabricado sob a direcção do dr. Joseph Mosley do Laboratório de E as Fishkill também da IBM.

Doze construtores europeus adoptam normas conjuntas

A informática europeia franqueou uma etapa importante no passado dia 15. As doze mais importantes sociedades do sector, no velho continente,

comprometeram-se a adoptar normas comuns de interconexão dos seus computadores, de forma a que eles possam facilmente comunicar entre eles. Trata-se das sociedades alemãs federais Siemens, Nixdorf, e AEG; das italianas Olivetti e STET; das francesas CGE, Thomson e Bull; das britânicas GEC, Plessey, ICL, e do grupo holandês Philips.

Por outro lado, estas sociedades pediram à Comunidade Europeia e aos Estados membros que apoiem as normas comuns — que serão definidas com precisão em 1985 — e que adquiram, por ocasião de encomendas públicas, materiais que estejam em conformidade com elas.

A existência de normas de «comunicação», reconhecidas ao nível europeu, entre os materiais informáticos é essencial, antes de mais, para os utilizadores que desejam poder conectar entre elas máquinas de diferentes fabricantes.

Actualmente, os «mundos» dos diferentes construtores são herméticos. É difícil, ou melhor, é muito caro, ligar por exemplo um terminal Bull com uma unidade central da Siemens. Por esta razão, os clientes não têm praticamente nenhuma escolha quando que-

rem adquirir um periférico ou uma unidade suplementar. Frequentemente ficam ligados «de pés e mãos» ao fornecedor inicial.

Esta iniciativa das doze sociedades permitirá portanto a ultrapassagem das barreiras técnicas de «incompatibilidade» entre as suas máquinas e restabelecerá a possibilidade de escolha dos utilizadores. O mercado, até aqui manietado por estas barreiras, deverá desenvolver-se e novas aplicações serão possíveis.

Mas estabelecer a possibilidade de escolha do cliente é restabelecer a concorrência entre os fornecedores. A iniciativa das doze sociedades europeias inscreve-se também na sua estratégia de luta contra a IBM. A sua tarefa é agora tentar obter o apoio dos outros construtores americanos e de procurar que o ISO (Instituto Internacional de Normalização, situado em Genebra (adopte uma normalização mundial).

Se uma tal normalização for definida e se todos os concorrentes a adoptarem, a IBM deverá provavelmente fazer o mesmo e o «mundo IBM», ou seja, 60% do mercado mundial da grande informática, abrir-se-á, então, à concorrência.

O carácter estanque dos mundos informáticos tem favorecido até agora sobretudo o gigante americano, que pode assim equipar os seus

clientes com um computador, depois com outro e depois com todo um sistema, garantindo assim a sua supremacia sobre o mercado.

Ao nível do ISO ainda não está nada decidido, esperando-se que os especialistas que estudam a normalização terminem os seus trabalhos no fim deste ano ou no próximo ano. A IBM receia acima de tudo que as suas normas actuais de rede de comunicação (ditas SNA) não sejam adoptadas, o que a obrigaria a modificar numerosas instalações dos seus clientes.

Mas o grupo americano tem meios para se fazer ouvir em Genebra. O presidente (chairman) do Comité do ISO que cobre o sector de informática, aliás tal como cerca de 30% dos especialistas que nele têm lugar, é empregado da IBM. Por outro lado, a concorrência restabelecida parcialmente pelas normas não bastará para conquistar parcelas do mercado a um grupo que fez justamente das redes o seu novo objectivo.

Acrescente-se que a iniciativa, aconteça o que acontecer, é o sinal de um melhor entendimento entre os europeus. Ela marca aliás, com a criação de um centro comum de pesquisa entre a Bull, a ICL e a Siemens, e com a adopção do programa Esprit pela CEE, um despertar da Europa da Informática.

ERIC LE BOUCHER
«Le Monde»/«DL»

Criado centro de investigação comum

Os construtores europeus de computadores Bull (França), ICL (Grã-Bretanha) e Siemens (RFA) assinaram em Munique um contrato de cooperação, criando assim o Centro de Pesquisa da Indústria Informática Europeia — ECRC (European Computer Industry Research Center) com capital social de 1,8 milhões de marcos. Este contrato vem no seguimento do protocolo de acordo as-

sinado pelas partes em 1 de Setembro de 1983.

Criado pela própria iniciativa dos três construtores, este novo centro é a primeira realização europeia conjunta, no campo da pesquisa informática.

Este Centro de Pesquisa, operacional desde Janeiro do corrente ano, será dirigido por um cientista francês, Hervé Gallaire, especialista em Informática e colaborador da Bull. Em consequência de uma decisão conjunta, o Centro será estabelecido em Munique.

Este Centro de Pesquisa, permitirá aumentar a competência e a competitividade de cada um dos parceiros sem, no entanto, influenciar a concorrência que possa existir entre eles. Os campos da pesquisa empreendidos serão

pontos de interesse comum para os três construtores. Versarão especialmente os sistemas de informação avançados e o tratamento dos conhecimentos. Os resultados do Centro de Pesquisa estarão disponíveis para os três fundadores, sem restrições. O orçamento será repartido em partes iguais pelos três construtores.

O novo Centro reunirá cientistas de alto nível, provenientes de equipas de pesquisas dos três acionistas, assim como de outros Institutos de Pesquisa dos três países de origem. Em dois anos, o efectivo do Centro deverá contar com cinquenta investigadores.

A iniciativa tomada pelas três firmas, em plena harmonia com a política da Comunidade Europeia, foi calorosamente acolhida pelos respectivos governos.

Novo sistema de exploração nos computadores DPS 4

BULL anunciou agora a comercialização do novo sistema de exploração GCOS 4 (versão R 02.00) que suporta o sistema de gestão de base de dados IDBS utilizado nos pequenos ordenadores de gestão DPS 4.

Este sistema de exploração dispõe de uma estrutura «multi-tarefas» a qual, aliada à estrutura multiprocessadores do DPS 4, garante um alto nível de «performance», nomeadamente para os utilizadores de terminais. Esta modularidade ao nível de tratamento permite, em particular, a execução simultânea de diversas tarefas transaccionais.

Um novo gerador de impressões permite a criação de mapas, tanto nas impressoras sistema como à distância.

Com IDBS e a nova versão GCOS 4, a informação fica acessível a todos. Graças à flexibilidade de GCOS 4, apoiada

por uma gama de microprogramas especializados, e aos instrumentos de gestão de redes, é possível ligar um número elevado de terminais Questar.

De tipo relacional e essencialmente interactiva, IDBS oferece uma grande facilidade de utilização tanto para o utilizador não especialista (menus) como para o informático (independência de dados relativamente aos programas, dicionário de dados, actualização dinâmica dos caminhos de acesso).

BULL continuará, em paralelo, o suporte de uma versão de lógico GCOS 4 fundado sobre um sistema de gestão de dados tradicional (utilização de ficheiros sequenciais, relativos e multi-indexados...). Esta versão contém igualmente os utilitários necessários à passagem para a versão R 02.00 no momento em que o utilizador julgar oportuno.



BELL & HOWELL
reduz o seu arquivo
à expressão mais simples

Reduza as toneladas de papel da sua Empresa, para um espaço mínimo, utilizando o nosso SERVICE BUREAU. Microfilmamos documentos administrativos, desenhos, projectos de arquitectura, etc. em 16 e 35 mm.



Agora também
em regime de
SERVICE BUREAU



LIMA MAYER

Lisboa - Tel. 854071 - Porto - Tel. 693445 - Coimbra - Tel. 75562

rtudein
nbiw fec
vxhe ik
xzad ml

Empresas • Iniciativas • Empresas • Iniciativas • Empresas • Iniciativas

Bull assina importante contrato

Um acordo de revenda internacional abrangendo 28,8 milhões de dólares foi assinado pela Bull com um importante revendedor americano de sistemas informáticos, a Ultimate Corporation.

Nos termos deste acordo, concluído por um período de 4 anos, a Ultimate procederá à venda dos Mini 6 (mais de 700 sistemas) através de uma rede de distribuidores, actuando no conjunto dos mercados cobertos pela rede comercial da Bull. As primeiras entregas dos sistemas Mini 6, fabricados pelo Grupo, em Joué-les-Tours, terão lugar no início deste ano.

Criada em 1979, a Sociedade Ultimate conhece desde o início um crescimento muito rápido. Em Abril de 1983, o seu volume de negócios atingia cerca de 30 milhões de dólares, aumentando 30% em relação a 1982. Com cotação na Bolsa de Nova Iorque, esta sociedade actua essencialmente na América por intermédio de uma Rede de 69 distribuidores.

Há vários anos que a Ultimate estabeleceu uma colaboração frutuosa com a Honeywell no campo da distribuição de mini-sistemas. Com o novo contrato estabelecido com a Bull (o mais importante jamais assinado pelo Grupo com um revendedor) a Ultimate empenha-se numa política de desenvolvimento fora dos Estados Unidos.

Os Mini 6 distribuídos pela Ultimate e sua rede de distribuição, serão apresentados com o sistema de exploração PICK. Este, beneficiando de uma grande facilidade de utilização, destina-se às pequenas e médias empresas e às unidades descentralizadas das grandes sociedades para efeitos de gestão.

Utilização de bases de dados

O Instituto Nacional de Administração promove de 2 a 6 de Abril, um curso para dirigentes e quadros superiores não informáticos sobre a «utilização de bases de dados como suporte dos sistemas de informação das organizações». O curso destina-se a informar os seus destinatários sobre as bases de dados e suas implicações ao nível da planificação da informação nas organizações.

**Cientistas galardoados**

Dois investigadores da IBM, acabam de ser galardoados com o Prémio Internacional Rei Façal de 1984 para o ramo das Ciências, por terem conseguido desenvolver e concretizar uma nova e poderosa técnica, que permite observar individualmente os átomos à superfície da matéria, a um nível de detalhe até agora inatingido.

Ambos os cientistas são também, neste momento, candidatos ao Prémio do Conselho de Investigação atribuído pela Fundação Suíça da Ciência Nacional.

A técnica, denominada microscopia por «scanning tunneling» (STM), foi experimentalmente demonstrada em 1981 por Gerd Binnig e Heinrich Rohrer, investigadores do Laboratório de Pesquisa da IBM - International Business Machines em Zurique, assistidos por Edmund Weibel e Christoph Gerber.

A microscopia por «scanning tunneling» permite auxiliar a Ciência a determinar a estrutura atómica da superfície da matéria. Este avanço tecnológico é importante pois possibilita a obtenção de conhecimentos fundamentais sobre a matéria tanto no que respeita à sua constituição como em aplicações adequadas para esta.

Como exemplo resultante citamos a investigação de substâncias adequadas ao fabrico de avançados componentes de computadores.

Pelo seu trabalho, o dr. Binnig e o dr. Rohrer vão receber o prémio de 250.000 «rials» (equivalente a cerca de 160.000 francos suíços), que constitui uma parte do Prémio Rei Façal.

Este prémio foi estabelecido em memória do falecido Rei Façal da Arábia Saudita e destina-se ao reconhecimento de descobertas científicas excepcionais «orientadas para o benefício da humanidade».

Proposta sobre privacidade

Continuação da pág. 4

direito de acesso às informações sobre elas registadas em ficheiros automatizados, com excepção das destinadas à prevenção da criminalidade e à punição de infracções. O Artigo 30 diz também que as condições de acesso à informação podem ser estabelecidas por forma a evitar o abuso no exercício desse direito, mas não podem limitá-lo injustificadamente, particularmente através do estabelecimento de condições financeiras gravosas. Isto quer dizer, a meu ver, que cada entidade definirá quais são as condições em que os cidadãos podem aceder a um ficheiro

que esteja em seu poder.»

«DL-M - Esse direito de acesso diz também respeito aos ficheiros privados?»

M.P. - «Sim, o direito de acesso é um direito muito amplo e qualquer entidade privada que tenha um ficheiro tem que aceitar que o cidadão tem o direito de saber o que é que consta a seu respeito desse ficheiro. Se esse direito lhe for negado, a entidade em questão está em infracção e o problema poderá ser posto à comissão ou poderá mesmo ser apresentada uma queixa junto do Ministério Público, junto da Polícia, para que seja prosseguida a acção penal.»

Pesquisa informática na RFA

O Conselho de Ministros da Alemanha Federal decidiu, no passado dia 14, consagrar perto de 3 mil milhões de marcos (150 milhões de contos) à investigação e à aplicação das tecnologias da informática, nos próximos quatro anos. Destinado a fazer face aos desafios tecnológicos dos Estados Unidos e do Japão, este programa de investigação - um dos mais ambiciosos da história da RFA - prevê trinta e três medidas particulares

nos domínios dos computadores, das componentes, das comunicações e da investigação fundamental. O ministro da Investigação, Heinz Riesenhuber, anunciou que o seu ministério encorajava os projectos realizados pelas empresas em colaboração com os institutos científicos. O programa governamental prevê igualmente a criação de uma rede telefónica digital e a utilização da tecnologia das fibras de vidro.

Como programar o seu ZX Spectrum

«Como programar o seu ZX Spectrum» é o título de um manual da autoria de Tim Hartnell e Dilwyn Jones, cuja tradução foi recentemente editada em Portugal pela Editorial Presença, na sua colecção «Tempos Livres». A obra pretende ser um guia para principiantes e também para aqueles que já possuem alguns conhecimentos neste domínio. Ao todo são mais de 100 programas, rotinas e sub-rotinas, que ajudarão os leitores a melhorar os seus próprios programas e que lhes possibilitarão, passo a passo, um melhor domínio da arte de programar.

«Cérebro» tem novas instalações

A firma Socedit, Soc. Editorial Lda., editora da conhecida revista de informática e gestão «CÉREBRO» mudou recentemente as suas instalações para um andar próprio e mais amplo, atendendo ao forte crescimento

que obteve neste último ano. Assim, passará para a RUA SANTOS PINTO, N.º 3-R/C Dto. à Lapa, com o telefone 603348 já a partir do dia 1 de Abril do corrente ano.

Normalização dos cartões de memória

BULL e PHILIPS France acabam de firmar um acordo nos termos do qual as duas sociedades decidem cooperar no domínio do cartão de memória, para assegurar a compatibilidade dos seus produtos e para favorecer a elaboração de uma normalização internacional.

Este acordo é particularmente importante no momento em que o mercado do cartão de memória se abre à escala internacional, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos. A definição de «standards» internacionais, pedidos pelos utilizadores, é condição indispensável ao desenvolvimento desta tecnologia. Sobre este aspecto, BULL e PHILIPS France farão propostas comuns às instâncias internacionais de normalização, para adopção de «standards» universais.

As duas sociedades, que tinham adoptado, desde a origem, os cartões de memória equipados de micro-processadores programáveis, convencionaram, no início de 1983, poder utilizar o componente actualmente em curso de desenvolvimento pela Eurotechnique, o qual deverá estar disponível no próximo ano. As duas empresas acabam de decidir um alargamento da sua colaboração no domínio em causa. Nos termos do acordo agora assinado, foi decidido adoptar, conjuntamente, o componente fabricado por Motorola, sob especificações da Bull. Convencionaram, igualmente, trocar as «máscaras» de aplicações, que ambas desenvolvem, e que virão a desenvolver, na base de um direito de cessão recíproco.

BULL e PHILIPS France conservam a sua autonomia industrial e comercial, assim como a sua liberdade quanto ao desenvolvimento das suas linhas de produtos.

NCR apresentou computador pessoal

A NCR, um dos grandes fabricantes mundiais de computadores, apresentou o novo computador pessoal NCR Decision Mate V às empresas de consultores de gestão e informática. A sessão, que reuniu representantes de algumas das mais prestigiosas organizações de consultores, realizou-se no salão nobre da Associação Comercial de Lisboa, e focou o papel dos computadores pessoais nas grandes empresas.

Além do Decision Mate V - um computador pessoal de características avançadas a que já afim nos referimos - a NCR apresentou também uma extensa biblioteca de programas de aplicação a uma rede local de comunicações - a Decision Net - para integração dos computadores pessoais instalados nas empresas.

MICROBELO distribui APRICOT

A MICROBELO através de uma cadeia de agentes e do seu departamento comercial começou a distribuição dos sistemas APRICOT, paralelamente aos SIRIUS que distribui desde o início de 1983.

Vários programas que estão actualmente a trabalhar no SIRIUS serão brevemente apresentados no APRICOT, só limitados na capacidade de volume

de informação «on line» dadas as capacidades em disquete deste último.

O APRICOT é fabricado em Inglaterra pela ACT e foi desenvolvido com base no SIRIUS em termos de características técnicas, o que lhe permite uma relação de preço/capacidade considerado sem concorrência pelos seus distribuidores.

Encontro de informática no Porto

Por iniciativa do Comité Local da Faculdade de Economia do Porto, da Associação Internacional dos Estudantes de Ciências Económicas e Comerciais (AIESEC) e da Associação Portuguesa de Informática realiza-se de 5 a 7 de Abril um encontro de informática subordinado aos temas: a informática na gestão e o ensino de informática. Paralelamente ao encontro que terá lugar naquela faculdade, das 18 às 22h30 dos dias 5 e 6 e das 9h30 às 19h30 do dia 7 efectua-se, no mesmo local, uma exposição de equipamentos informáticos.

IBM baixou preços na Europa

A IBM baixou de 20% os preços dos seus computadores pessoais em toda a Europa, a

partir de 1 de Março, e de 7% os do seu modelo mais potente, o «XT».

INSTITUTO PORTUGUÊS DE INFORMÁTICA, lda

PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES**CURSO COMPLETO DE PROGRAMADOR (320 HORAS)**

INÍCIO EM:

2 DE ABRIL/84

HORÁRIOS:

12 às 14 horas
17 às 19 horas
19 às 21 horas

Matriculas até 30 de Março - limitadas e sujeitas ao número de vagas disponíveis para cada horário

INFORMATICA

Rua Castilho, 61 - 4º Esq. - 1200 LISBOA - Telef. 56 10 60



Computadores fazem bem ou mal às crianças?

— interrogam-se psicólogos italianos

Os psicopedagogos italianos são unânimes ao afirmar que estamos perante a geração dos «BIP». Isto é dos jovens que manipulam computadores e são capazes de programar as mais complicadas operações com a facilidade com que seus irmãos mais novos passavam horas a ver televisão.

A revista «Videogiocchi», («jogos de vídeo»), recebe 200 cartas por semana de rapazes entre os sete e os 12 anos que desejam mudar o seu equipamento de «videogames» por um microcomputador, porque as suas possibilidades são infinitamente maiores.

No aspecto comercial, os jogos de vídeo, que, em 1980, facturaram 10 mil milhões de dólares, estão agora a ser batidos pelos computadores domésticos, cuja venda continua a aumentar em todo o mundo.

Os microcomputadores chegaram à Itália com alguns anos de atraso, mas em Inglaterra 60 por cento dos jogos de vídeo são já operados pelos «teeny progs», isto é, programadores infantis com menos de 12 anos.

Os jovens da década de 1980 parecem estar em condições de se inteirar das mais avançadas tecnologias muito mais rapidamente que os adultos que os rodeiam.

A favor...

Egídio Pentiraro, um especialista que escreveu o livro «à escola com o computador», disse recentemente que o mundo tinha mudado e que os jovens se haviam mostrado mais disponíveis do que os adultos para essa mutação.

Até há pouco tempo, em Itália, a criança passava em média cerca de três horas por dia a ver televisão, e agora faz o mesmo com os jogos de vídeo ou os computadores.

Sem se aperceber, a criança assimilou não só o código das palavras, mas também das imagens e está a desenvolver um novo tipo de inteligência baseada na síntese visual, defendem os especialistas.

O psicólogo Mário Russo afirmou que para usar os computadores a criança deve possuir capacidade racional e lógica matemática, além de uma certa elasticidade mental.

A professora Lidia Menapace, de Roma, por seu lado, é da opinião que os computadores tinham carácter formativo, pois davam a possibilidade de ao mesmo tempo desenvolver muitos elementos diferentes.

Para alguns psicólogos os jogos de vídeo estimulam positivamente a coordenação entre a vista e os gestos.

Além disso, o sociólogo Alberto Oliverio, afirmou que o computador permite à criança adquirir uma lógica simples e exacta, em que os problemas se resolvem decompondo-os em questões mais simples.

... e contra

No entanto, outros pedagogos e psicólogos põem em causa o sistema binário do sim-não, prova-erro, porque ele exclui a avaliação que, na opinião desses especialistas, é a operação psicológica mais complexa.

O pedagogo Aldo Visalberghi, por exemplo, advertiu para que «estejamos atentos para não converter a informática num pilar da cultura porque poderemos vir a deparar-nos com adultos desprovidos do sentido histórico e da apreciação estética».

A psicanalista Jacqueline Meller, ainda mais alarmada, comentou: «como podemos saber se a lógica binária sim-não, não matará o mundo das emoções, dos desejos, das sensações, de todas as cognições paralogicas que governam a consciência?».

O psicólogo americano John Horn, na sequência de estudos realizados em Houston, sentenciou por seu turno que a electrónica adormece a capacidade de crítica e reflexão. Para Horn, a referência da actividade cognitiva deixa de ser a realidade para ser o ecrã do computador.

Finalmente a pergunta sobre se é possível um uso criativo do computador, o filósofo Giovanni Lariccia disse que o saber informático dava a possibilidade de desenvolver até ao infinito a capacidade da inteligência.

O físico Marcello Giacomantonio, especialista em electrónica e computadores, talvez tenha dado a solução salomónica desta polémica, ao afirmar que era necessário ensinar as crianças a programar porque aprenderiam com isso a desenvolver o seu sentido crítico. Caso contrário «transformar-se-ão em vítimas dos programas de terceiros».

Edoardo da Forno

O computador explicado por quem sabe (conclusão)

O futuro da programação

Os programadores já não têm a necessidade de desenvolver cada um dos programas de A a Z, porque actualmente existem já conjuntos de programas para a solução da maioria dos problemas, tanto comerciais como técnicos. Estes conjuntos são postos à disposição pelos fabricantes de computadores e de «software». Assim aproveitou-se o facto de em muitas empresas ou ramos de ciência, haver problemas que apesar de toda a sua diversidade, são basicamente de natureza idêntica ou semelhante.

O desenvolvimento dos chamados programas de aplicações standard fez com que o trabalho do programador pudesse progredir mais um passo: Este progresso permite-lhe concentrar-se nas modificações específicas divergentes do programa geral e elaborar um conjunto individual de programas para solução do problema. (Hoje em dia não tem mais importância se os conjuntos que se tornaram superflúos estão ou não em uso, pois os módulos de memória já não representam um factor de custos significativos). A automatização com a ajuda de programas de aplicações verifica-se nos mais diversos campos de especialização:

— Na indústria de matérias-primas para o comando da produção de fábricas descentralizadas.

— Nas companhias de seguros para resolver consultas de clientes, alterações de contratos e entradas de pagamentos.

— Nos armazenistas para encomendas, entradas e saídas de mercadorias.

— Nos retalhistas de géneros para o registo de vendas de cada um dos artigos e comparação de valores em relação a períodos anteriores de venda (histórico).

— Na indústria de produção para o seguimento e controlo de

encomendas e controlo da qualidade, etc.

A IBM por exemplo, tem desenvolvido mais de 100 destes programas de aplicações.

A função do homem

O futuro da programação? Uma pergunta que é tão difícil de responder como a pergunta, sobre o futuro do automóvel feita em 1880.

Contudo, vamos fazer uma tentativa tímida de responder a essa pergunta. Os peritos na matéria têm a certeza que ainda vamos assistir a um desenvolvimento turbulento mas brilhante: A programação desenvolver-se-á, a todo o vapor, para um auge de perfeição, em que a programação não existirá mais tal como nós a conhecemos actualmente.

Porém, a programação existirá sempre, embora em comparação com a actual, não seja já considerada como «disciplina», problema, arte, ofício ou especialidade. A programação estará na massa do nosso sangue. De facto, no futuro cada um de nós ocupará-se de mais do que nunca com a programação. O que se terá modificado basicamente é a consciência de ter de lidar nessa ou noutra actividade com algo como a programação. Ninguém ficará grandemente surpreso se esta evolução tiver um promotor muito competente: o próprio computador. O que hoje pode ser realizado no âmbito restrito, será regra no futuro, i. e. os computadores poderão programar computadores. (Quando se levam em conta os problemas que podem e poderão ser resolvidos pelo computador, não há que admirar-nos do facto desta capacidade dever ser considerada como evolução normal do futuro.)

A autoprogramação

Se se considerar agora que no

Com o capítulo dedicado ao futuro da programação concluímos hoje a publicação integral, iniciada no nosso número de Dezembro, de uma brochura de divulgação recentemente editada pela IBM sobre os computadores e aquilo que eles fazem.

futuro o homem não tem mais voz activa na programação, estaremos — felizmente — errados. A auto programação do computador só pode funcionar com a ajuda do homem. O homem e a máquina estarão em diálogo directo, no qual o homem dará sua iniciativa, a criatividade e inteligência, e o computador a sua lógica, velocidade e capacidade. Na verdade, o computador pode determinar a distância de Braga a Chaves. Mas só o homem pode dizer que o caminho ao longo das barragens é especialmente bonito.

Desta maneira a programação tornar-se-á sempre mais simples, comparável a todos aqueles processos internos segundo os quais se desenrola a maior parte dos acontecimentos da nossa vida diária. Talvez possa estabelecer-se um paralelo da seguinte maneira: Encontramos-nos hoje «vis-à-vis» do computador numa situação idêntica à de um indígena do deserto da Namíbia pela primeira vez na sua vida perante um telefone. É-lhe dito que com esse aparelho pode entrar em contacto com centenas de milhões de pessoas. O pobre do homem vai considerar o telefone como uma coisa sobre-natural, como um mito e demonstrar veneração religiosa por todos aqueles que saibam lidar com o aparelho. Futuro significa para o homem do deserto, ter amanhã um relacionamento com o telefone como nós o temos desde ontem. (Mas — para sermos honestos — não nos sobre-vém um sentimento quase místico em relação ao computador e à arte de o programar?)

O futuro e os seus limites

É na realidade de estranhar que em relação ao computador os homens se situem quase como

na idade média e não como na idade da hipertécnica.

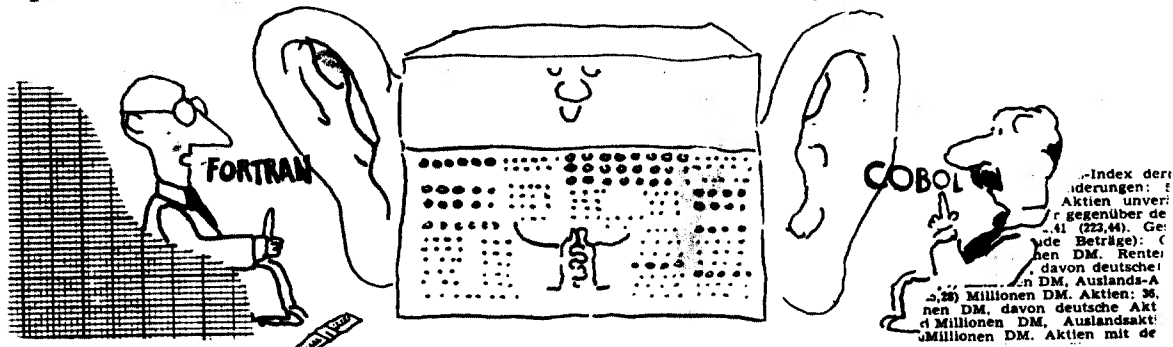
Desse ponto de vista é tranquilizante saber que o computador e o seu uso serão algum dia tão naturais e simples como o telefone e o telefonema. Aproximam-nos a passos largos da tendência para suprimir, dentro do possível, a programação ou, pelo menos, reduzi-la ao nível do trabalho normal de escritório, o que será conseguido de diversas maneiras. No futuro, o desenvolvimento sofrerá um impulso mais intenso do ponto de vista do consumidor. As linguagens de programação terão uma evolução de modo a não poderem mais ser consideradas como tais por estarem então em quase identidade com a língua falada. Além disso, haverá conjuntos de programas para a maioria dos problemas, programas estes que os leigos podem reunir, sem dificuldade, em programas de computador.

A perspectiva mais fascinante é que em determinada altura os computadores terão beneficiado de tal aperfeiçoamento que deixarão de requerer um programa especial para cada um dos problemas até agora posto à sua disposição pelo homem, mas estarão aptos a organizar com autonomia própria os programas necessários.

Apesar da evolução prevista na computarização, já hoje são reconhecíveis os seus limites, o que é descrito da seguinte maneira pelo prof. dr. Heinz Zemanek, colaborador da IBM:

«No fundo, não é o computador que é complicado, mas o mundo, a instituição, o problema para cuja solução ele deve servir. A partir de um certo limite simplificar o computador não resolve o problema — a complicação não está dentro mas fora dele».

No homem. Em nós. Em vós.



Controlo de produtividade informatizado origina processo num tribunal de Milão

Um caso judicial sem precedentes, pelo menos neste país, acaba de surgir em Itália: cinco altos funcionários da IBM italiana foram convocados pela justiça, acusados de terem utilizado meios sofisticados «ilegais» para controlar a produtividade dos seus empregados.

Entre esses dirigentes convocados pelo juiz do Trabalho, Michele Di Lecce, encontram-se Renato Riviero, administrador-delegado da sociedade Armando Fiumara, que foi director-geral até Novembro de 1982, e Roberto Caramani, chefe de pessoal da filial de Vimercate, localidade dos arredores de Milão (Norte de Itália).

O centro da acusação formulada pelo juiz Di Lecce aos dirigentes da IBM reside no facto de a companhia utilizar sistemas electrónicos de processamento de dados para controlar a distância a produtividade dos seus

empregados, sem que estes tivessem conhecimento desse controlo.

No artigo 4 do estatuto dos trabalhadores italianos proíbe-se, explicitamente, aos empregadores o uso de instalações audiovisuais ou electrónicas destinadas a controlar a distância a produtividade ou o comportamento dos operários.

Quando, por motivos técnicos ou de segurança, estes controlos à distância se tornam imprescindíveis, a lei autoriza a sua instalação mas com o acordo prévio dos delegados sindicais ou da autoridade laboral competente.

O caso em apreço, começou em finais de 1980 quando a empresa instalou dois computadores da série 370 dotados de dois novos programas: o «Service Level Reporter» (SLR) e o «Resource Access Control Facility» (RACF).

Estes programas permitem ao

computador manter em segredo todas as informações que a empresa considere de carácter confidencial.

Para tanto, a comunicação entre cada operador e o computador é feita através de canais diferentes que colocam o operador em contacto com um sector limitado da memória.

Para poder comunicar com o computador através do seu canal, cada operador deve introduzir no terminal um código individual formado por palavras-chave que só ele conhece.

Desta maneira, o computador, não só «sabe» com quem está a comunicar, como ainda pode memorizar todos os dados relativos ao seu interlocutor, a saber: número de operações realizadas, percentagem de erros, horas trabalhadas, pausas efectuadas e tempos mortos.

O escândalo eclodiu quando os delegados sindicais descobri-

ram que a direcção da empresa fazia imprimir no computador fichas individuais com informações correspondentes ao trabalho de cada operador, sem ter prevenido os interessados.

Segundo o juiz Di Lecce está-se perante um caso evidente de controlo à distância da produtividade do trabalhador, controlo este que viola a lei. A empresa defende-se argumentando a necessidade de proteger o segredo das suas informações.

O julgamento iniciará-se dentro de poucos meses.

Outro aspecto preocupante, frisado pelos sindicalistas, é o facto de a IBM ter experimentado os programas em questão, tendo em vista adaptá-los para os poder oferecer ao mercado.

(AUGUSTO JAUREGUI, DA AGÊNCIA IPS)